

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPI CHAPECÓ E ERECHIM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**VALDECIR SCHENKEL**

**A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO GEOGRÁFICO NO BAIRRO ESPERANÇA,  
NA CIDADE DE PANAMBI-RS**

**CHAPECÓ/SC**

**2022**

**VALDECIR SCHENKEL**

**A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO GEOGRÁFICO NO BAIRRO ESPERANÇA,  
NA CIDADE DE PANAMBI - RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Rossetto Gallego Campos

**CHAPECÓ/SC**

**2022**

## Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Schenkel, Valdecir

A produção social do espaço geográfico no bairro  
Esperança, na cidade de Panambi - RS / Valdecir  
Schenkel. -- 2022.  
175 f.

Orientador: Doutor Fernando Rossetto Gallego Campos

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia,  
Chapecó, SC; Erechim, RS, 2022.

1. Geografia, Panambi, Produção do espaço, Vida  
cotidiana, Espaço social. I. Campos, Fernando Rossetto  
Gallego, orient. II. Universidade Federal da Fronteira  
Sul. III. Título.

**VALDECIR SCHENKEL**

**A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO GEOGRÁFICO NO BAIRRO ESPERANÇA,  
NA CIDADE DE PANAMBI - RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Este trabalho foi defendido e \_\_\_\_\_ pela banca em 15/julho/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Fernando Rossetto Gallego Campos – IFSC  
Orientador

---

Prof. Dr. Almir Nabozny – UEPG  
Avaliador

---

Prof. Dr. Igor de França Catalão – UFFS  
Avaliador

Às grandes “mulheres femininas” em minha  
vida, representadas por Liane, Lucinda e  
Helena. Incentivo, exemplo, motivação e  
companhia.

## AGRADECIMENTOS

A condição da existência vem a ser o grande trunfo da humanidade, em estar vivo, em seu sentido mais amplo. Em tempo de pandemia (e em todos os tempos) e como resistência: viva o SUS!

A inquietude é condição que desacomoda e que nos leva às buscas. São tantas pessoas que merecem agradecimento neste sentido de provocações de inquietudes para à busca.

À minha querida filha Helena que teve que conviver por um grande tempo com o “depois” em seus sucessivos “vem aqui”, que deram sentido geográfico do não-lugar, à minha presença-ausente.

À companhia, revisões, debates, opiniões, recurso de TI, psicóloga, mas acima de tudo, fonte de incentivo e amor: minha esposa Liane.

Aos colegas do mestrado, turma 2019 :Ana Júlia Barzotto, André Felipe Nunes da Silva, Cássia Regina Segnor, Darlan Fabiane, Eliezer Bosa, Eduarda Rebelatto Brandalise, Fabiane Ripplinger, Izabela Fagundes, João Henrique Zöehler Lemos, Leonardo Henrique Kunst, Paula Terres Carvalho, Priscila Daiane Pavan, Renata Hübner, Tatiane Ribeiro. Os quais foram, para além de incipientes desbravadores do programa, colegas com os quais compartilhei momentos de bons diálogos, teóricos e sociais.

Ao grupo *Os de sempre*, que representam na amizade o sentido real da boa companhia e pelos seguidos tempos de diálogos filosófico, regados ou não por comes e bebes, cujos quais alimentam o corpo e despertam a alma, soltam a língua e desinquietam: Cirlei, Elisângela, José, Liane, Paulo e Tarso.

Aos pesquisadores que me antecederam, também amigos, que deixaram seus legados investigativos como fonte de consulta (menos) e como fonte de provocação (mais): Eliane de Mello, Sandra Braun, José Tadeu Leal Peixoto.

À colega professora Catia Keske, pelos diálogos textuais sobre o grande mestre Milton Santos e incentivos para a realização do mestrado, como desafio de novas buscas; além da professora Naira Letícia Giongo Mendes Pinheiro, pelo “recado” da abertura do PPGGeo, na UFFS.

Ao professor Fernando, em especial. Mais que um orientador, um colega, um incentivador.

Por fim, mas não menos importante, aliás, sem esta condição nada disso teria existido. Eu, assim como para outros muitos brasileiros que estavam até recentemente alijados do

academicismo: saber refinado, em país de fome ainda, e, infelizmente. Agradecer aos governos dos grandes presidentes, verdadeiros políticos, Luís Inácio Lula da Silva e a Dilma Vana Rousseff, cujas gestões, ampliaram e interiorizaram o ensino técnico e o ensino superior, público, gratuito e de qualidade. Propósito este, que constitui a única possibilidade de alavancar a sociedade brasileira à liberdade e à respeitabilidade, em tempos de tecnociência de um mundo cibernético. Não esquecer da gratidão ao professor Eliezer Moreira Pacheco (titular da SETEC e mentor dos IFs) e seu braço direito de ação, professor Almir Limana (INEP/MEC).

Ali, pelo mapa, a nossa cidade se mostra importante: ela tem um nome e um lugar no mundo. Dentro da cidade os bairros e as suas ruas, onde quase vemos o ponto exato da casa em que moramos. O nosso endereço está logo ali, colocado diante da nudez dos olhos, e acabamos pensando como seria difícil as pessoas nos visitarem, não fosse a existência do mapa. Seria uma tremenda confusão misturar Sul com Norte e andar na contramão dos pontos cardeais. Sofreríamos provavelmente alguns efeitos colaterais, porque muita gente ia acabar se perdendo e morrendo de raiva (SOUZA NETO, 2007, p. 54-54). (grifo nosso).



## RESUMO

Compreender a dimensão da espacialidade sempre foi um grande desafio para a ciência geográfica. A produção do espaço constitui num dos conceitos primordiais a ser buscado no intuito de reconhecer formas e processos com os quais as sociedades configuram seu espaço de vida. Costumeiramente, a produção do espaço é discorrida como resultado do materialismo histórico-dialético, cuja vertente marxista estabelece as disputas entre classes sociais e sistema produtivo como seus elementos balizadores. Os aspectos culturais da sociedade praticamente foram negligenciados desta abordagem, os quais passam a ser incorporados a partir de diálogos conceituais da Geografia com outras vertentes oriundas das Ciências Sociais, concebendo o espaço. Lefebvre é o grande expoente desta nova linhagem investigativa ao propor uma compreensão da espacialidade a partir da dialética da triplicidade, entre as instâncias da prática espacial (percebido), da representação do espaço (concebido) e dos espaços de representação (vivido). O objetivo ao qual este trabalho se vincula é compreender a produção social do espaço geográfico do bairro Esperança na cidade de Panambi/RS. O trabalho apresenta-se estruturado em seis capítulos, que versam sobre apresentação da proposta investigativa, estrutura metodológica, balizamento de conceitos seguidos, num primeiro momento. Na discussão teórico-metodológica apresentamos os diálogos conceituais que interagem com a teoria da espacialidade de Lefebvre, sendo espaço social, vida cotidiana, prática espacial, representação do espaço e espaço de representação. Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com os sujeitos residentes no bairro, ressaltando os aspectos da vida cotidiana que interagem na produção do espaço. Partindo dos enunciados das narrativas, observados através da Análise do Conteúdo, levantou-se uma série de instituições que representam espaços de socialidade e configuram espacialidades diversas no território do bairro Esperança. Escola, igreja, horta comunitária e espaços de lazer (salão comunitário, praça, quadra de esporte) aparecem como instituições que agregam coletividade, definem identidades e conotam espaços de representação. A articulação entre as três instâncias da espacialidade produz novos espaços sociais à medida que os sujeitos interagem nas instituições aí existentes, cujos aspectos culturais ressignificam as relações com o local, produzindo novas espacialidades nos enredos narrados e vividos cotidianamente.

Palavras-chave: Geografia; produção do espaço, cotidiano, espaço social, Panambi.

## ABSTRACT

Understanding the dimension of spatiality has always been a great challenge for geographic science. The space of constitutes one of the primordial concepts sought in the intuition of being recognized as forms of production and processes with which they configure their space of life. Usually, the production of space is run as a result of historical-dialectical materialism, whose Marxist side establishes the disputes between its social classes and the productive system as guiding elements. The cultural aspects of society were neglected in this approach, which are incorporated from conceptual dialogues of Geography with other aspects arising from the Social Sciences, conceiving the space. Lefebvre is the great exponent of this new investigative lineage to propose an understanding of spatiality from the triplicity, between the instances of spatial practice (perceived), the representation of space (conceived) and the spaces of representation (live). The objective to which this work is linked is to understand the social production of the geographic space of the Esperança neighborhood in the city of Panambi/RS. The work presents itself with the appropriate structure in six chapters, which deal with the presentation of the investigation, method, marking of followed. The theoretical-methodological discussion presents the conceptualized dialogues that interact with Lefebvre's theory of spatiality, being the social space, life, practice, everyday space and the space of spatial representation. Semi-structured interviews with the subjects in the neighborhood were interviewed, highlighting the aspects of everyday life that interact in the production of space. From the analysis of the content, observations are made through a series of institutions that represent spaces of social hope, different spatialities in the territory of the territory. School, church, community garden and community leisure spaces (community hall, sports square) appear as institutions that aggregate collectivity, define and connote representation. The articulation between the three dimensions of spatiality produces new social spaces in the instances that the relevant instances of spatiality can represent as relations with the place, producing new plots narrated and lived daily.

Keywords: Geography; production of space, everyday life, social space, Panambi.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01 – Situação Geográfica do município de Panambi no estado do Rio Grande do Sul.....	67
Figura 01 – Registros históricos da Praça Engenheiro Walter Faulhaber (outrora denominada Praça Maurício Cardoso) .....	72
Quadro 01 – Importantes acontecimentos históricos ligados aos processos colonial, municipal e urbano de Panambi.....	73
Figura 02 - Expansão de empresa do setor metal-mecânico na região norte do urbano de Panambi na década de 2000.....	78
Figura 03 - Esboço cartográfico da ocupação urbana de Panambi em 1970.....	75
Figura 04 – Esboço cartográfico da ocupação urbana de Panambi em 1980.....	77
Figura 05 – Esboço cartográfico dos lotes 1 e 2, adquiridos pelo poder público municipal de Panambi no ano de 1972, local onde posteriormente seria implantado o loteamento PróMORAR.....	88
Figura 06 – Registros fotográficos da Indústria Kepler Weber em diferentes momentos históricos.....	90
Figura 07 – Planta dos lotes e arruamento da Unidade Habitacional PróMORAR.....	93
Figura 08: Croqui da fachada principal e planta baixa das unidades residenciais erguidas pelo Programa Habitacional PróMORAR.....	95
Figura 09 – Registro fotográfico de uma residência atual do bairro Esperança localizada na rua Guiné-Bissau.....	95
Figura 10 – Aspectos de algumas moradias do bairro Esperança na atualidade.....	98
Figura 11 – Aspectos da avenida Adolfo Kepler Júnior no bairro Esperança.....	99
Figura 12 – Imagem de satélite demonstrando a densidade das edificações sobre a porção do terreno em recorte espacial no bairro Esperança.....	100
Figura 13 – Alocação de materiais de construção em frente às residências denotam processo constante de reforma/construções.....	101
Figura 14 - Limites do bairro Esperança, Panambi/RS.....	114
Figura 15: – Arroio Arais no loteamento/bairro Esperança, limite com o bairro Arco-Íris.....	118
Figura 16 – Aspectos de natureza física demonstrando áreas de saturação hidromórfica presentes no bairro Esperança.....	119
Figura 17 – Pontos de descarte clandestino de lixo.....	120
Figura 18 – Queima de lixo às margens da rua Vicente Barta e junto ao arroio Arais, no bairro Esperança.....	121
Figura 19 – Prédio rústico onde funcionou a Escola Municipal da Vila Esperança durante a década de 1970.....	124

Figura 20 – Fachada atual da Escola Municipal de Educação Infantil P’Q’Ninos, situada na rua Luanda, no bairro Esperança.....	125
Figura 21 – Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire, no bairro Arco-Íris.....	126
Figura 22 – Templo religioso católico localizado no bairro Esperança.....	131
Figura 23 – Templo religioso evangélico da IEAD no bairro Esperança.....	132
Figura 24 – Locais de pregação de templos religiosos presentes no bairro Esperança.....	133
Figura 25 – Mudança de denominação religiosa ou transferências do local do ponto de pregação são comuns em igrejas de cunho populares.....	134
Figura 26 – Horta comunitária do bairro Esperança.....	137
Figura 27 – Espaço que servia como campo de futebol e que teve seu espaço reduzido devido a construção no novo posto de saúde do bairro. ....	143
Figura 28 – Espaços de recreação e lazer existente no bairro Esperança.....	144
Figura 29 – Publicação do órgão esportivo da PM Panambi, no qual se registra a participação em campeonato de duas equipes do bairro Esperança.....	145
Figura 30 – Identificações do sistema viário encontrado no bairro Esperança.....	148
Figura 31 – Registros históricos de integração da EMEF Monteiro Lobato com a comunidade do loteamento/Bairro Esperança.....	153

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Taxa de urbanização Brasil, Rio Grande do Sul e Panambi – 1950 a 2010.	75
Tabela 02 – Loteamentos urbanos de Panambi, período selecionado de 1970-2021.....	80
Tabela 03 – Estrutura econômico-produtiva setorial da renda interna municipal e estadual em recorte temporal 1959-1980, (em %)......	86
Tabela 04 – Crescimento demográfico total e urbano de Panambi, 1960-2021.....	86
Tabela 05 – Lotes e unidades residenciais do Conjunto Habitacional PróMORAR.....	94

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACPM	Associação de Círculo de Pais e Mestres
BNH	Banco Nacional de Habitação
BR-158	Sigla de Rodovia Federal (Brasil), seguida de sua designação numérica
BR-285	Sigla de Rodovia Federal (Brasil), seguida de sua designação numérica
COHAB	Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
EEEM	Escola Estadual de Ensino Médio
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
ESF	Estratégia Saúde da Família
ESPII	Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
FEE	Fundação Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEAD	Igreja Evangélica Assembleia de Deus
IUPB	Igreja Universal Pentecostal Brasileira
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MAHP	Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann
OMS	Organização Mundial da Saúde
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Panambi
PlanHab	Plano Nacional de Habitação
PM	Prefeitura Municipal
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PróMORAR	Programa de Erradicação de Subhabitação
RS	Rio Grande do Sul
RSI	Regulamento Sanitário Internacional
SCP	Secretaria (Municipal) de Coordenação e Planejamento
SELJ	Secretaria (Municipal) de Esporte, Lazer e Juventude
SMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SMF	Secretaria Municipal de Fazenda
TI	Tecnologia da Informação
TRR	Transportador-Revendedor-Retalhista

UNIJUÍ      Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul  
UNISINOS      Universidade do Vale do Rio dos Sinos

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>25</b>
2.1	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA .....	26
2.2	PESQUISA DE CAMPO .....	29
<b>2.2.1</b>	<b>Impacto da pandemia de COVID-19.....</b>	<b>30</b>
<b>2.2.2</b>	<b>Observações prévias.....</b>	<b>31</b>
<b>2.2.3</b>	<b>Conversas informais.....</b>	<b>33</b>
<b>2.2.4</b>	<b>Definição das instituições.....</b>	<b>33</b>
<b>2.2.5</b>	<b>Entrevistas.....</b>	<b>36</b>
2.3	ANÁLISE E DISCUSSÃO .....	39
<b>3</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO: PENSANDO O ESPAÇO HUMANO A PARTIR DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL .....</b>	<b>43</b>
3.1	O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO E A INFORMACIONALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO .....	44
3.2	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PARA ALÉM DE UMA INQUIETUDE PURAMENTE GEOGRÁFICA.....	50
3.3	O ESPAÇO SOCIAL NUMA ABORDAGEM CULTURAL EM GEOGRAFIA	53
3.4	A ESPACIALIDADE E A VIDA COTIDIANA EM LEFEBVRE.....	57
<b>4</b>	<b>FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO URBANO DE PANAMBI E A CONSTITUIÇÃO DO BAIRRO ESPERANÇA .....</b>	<b>66</b>
4.1	A FORMAÇÃO COLONIAL DE PANAMBI E A CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO URBANO.....	66
4.2	A EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO DE PANAMBI.....	74
4.3	DO LOTEAMENTO DOS “SEM CASAS” AO BAIRRO ESPERANÇA.....	84
4.4	O BAIRRO ESPERANÇA NA ATUALIDADE.....	96
<b>5-</b>	<b>A PRODUÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DOS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÕES NAS RELAÇÕES DA VIDA COTIDIANA .....</b>	<b>102</b>
5.1	A VIDA COTIDIANA COMO ELEMENTO DE ANÁLISE ESPACIAL: A VOZ DOS SUJEITOS SOCIAIS .....	103



5.2	BAIRRO ESPERANÇA: PARA ALÉM DE UMA IDENTIFICAÇÃO, UMA IDENTIDADE .....	113
5.3	ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO A PARTIR DOS ELEMENTOS DA VIDA COTIDIANA.....	118
5.3.1	<b>O espaço da natureza .....</b>	<b>118</b>
5.3.2	<b>O espaço das instituições de ensino.....</b>	<b>124</b>
5.3.3	<b>O espaço da religiosidade .....</b>	<b>130</b>
5.3.4	<b>O espaço da horta comunitária.....</b>	<b>137</b>
5.3.5	<b>Os espaços de recreação e lazer .....</b>	<b>143</b>
5.4	A TOPONÍMIA DO SISTEMA VIÁRIO COMO PRODUTO DE FORMAS SIMBÓLICAS.....	148
5.5	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	151
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>156</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>162</b>
	<b>APÊNDICE A – MODELO DE QUESTIONÁRIO UTILIZADO PARA APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS.....</b>	<b>170</b>
	<b>APÊNDICE B – MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PESQUISA ORAL .....</b>	<b>171</b>
	<b>APÊNDICE C – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS PRINCIPAIS INSTITUIÇÕES SOCIAIS E OUTROS PONTOS DE REFERÊNCIA .....</b>	<b>172</b>
	<b>ANEXO A – ATA DE FUNDAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DA VILA ESPERANÇA, FUTURA EMEF MONTEIRO LOBATO .....</b>	<b>173</b>
	<b>ANEXO B – MATÉRIA JORNALÍSTICA DA SITUAÇÃO DE SAÚDE DOS ALUNOS DA EMEF MONTEIRO LOBATO.....</b>	<b>174</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Falar do cotidiano de um bairro nos remete à investigação das diferentes situações sociais vividas por seus moradores a partir do trabalho e dos valores através das relações de vizinhança, costumes e da representação da vida social que leva o indivíduo a reconhecer-se no espaço, construindo a sua referência com o bairro e com a cidade (AZAMBUJA, 1991, p. 78).

Uma das constantes discussões que sobressaem nos estudos geográficos, assim como ocorre em outras áreas de pesquisa com interlocuções afins, é a compreensão da espacialidade que se configura nos mais diversos ambientes e que se apresenta como lugares territorializados, em territorialização e constantemente em (re)configuração territorial. Propomo-nos, ao longo deste debate, a um processo de análise do espaço geográfico a partir das devidas especificidades que todo tempo e lugar carregam, tendo como referência um recorte espacial selecionado como objeto de estudo, sendo este, o bairro Esperança, uma das diversas unidades espaciais formadoras da cidade de Panambi, um município do noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

Partimos do entendimento da singularidade que um bairro assume enquanto unidade espacial intraurbana na estruturação interna da cidade, sendo, na maioria das vezes, não apenas uma condição de fragmento territorial. Entendemos ser um espaço social carregado de conteúdo simbólico (SOUZA, 2020, p.153), onde infinidade de práticas socioespaciais ocorrem, que são produtoras de vida social e de espaço territorial no cotidiano de seus moradores e das pessoas que frequentam este lugar. Sabemos que o espaço social aí presente é um produto das sociedades, carregado de diversidades e multiplicidades.

A compreensão da espacialidade sempre é um tema desafiador, que impregna de incertezas o âmago da ciência geográfica. Tentar compreender o mundo que nos circunda na condição de sujeitos históricos e as diversas sociedades nos seus territórios de vida vem a ser um desafio da constância humana, que nos parece ser o mote central da maioria das condutas acadêmicas. De uma certa maneira, trilhamos ao longo desta pesquisa por caminhos que assim se enveredam, nutridos de dúvidas e incertezas que alimentam e inquietam uma investigação. A convicção das certezas e das respostas prontas pode vir a provocar, para além de equívocos, generalizações conceitual e metodológica que se apresentam em compreensões incorretas acerca da espacialidade.

Um dos propósitos a ser buscando pela investigação ao longo desta pesquisa é o de trazer *novos* elementos de análise da espacialidade, peregrinando pelo que podemos chamar de

Geografia Social e também pela Geografia Cultural, ou, nas palavras de Claval (2011), *abordagem cultural em Geografia*, as quais nos trazem novas perspectivas, cuja investigação se amplia à medida em que a ciência geográfica se abre para outras áreas acadêmicas, transitando pela teoria social, tanto como produto, quanto produtora de espacialidade. Corrêa (2003, p. 168) nos relata deste enveredamento que já se pautava nos anos de 1970, quando a “dimensão cultural do urbano passou a ser percebida, valorizada e problematizada pelos geógrafos”. Talvez, a grande veia que oxigena este corpo teórico nos induz a perceber que precisamos inferir o ser humano em seu território não apenas na perspectiva de espaço produzido materialmente, mas de um espaço percebido e vivido em uma consideração espacial ampliada.

Por mais que seja consenso na academia, é primaz retomar a ideia que a vida material do indivíduo é indutora e viabilizadora da vida social. A humanidade contemporânea se complexifica, sendo, ao mesmo tempo, produto e produtora, numa consonância de incertezas múltiplas, refletindo relações sociais que se processam na coletividade cultural. Estas, historicamente habitavam um mundo de incúrias, sendo amplamente alocadas numa categoria inferior, num certo purgatório de esquecimento e subjacência de investigações acadêmicas. As manifestações da cultura foram negligenciadas pelas ciências, inclusive pela própria Geografia (CLAVAL, 2001), fato que passa a ter abertura à medida que novas interlocuções se processam entre esta ciência e outras áreas próximas, peregrinando-se por leituras sociais e espaciais mais amplas (CLAVAL, 2014) que se enriquecem ao transitar pela História, pela Filosofia, pela Sociologia, emergindo perspectivas inovadoras como a Psicologia Social e a Sociologia do Conhecimento, que interagem em seus debates com a Geografia.

A partir de uma observação espacial que carrega os elementos culturais de uma sociedade, começa-se a perceber o espaço geográfico numa perspectiva do seu viver, do seu cotidiano, das relações intra e interculturais que homens e mulheres enunciam em cada lugar. Resulta em lugares únicos, dinâmicos, multifacetados. Claval (2001) relata sobre a possibilidade de uma Geografia aberta, que percebe a cultura enquanto sua gênese, sua transformação e sua transmissão, sendo este último elemento o que dá vida aos territórios sociais. Apesar de não ser conhecido como um *geógrafo cultural*, Soja (1993) reforça que o espaço é produzido materialmente, mas não se tem como apreender os espaços geográficos sem trazer os elementos das interações culturais neste meio de análise da constituição das territorialidades socioespaciais.

Nesta perspectiva da análise, nos balizamos fortemente ao longo deste estudo nas contribuições de Henri Lefebvre, que promove grande legado para a Geografia em suas

discussões referente à produção do espaço. Filósofo francês, Lefebvre tem uma vasta produção acadêmica que serve de referências para muitas instâncias de estudos científicos, mas certamente seu eco maior vai se dar na Geografia. Em sua discussão sobre produção do espaço, propõe uma compreensão da espacialidade a partir da dialética da triplicidade (LEFEBVRE, 2013) entre as instâncias da prática espacial (percebido), da representação do espaço (concebido) e dos espaços de representações (vivido).

Interagindo com a proposta de compreensão da produção do espaço, apresentamos nosso lócus de estudo, como já dito, o bairro Esperança, como recorte geográfico da cidade de Panambi. Inicialmente, um loteamento popular que no seu adensar populacional se transforma em bairro, sendo uma unidade territorial de divisão oficial urbana de Panambi, mas que assume conceitualmente uma categoria de análise como espaço onde a vida cotidiana acontece, assumindo uma dimensão dinâmica que simboliza lugar de aconchego, uso e prazer, num sentido que chega a compreender uma ampliação do habitáculo humano, conforme discorre Pierre Mayol (2013, p.39-40).

Minha ligação com este lugar, considerando o fato de nunca ter aí residido, poder-se-á confluir com a história de tantos moradores deste, que, por diversos motivos, partiram de outros lugares na ânsia de buscar formas de (sobre)viver, e aí se instalaram pelos motivos mais diversos: dialéticos, singulares, simbólicos. Na condição de investigador, este bairro se apresenta como um lugar de sonho, onde a esperança se conjuga não somente em uma condição de toponímia, mas de possibilidades. Lócus que se difere de quase todos os demais bairros panambienses, que se inserem numa expansão urbana mecanicamente atrelada ao desenvolvimento produtivo do teuto colono-imigrante e de tantos outros forasteiros de um mundo onde o espaço de vida precisa ser buscado.

Considero relevante informar que, ao longo de minha formação acadêmico-profissional participei de equipes de estudos de diversos espaços urbanos, o que me desafia a buscar novas compreensões. O urbano sempre se apresentou para mim, não apenas como um lugar de alocação e concentração demográfica, mas como um ente vivo, com corpo próprio, nutrido de arranjos e estruturas onde se assentam e se interconectam vidas humanas. Sendo isso, o bairro Esperança se apresenta, pelo contato prévio que possuía com este, como essa tentativa de ampliar a minha condição incipiente de pesquisador da Geografia (Urbana), num viés que extravasa as corriqueiras e tradicionais abordagens um tanto estanques, focadas e definidas pelo modo de produção, deixando o elemento social como sendo um produto de um processo quase que acabado. Mais que resgatar a vez e a voz do cotidiano social, é o de se perceber numa

geografia social que abrange as práticas cotidianas (LEFEBVRE, 2013) da humanidade como sujeito elementar na análise.

O fato de viver, para a maioria das pessoas, não passa de um processo trivial de vida na história de cada um, sem que cada sujeito se atenha à condição filosófica de sua existência e de sua contribuição na definição de territorialidades, numa situação de “obliteração dos aspectos de criatividade e de autorrealização do trabalho” (CAMPOS, 2009, p. 48). Partimos do pressuposto que um outro sentido de vida precisa e merece ser reconhecido com maior atenção na busca do entendimento e reconhecimento das espacialidades construídas, presentes nos lugares.

Quem se reconhece para além do fato de existir num determinado território geográfico, apropriado de elementos de percepções de si e de seu entorno, e que lhe cause reflexões profundas sobre a sua existência? Pensamos ser este um desafio constante da humanidade. Porém, de qualquer forma, a vida acontece, com suas nuances, suas rotinas, suas mudanças, suas cores, seus cheiros, suas crenças, seus matizes: as inventividades humanas Não propomos aqui uma *tese* acerca da existência humana, tampouco uma filosofia de vida, apenas um questionamento do fato de uma percepção sobre o espaço geográfico materializado em territórios habitados e carregados de vida em sua singularidade e, como tais, conduzem numa especificidade de lugar e de produção espacial única, carregada pelos simbolismos que a cultura de cada povo/espaço define.

Tendo este panorama, o que nos inquieta para a definição da problemática da pesquisa é buscar compreender a produção social do espaço geográfico em um bairro popular numa pequena cidade de imigração privada teuto-alemã, no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Assim se insere o desafio dessa pesquisa acerca do bairro Esperança, na cidade de Panambi/RS, considerando as instâncias da espacialidade de Henri Lefebvre.

Ainda, nos debruçaremos em alguns objetivos específicos que trazem elementos balizadores para a análise da espacialidade e que cremos serem importantes no desenvolvimento primaz da pesquisa:

- a) contextualizar histórica, social e espacialmente a formação e a transformação do loteamento/bairro Esperança e suas conexões com estas múltiplas escalas;
- b) analisar a construção de territorialidades pelos moradores do loteamento/bairro Esperança e suas relações com os territórios gestados na instância do concebido.
- c) identificar as relações espaciais da vida cotidiana presentes no loteamento/bairro Esperança com foco nos aspectos culturais e simbólicos, dando emergência às relações de sujeito dos grupos sociais aí presentes.

d) analisar o papel dos espaços de socialização existentes no local na vida cotidiana do loteamento/bairro Esperança e a suas contribuições para a produção do espaço local.

No arranjo estrutural deste trabalho investigativo, logo de início, após a introdução, organizamos um capítulo que busca relatar os principais caminhos metodológicos pelos quais seguiremos. Neste, discorreremos sobre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Na primeira parte, são elencados os conceitos e os autores que sustentam nosso debate e logo na sequência, as proposições e etapas que a pesquisa de campo rumou.

Imediatamente após a metodologia, no capítulo terceiro, trazemos o debate conceitual, agora sim, com a ênfase necessária, pelo qual se reconhece a sustentação teórica e autoral que nos baliza nesta investigação. É aí que fazemos um contrabalanço ao promover uma discussão que parte de uma abordagem mais puramente geográfica, naquilo que poderíamos definir como uma visão mais tradicional, se é que assim pode-se afirmar, partindo do método da materialidade dialética do espaço econômico e suas determinações supostamente aderida ao materialismo, expostas a partir do marxismo e para além dele, e que vai permeando por estas novas iniciativas de análises. Não podemos nos furtar de referir que o espaço geográfico é produto das relações conflitantes entre capital e trabalho, no qual a sociedade se concretiza e se produz, por conseguinte, resultando na produção do espaço. Mas cremos que por si só este diálogo não consegue compreender a produção espacial com a abrangência necessária para dar foco às multiplicidades que a especificidade social representa. É justamente aí que trazemos novas referências, em espacial Lefebvre, que é indutor desta postura que conjuga relações produtivas econômicas e elementos sociais simbólicos para uma ação de compreensão da espacialidade na produção do espaço.

Dessa forma, se apresenta uma nova perspectiva dada a partir de um movimento sociocultural no academicismo conhecido como a Virada Cultural (CLAVAL, 2011), estabelecendo uma aproximação das fronteiras rígidas das “diversas geografias”, tendo uma abordagem mais real na compreensão da totalidade dos saberes geográficos a partir da dimensão cultural, relativos a uma época e a um lugar: é a capacidade de entender o papel da cultura no conjunto dos fenômenos geográficos. Trazemos um pouco destas outras contribuições que se achegam a partir dessa corrente que se aproxima da Geografia, abarcando o viés dos aspectos culturais da humanidade e que concebem a produção do espaço como um processo ampliado, mas inacabado como essência, de constante emergir, sempre ligado ao tempo em que cada sociedade se produz e constantemente se transforma “dotadas de uma mescla de identidades não-estabilizadas e de difícil delimitação espacial!” (HAESBAERT, 2008, p. 404). Reside aí a intenção de nossa pesquisa sobre o bairro Esperança, nas suas especificidades e identidades não

fechadas (MASSEY, 2000), cuja apresentação do tempo-espaço do local de estudo é abordada no capítulo seguinte (Capítulo 4).

Por aí nos dispomos transitar, numa busca de elementos na *teoria da crítica da vida cotidiana*, desenvolvida por Lefebvre, numa abordagem geográfica da produção de espacialidade pela contribuição social da vida cotidiana, carregada de facetas simbólicas particulares de cada local. Não se trata de um debate teórico de filosofia ou da psicologia social, mas de como estas e outras áreas do pensamento relatam elementos reflexivos que contribuem aos estudos desenvolvidos pela Geografia na sua apreensão quanto à produção do espaço.

Ao longo do Capítulo 4, apresentamos e contextualizamos no tempo e no espaço o nosso local de estudo. O bairro Esperança, resulta de um processo de expansão urbana apresentado pelo município de Panambi, localizado geograficamente no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. De origem colonial no apagar das luzes do século XIX, tem sua emancipação político-administrativa apenas na metade do século seguinte, período que é seguido por um acentuado crescimento econômico-demográfico, mas que conflui mais intenso na década de 1970, decorrente de mudanças do processo político-produtivo em âmbito nacional. Originalmente agrícola, passa a exibir aspecto um tanto singular na sua constituição histórica regional, passando a apresentar forte atividade produtiva industrial, significativo elemento econômico que dirige tanto qualitativa quanto quantitativamente os episódios de crescimento demográfico e de sua expansão urbana, diferente da maioria dos municípios do seu entorno, que possuem uma economia assentada quase que exclusivamente na produção primária, típica dos pequenos municípios, ou no setor de comércio e serviços, nos municípios de porte médio regional.

Destacamos ainda ao longo deste capítulo, o quanto os anos de 1970 representam um culminar de modificações estruturais na economia do noroeste gaúcho, resultante da expansão da produção agrícola dirigida pelo espraiamento do capitalismo mundial e do atrelamento do Brasil a este processo. Na região noroeste do Rio Grande do Sul, o modelo agrícola imperante que resulta dos núcleos de colonização, autossustentado na produção policultural familiar, dá espaço para as monoculturas agroexportadoras, altamente mecanizadas. Resultam aí, movimentos de extrema mobilidade demográfica e produtiva que impacta o cenário urbano local. Panambi, se insere neste processo de modificações, concernindo expansão industrial e agregação deste contingente populacional resultante da movimentação de trabalhadores, seja de seu próprio meio rural ou de outros municípios do seu entorno, com destaque para alguns

municípios dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs)<sup>1</sup> Celeiro e Rio da Várzea. Ao longo desta mesma seção textual apresentamos o processo histórico de constituição espacial do bairro, a partir da aquisição do lote de terras pela administração municipal na década de 1970 e a implantação do loteamento público que vem a constituir o conjunto habitacional PRÓMORAR/COHAB [Programa de Erradicação de Subhabitação/Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul], uma parceria entre o poder público municipal e o governo estadual.

No capítulo seguinte (Capítulo 5), apresentamos os elementos que produzem e organizam a vida cotidiana do bairro Esperança a fim de compreender quais seriam de fato as marcas que configuram a espacialidade presente na vida dos moradores e como estes estabelecem relações entre si e com o lugar no qual o loteamento/bairro se assenta, certamente muito marcada pelo intermédio de algumas instituições aí presentes. Seriam as vicissitudes e os sucessos da própria existência do lugar, que vem a configurar as diferentes formas de apropriações e de produção social do espaço territorial do bairro Esperança.

Ao entrar em contato com o cotidiano do bairro Esperança, percebemos a presença forte de alguns elementos culturais que se manifestam através da estrutura presente/ausente de prestação de serviços, de equipamentos e de estruturas coletivas territorializadas. Estas, podem ser compiladas através da existência da escola, de serviço de saúde pública na função de um posto de saúde, das áreas coletivas de lazer (ou inexistência de algumas, pelo menos por um longo tempo), da horta comunitária, da rua, dos bares, das igrejas. São nas relações sociais que aí ocorrem, que a simbologia adquire um caráter de representações sociais (MOSCOVICI, 2015) e que representa compensações imaginárias para fracassos muito presentes nesse mutável meio urbano contemporâneo. É aí que trazemos uma discussão de como a relação com os elementos do ambiente, da educação, da fé, do lazer, da diversão, da relação com a terra geram interações socioespaciais que podem constituir elementos de análise que marcam o cotidiano e produzem signos e significados que se expressam na produção da espacialidade.

É neste momento que expressamos as manifestações dos sujeitos que habitam o bairro Esperança, trazendo as formas de reconhecimento das instâncias sociais, através das entrevistas realizadas. A interpretação destas, contribui para compreender a dinâmica da vida cotidiana do bairro e a produção do espaço através de territorialidades, por meio de práticas espaciais, a

---

<sup>1</sup> O governo do estado do Rio Grande do Sul, através da Lei Estadual 10.283 de 17 de outubro de 1994, estabelece uma regionalização estadual em Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs, pensado para ser um fórum de discussão para a promoção de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. Para conhecimento da regionalização e composição municipal por COREDE, poder-se-á consultar em <https://governanca.rs.gov.br/28-regioes>.



partir de espaços de socialização identificados e suas relações com o espaço vivido. Exibimos excertos de diversos depoimentos colhidos que se articulam em temáticas recorrentes e que são apresentadas através da análise de conteúdo (BARDIN, 2016), pelos quais tentaremos situar as falas em níveis linguísticos recorrentes.

Consideramos que devemos mencionar o fato da decretação do “estado de Pandemia<sup>2</sup>”, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como um elemento de contratempo que impactou profundamente a realização desta pesquisa. Em virtude disto, praticamente todas as atividades foram suspensas, acarretando dificuldades ou atrasos para com o desenvolvimento desta investigação. O acesso à algumas fontes de pesquisas ficaram limitadas ou indisponibilizadas, precisando o projeto ser reconsiderado ou redimensionado em seu projeto metodológico, já no curso da pesquisa. Por conta disso, não houve a possibilidade de investigar-se junto ao acervo do museu municipal, considerado por nós como importante fonte de pesquisa no desencadeamento desta prática investigativa. No capítulo da metodologia destacamos melhor tais impactos e as reestruturações que foram decorrentes.

O desenvolvimento desta pesquisa não tem a pretensão de perceber o cotidiano em seu sentido semântico, “daquilo que ocorre todos os dias, particular do dia a dia, diário” (DICIO, 2021), mas o de buscar no contrabalanço do espaço-sociedade um complemento entre si, onde a vida e suas manifestações se processam como fenômenos cuja instância do vivido da espacialidade produz territorialidades, possuindo relações profundas com as outras instâncias da espacialidade apresentadas por Lefebvre (percebido e o concebido). Concretiza de forma pertinente na vida cotidiana das pessoas porque perpassa pelas práticas culturais simbólicas, projetando e avançando estruturas econômicas, sociais, políticas, por conseguinte, em estruturas territoriais.

---

<sup>2</sup> A decretação da Pandemia do COVID-19 ocorreu em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde – OMS. A instituição de uma pandemia somente ocorre em manifestações de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional - ESPII, nos termos do Regulamento Sanitário Internacional – RSI, “um evento extraordinário que pode constituir um risco de saúde pública para outros países devido a disseminação internacional de doenças; e potencialmente requer uma resposta internacional coordenada e imediata”. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, naquele momento, existia um surto de COVID-19 em vários países e regiões do mundo, fato este que se estende até o presente momento (julho/2022).

## 2 METODOLOGIA

O modo como trabalhamos influencia nossa consciência, mas nossa consciência também influencia o modo como trabalhamos. Você pode até dizer que há uma relação indissociável entre “palma” e “alma”. Dessa maneira o conhecimento de alguém está intrinsecamente relacionado ao trabalho que esse alguém exerce (GAARDER, 2012, p. 428).

A busca da compreensão geográfica dos territórios em seu viés de constituição social requer definições dos caminhos pelos quais pretende-se percorrer para se atingir os objetivos propostos numa investigação. A definição de recursos metodológicos que direcionem a pesquisa numa linha balizadora do mote proposto nos objetivos, nem sempre se constitui numa definição fácil. Muitas vezes, por mais que se busque indicações metodológicas comumente aplicáveis para este tipo de pesquisa, sempre haverá possibilidades que podem dar encaminhamentos diferentes como propostas alternativas, e é só no trilhar da investigação que se descobre se os caminhos adotados foram os melhores.

Assim, antes de avançar na averiguação, explorando o processo de identificação e de caracterização do tema/área de estudo, consubstanciando nosso objeto de investigação, façamos um pequeno apanhado pelos caminhos metodológicos dispostos a serem trilhados pelos quais nos balizamos ao longo do avanço desta apuração que tem foco sobre um território específico.

Como dito, há uma multiplicidade de possibilidades pelas quais a apuração da produção do espaço pode ser percorrida, porém, na perspectiva de uma abordagem cultural em Geografia, buscaremos seguir caminhos que dialogam com a sensibilidade humana em seu ambiente. Grosso modo, este trabalho acadêmico pode ser definido como um estudo de caso. Contudo, nessa aproximação com os aspectos culturais da humanidade, o olhar geográfico despreendido da experiência humana, nos quais “os nossos sentidos falam-nos dos lugares” e “os lugares nos falam de enraizamento” (CLAVAL, 2014, p. 230-31). Sendo assim, trataremos aqui da perspectiva metodológica que Claval (2014) denomina de experiência dos lugares, no qual a identidade cultural tem peso relevante numa investigação geográfica, sendo fortemente marcado pelas raízes que o sujeito humano produz em suas relações afetivas cotidianas, para além dos processos produtivos, que dialogam com seus momentos de ócio, de lazer, do sagrado e do profano, das interações sociais e pessoais.

Definida a proposta epistêmica, esta seção do texto busca apontar os demais aspectos metodológicos pelos quais definimos trilhar no transcurso deste trabalho acadêmico e será apresentado em partes na sequência, conforme a estrutura esquemática se desvela:

- a) Pesquisa bibliográfica: é a escolha das referências teórica por autores que sustentam o diálogo por conceitos essenciais em nossa pesquisa.
- b) Pesquisa de campo: é a fase de contatos e interações para com o *locus*. Este processo se subdivide em fases distintas e, por isso, está segmentado nas etapas da observação, conversas informais, definição das instituições, entrevistas e o impacto da pandemia na realização das pesquisas de campo.
- c) Análise e discussões: é a fase da compilação do diálogo entre os diversos momentos desta pesquisa, na qual se promove a interlocução entre os muitos caminhos percorridos no afã de compreender um pouco do cotidiano na produção do espaço do bairro Esperança, sendo apresentados como aspectos não conclusivos e, sim, como uma entre várias possibilidades que se possa incutir.

## 2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

O processo da revisão bibliográfica comumente representa o ponto inicial da fase do desenvolvimento de uma pesquisa. Não nos furtamos desta etapa, pois sabemos do seu papel imprescindível numa inquirição, entendendo que é por ela que se define a suma garantia da qualidade científica. Assim já é apresentada na seção seguinte (Capítulo 3), no qual apresentamos a revisão conceitual que nos sustenta.

Entendemos como sendo este um momento desafiador de uma pesquisa em função da necessidade de ter que se tomar definições pelas fontes nas quais buscamos à saciedade acadêmica necessária no desencadeamento da investigação. É quando se busca a articulação daquilo que nos inquieta e nos provocou a realizar a pesquisa para com o mundo das ideias, com aquilo que já se sabe ou que se tem discutido sobre o assunto. Este desafio se prolonga um pouco mais, pois nem sempre temos um debate que se alinhava com o que se propõe ou que tenha consonância com o problema da pesquisa. Óbvio que, se tivesse, não haveria desejo por uma nova investigação. E é bem esta etapa que serve como ponto de partida para que a nova investigação aconteça.

Embarcamos em nossa plataforma de partida teórica pela estação da Geografia. Contudo, no trilhar deste estudo nos desafiamos em avançar por percursos ampliados, por outras

discussões que se estendem em gares mais vastos do mundo das Ciências Sociais, numa tendência mais abrangente que interaja com o viés geográfico. De partida, apresentamos os conceitos que julgamos serem os balizadores desta pesquisa, que busca uma investigação geográfica que dialoga com a inquietação definidora de nosso objetivo proposto: compreender a produção do espaço do bairro Esperança, na cidade de Panambi, estado do Rio Grande do Sul. Se queiramos identificar processos sociais que articulam práticas espaciais empenhadas na produção do espaço, precisamos averiguar os elementos constitutivos do espaço social aí ocorrentes<sup>3</sup>.

Estes conceitos que foram definidos para o trabalho e que entendemos serem alinhados à Geografia, são espaço geográfico, produção do espaço, lugar, território (com pequenas entradas em suas múltiplas [re]definições: territorialização, territorialidade, reterritorialização, desterritorialização), espaço social/sociocultural.

Na tentativa de compreender as práticas sociais definidoras de espacialidades, algo que se apresenta como uma discussão complexa, iniciamos pela abordagem geográfica a partir de uma interlocução conceitual ampliada, como já dissemos. Dessa maneira, trazemos *inovadas* discussões, algumas delas esboçadas a partir da abordagem cultural em Geografia (CLAVALL, 2011), como poder, apropriação do espaço, vínculos territoriais, cotidiano, tríade da espacialidade (concebido, vivido e percebido) e realidade.

Feita a proposição conceitual, precisamos trazer à interlocução os pensadores que as debatem. Assim, nos referendamos das discussões da Geografia que contextualizam os conceitos expostos anteriormente, tendo como ponto de partida os diálogos sobre espaço geográfico, com o entendimento de que este seja um conceito-chave e que tem o papel de abrir o debate sobre os demais. Como ponto de partida, optamos pelos escritos que autores, tidos como clássicos da geografia, trazem acerca do espaço geográfico, mais precisamente sobre a produção do mesmo. Corrêa (1995, p. 15), nos traz as multifaces e ambiguidades que a ideia de espaço enseja na sociedade, “estando associada a uma porção específica da superfície de Terra

---

<sup>3</sup> A compreensão de espaço social vem de longa data e não se encontra como sendo uma consonância. Para a Geografia, o estudo do espaço geográfico pode ser adotado como o seu objeto maior, porém, sua compreensão conceitual lhe dá abrangência de vaguidade. Assim, a ideia de espaço social vem ganhando proeminência dos debates das ciências sociais, muito forte na Geografia. Encontramos estas discussões em Soja (1993), Harvey (2005), Santos (2014), Massey (2015), os quais buscam definir essa identidade da Geografia. Neste debate, se promove apontamentos que avançam do espaço definido apenas como território físico para uma proeminência de construção social, sendo empregado a ideia de espaço social abarcando a lógica de que, “para o homem, a relação com a natureza sempre é medida pela cultura e pela história” (SOUZA, 2020, p. 31). Definimos pela abordagem conceitual de espaço social em virtude de sua proximidade maior para com nossa linha de investigação que se associa com a ideia de território, de lugar, de poder. Bourdieu (2013), em suas vastas discussões sociológicas que tentam relacionar os grupos humanos em seus territórios também se faz uso do conceito de espaço social destacando ser um espaço dotado de significados e carga simbólica, linha pela qual tentaremos dialogar por aqui.

identificada seja pela natureza, seja por um modo particular como o Homem ali imprimiu as suas marcas” ou, mais simploriamente, na relação de “referência à simples localização”. Já, Souza (2020, p. 21), especula meramente que “ele corresponde à superfície terrestre”, com os equívocos corriqueiros que apontam mais para as feições naturais e menos para a ocupação humana. Como nosso objetivo aqui não prescreta a investigação sobre a formulação conceitual de espaço, fechado em si, mas sim na compreensão ampliada da espacialidade geográfica de um ambiente urbano específico/singular, construído socialmente num processo histórico de materialidades e de simbologias pelos feitos sociais, nos detemos nos aspectos específicos que dialogam com a produção do espaço.

Assim, traçamos aparatos investigativos que partem, obviamente, do conceito amplo de espaço geográfico e de produção do espaço, que são percorridos mais especificamente por autores da Geografia como Santos, Harvey, Massey, Corrêa e Soja. Todos estes interlocutores traçam paralelos averiguativos de uma geografia que delineia conversação para além de suas fronteiras corriqueiras, assinalando caminhos com abordagens ampliadas. Em nosso percurso, tentamos acompanhar um pouco destas novas estradas que interagem mais proximamente de outras vertentes, mais especificamente seguindo o mote cultural pelo qual as sociedades sempre trilham, mas que corriqueiramente eram desprezadas, e que se (re)territorializam espacialmente nas inúmeras e múltiplas relações culturais, seja resultante de uma sociedade que se configura mais cosmopolitana ou pelo fato das interfaces produzidas por grupamentos humanos mais migrantes, típico desta fase socioprodutiva. Sociedade moderna que interage culturalmente com mais vigor a partir de aspectos fenomenológicos contemporâneos como urbanização, migrações, comunicação de massa, resultando em transmissões (CLAVAL, 2001) de aspectos culturais mais intensas.

Tais abordagens passam a ser incorporadas pela Geografia a partir da Geografia Crítica<sup>4</sup> (SANTOS, 2002, p. 128-140) e da Virada Cultural<sup>5</sup> (CLAVAL, 2001, 2011), tendo como

---

<sup>4</sup> Um dos principais expoentes de uma renovação crítica do pensamento geográfico, o brasileiro Milton Santos, exprime em seu *Por uma Geografia Nova*, originalmente lançado em 1978, uma nova concepção epistêmica que transcende as discussões da Geografia. Essa necessidade de alteração da forma de abordagem vem decorrente de uma crise conservadora, que não significava à Geografia uma possibilidade de compreender a humanidade numa visão ampla de espaço. Para Santos, o conhecimento geográfico passou por “uma dessas fases em que a significação das coisas experimenta uma mudança praticamente revolucionária” (SANTOS: 2002, 18). Dentre a proposta da sua Geografia Crítica, uma das principais é a adição de um caráter que dialogue com outras vertentes, mantendo um “esforço de interpenetração das diferentes disciplinas científicas (...) fruto da amplitude maior do conhecimento científico” (2002. p. 129).

<sup>5</sup> A partir da década de 1970, uma série de eventos e redefinições epistemológicas trouxeram novos ares no fazer geográfico. Muitos geógrafos passam a trazer a cultura como um elemento central para entender o espaço e as relações espaciais, desencadeando uma aproximação da geografia com a teoria social e, vice-versa, valorizando os elementos simbólicos de representações e de grupo, além de incorporar temas até então negligenciados, surgindo

expoentes geográficos os autores anteriores, aos quais se somam Castells e Cosgrove, apenas para arrolar alguns deles presentes em nosso trabalho. Contudo, é numa maior ampliação de abordagem que encontramos referências, transitando pela sociologia e pela filosofia. Dessa forma, aparece em destaque o filósofo francês Henri Lefebvre, que nos apresenta uma leitura de mundo que transpassa pela geografia em múltiplos aspectos.

Tais discussões que são balizadoras e que tem a função de problematizar o objeto da pesquisa aparecem em diálogo na sequência imediata deste capítulo (Capítulo 3). Neste, se acena com a ideia de contextualização do espaço geográfico em si e suas possibilidades de articulações de forma ampliada, tendo a proposição de lançar conversações que sejam caminhos possíveis na compreensão da produção do espaço social. Por sua vez, apropriação do espaço, cotidiano, realidade social, identidade e poder, são tenuamente esboçados nesta primeira discussão, mas aparecem de fato mais adiante em nossa proposta investigativa, dialogando à medida que interagem com os contextos da realidade social que são apresentados na descrição do bairro Esperança e nas análises presentes no capítulo final (Capítulo 6), constituindo na produção social do espaço e no espaço urbano como produto social.

## 2.2 PESQUISA DE CAMPO

O desencadeamento da investigação nos leva à necessidade de se fazer outras definições metodológicas à medida que, no avançar deste estudo, adentramos no debate conceitual que interage sobre a produção do espaço no bairro Esperança. Isto se reforça à medida que buscamos a interação para com o espaço social deste local, precisando elencar os procedimentos assumidos na prática de campo, sendo estes imprescindíveis para atingir os objetivos propostos neste trabalho.

A pesquisa de campo constitui o momento de procura de elementos essenciais de uma investigação pela qual se busca acesso a informações relevantes através de coleta de dados. Consiste na observação de fatos ou de fenômenos que possam trazer elementos de valia e que possam apresentar de uma forma mais transparente o tema ou o lócus da pesquisa.

---

muito forte a ideia da materialidade do espaço. A cultura deixa de ser um elemento residual nas análises geográficas, passando a ser vista como um “elemento cultural” para entender o espaço e as relações sócio-humanas da espacialidade, enfatizando o papel fundamental da iniciativa humana. Certamente atravessa-se uma nova fase nas investigações geográficas, não resultando um rompimento em seu sentido investigativo, mas em acondicionar outras abordagens que antes estavam alijadas. Elementos como gênero, racismo, exclusão social passam a aparecer nos estudos geográficos, alavancando parcelas minoritárias sociais, antes invisibilizadas até as duas últimas décadas do século XX.

Sendo este caminho adotado, partiu-se para a fase de campo, seguindo processos sequenciais que julgamos importantes: observações preliminares, conversas informais, definições de instituições e aplicação de entrevistas. Estas etapas foram essenciais nesta aproximação com o bairro Esperança no processo de melhor compreensão para com aquele espaço social.

Como referido, a pesquisa de campo constitui momento de busca documental que relatam aspectos relevantes nesta fase de coleta de informações. Entendida como uma *pesquisa documental* (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 174), a pesquisa de campo representa uma técnica metodológica significativa para a obtenção de informações substancialmente pertinentes à pesquisa, desvelando aos poucos o tema e, certamente, descortinando-o, etapa que produz a aproximação necessária do tema.

### **2.2.1 Impacto da pandemia de COVID-19**

Neste momento em que trazemos a proposição do fazer metodológico desta pesquisa, precisamos ponderar sobre o impacto que o contexto da deflagração da situação de Pandemia Mundial pelo surto do Coronavírus COVID-19 (Sars CoV-2), decretado pela OMS em 2020, teve, não somente nas questões metodológicas como também nos demais procedimentos que interagem para com a vida cotidiana, sendo que isto será analisado ao longo do capítulo 6.

Muitas das possibilidades apresentadas previamente, na proposição do projeto desta pesquisa, tiveram que ser redimensionadas, retardadas ou até mesmo canceladas em sua realização, em especial, àquelas que demandariam atividades de campo e que exigiam visitas físicas em instituições ou na aplicação das entrevistas presenciais, que por inúmeras limitações não puderam ser realizadas em formato virtual.

Dentre os maiores impactos, ressaltamos o impedimento de acesso ao acervo do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Vegermann de Panambi, que possui uma base de registros uma vasta documentação histórica, com destaque ao processo de colonização através de registro dos documentos da empresa colonizadora, bem como do processo de formação e evolução do município de Panambi, registros estes também aí alocados. Além destes documentos, também no referido local se assentam exemplares de todos os periódicos jornalísticos de publicação no município e que poderiam ser importante base de consulta no andamento da pesquisa. Dessa forma, tivemos que direcionar nossa consulta para outras produções acadêmicas escritas sobre o contexto panambiense, frutos de consultas ao acervo do

museu e que poderiam trazer importantes elementos de análise em nossa pesquisa, assim como direcionar o foco desta inquirição para outros locais que pudessem conter informações pertinentes sobre o processo de formação e constituição do local de estudo, como escolas, posto de saúde e a própria Prefeitura Municipal, através de secretarias ou outros órgãos a ela ligados e, que, eventualmente aceitavam visitas físicas, com os devidos cuidados restritivos exigidos pelo contexto pandêmico.

Ainda na seara de impactos de redirecionamentos metodológicos que foram necessários adotar-se durante a realização da pesquisa em função do contexto pandêmico, precisamos arrolar sobre a realização da pesquisa de campo através de técnica de entrevistas. A grande maioria do público a ser escutado em entrevistas semiestruturadas, etapa descrita mais adiante nesta seção, trata-se de sujeitos com grandes limitações tecnológicas e financeiras para disporem de equipamentos e rede de internet para a realização de entrevistas remotas, sem contar que, em nossa percepção de pesquisador-entrevistador, a realização de entrevista com pessoas que não se tem familiaridade, ter-se-ia grandes dificuldades de aceitação e riscos de omissão ou comprometimento da qualidade das respostas, naquilo que May (2002, p. 147) nos alerta como sendo riscos “onde as pessoas podem temer falar com estranhos” (2002, p. 147). Assim, foi preciso esperar a redução do nível de contágios da doença e a liberação de contatos presenciais pelas autoridades de saúde responsáveis.

Em tempo, da mesma forma resultante do impacto das proibições e restrições decretadas, muitos dos lugares físicos ou de atividades/ações que envolvem coletividade dos moradores do bairro foram fechadas por um longo tempo, reduzindo-se as possibilidades de contatos entre estes sujeitos e para com estes. Praça, parque infantil, quadra esportiva, salão comunitário, salões recreativos das igrejas, oficinas de recreação com a terceira idade, são alguns destes lugares/atividades que deixaram de ter prática cotidiana por um período que chega a se aproximar dos dois anos, e que afetam decisivamente as relações de instituições sociais, sendo estas convencionadas como “padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas” (BERGER; LUCKMANN, 2021, p.51) nos tratos sociais da vida cotidiana que aí ocorrem e, que, podem vir a afetar nossas observações de campo.

### **2.2.2 Observações prévias**

Apesar de não se constituir um local completamente desconhecido, ao contrário, espaço ao qual já tinha interagido em outros tempos, constatou-se a necessidade prévia de



reconhecimento do bairro e de sua dinâmica cotidiana, principalmente antes de partir para a realização das entrevistas para com a população residente. Dessa forma, o trabalho de investigação teve seu início através de algumas andanças no bairro Esperança. Tal procedimento, busca um melhor reconhecimento do território e vislumbra uma aproximação com a sociedade local, num caminho de inserção que o olhar atento pode trazer de riquezas investigativas. Objetivando maior familiarização com o espaço geográfico definido como lócus de estudo e que pudesse ir, mesmo que previamente, nos munindo de elementos que foram aos poucos ser descortinado, tanto dos elementos relativos ao ambiente natural e sociocultural, para ir pontuando possibilidades para análises posteriores.

Mesmo não se constituindo um trabalho etnográfico, certamente se tangencia por este modelo à medida que os sujeitos sociais são compreendidos como peças fundamentais em nossa análise de produção do espaço. Neste caminho, “a observação direta é sem dúvida a técnica privilegiada para investigar os saberes e as práticas na vida social e reconhecer as ações e as representações coletivas na vida humana. É se engajar em uma experiência de percepção de contrastes sociais, culturais e históricos” (ROCHA; ECKERT: 2008, p. 02). Mais que descrever observações empíricas, é despertar ânsias que promovam inquietudes investigativas que circunscrevam trajetórias humanas materializadas através do espaço físico e simbólico.

Neste processo incipiente, os registros fotográficos constituíram no principal elemento de observação. Estes possibilitaram materializar no tempo as feições geográficas existentes, e que trouxeram elementos visuais que se ampliam para além daquilo que um simples recorrido pudesse perceber. Esta ação iniciou-se ainda no ano de 2020, fase inicial desta pesquisa, e se repetiu em diversos momentos, abrangendo dias e horas distintos, que pudessem coletar diversidade de facetas sociais do ambiente. Tais registros foram realizados em espaços abertos, sendo na sua maioria locais de uso coletivo como ruas, praça, cursos hídricos, terrenos baldios, mas também em instituições públicas como escolas e posto de saúde. Esta atividade serviu como importante fonte de coleta de informações que auxiliou em muito a compilação cartográfica, mesmo que sumariamente registrada em croquis sob os quais debruçou-se em estudos posteriores.

Este mapeamento possibilitou elencar etapas metodológicas seguintes, como a visitação às mantenedoras das instituições existentes no bairro e no direcionamento à realização de conversas informais com alguns moradores, além da elaboração das questões das entrevistas.

### **2.2.3 Conversas informais**

Ao passo que as observações preliminares aconteciam, muito do que era observado direcionava para grandes questionamentos investigativos. Assim, em determinados momentos, ao ser interpelado por populares que aí se encontravam, travavam-se conversas que tinham um sentido de aproximação para com os moradores e tentativa de reconhecimento de elementos socioespaciais circunscritos.

Esta prática metodológica se produziu intrinsecamente ao processo de observação de campo, sendo um recurso ao qual se recorreu em virtude, também, de impossibilidades de pesquisas em instituições em ambientes fechados e que se encontravam sem acesso em função da pandemia. Muitas dessas informações, auxiliaram na descrição do processo histórico de formação e evolução do bairro que eram geradas a partir destas conversas com os moradores ou com agentes públicos que trabalham no referido local.

Certamente, ao longo destas conversas, iam se percebendo o contexto do espaço social do bairro, assim como buscar conduzir aproximações para com as instituições ali existentes, algumas delas desconhecidas até aquele momento. Dessa forma, as conversas informais tiveram grande importância na definição de quais seriam as instituições investigadas durante a realização da pesquisa. Destacamos as conversas travadas no entorno da horta comunitária do bairro, local este que não esteve fechado durante as restrições de convívio social pandêmico.

### **2.2.4 Definição das instituições**

Cada sociedade constitui elos de ligações sociais em seu ambiente de vivência, sejam, elas preexistentes no espaço concebido pelos planejadores ou estruturas/instituições esboçadas no próprio movimento de vivência dos sujeitos envolvidos enquanto espaços de representação. Muitas vezes, tais ligações se efetivam a partir de instituições coletivas que agregam as pessoas entorno de demandas ou de necessidades. Dessa forma, as observações prévias, as conversas informais e consultas às pesquisas pré-existentes, nos indicaram quais seriam as instituições que configuram relações sociais no espaço do bairro Esperança, sendo a escola, o posto de saúde, a associação de moradores (no caso do salão comunitário do bairro), a horta comunitária, as igrejas, além de espaço de recreação e lazer.

Importante correlacionar minha trajetória pessoal para com o lugar de estudo e, principalmente, para com as instituições que eventualmente havia interagido antes da realização desta pesquisa. Apesar de não ser nato do município de Panambi, é aí que mantemos vínculo residencial e laboral ao longo das últimas três décadas. Neste tempo, muitas relações socioespaciais se produziram diretamente para com o local de estudo, que foram criando vínculos de aproximação, mas também despertando certas ânsias para melhor compreensão da organização espacial deste.

Neste meu percurso de aproximação com o bairro Esperança, podemos descrever o fato de já ter trabalhado em distintos períodos das duas primeiras décadas deste século na Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire, instituição pública localizada no bairro Arco-Íris que é lindeiro ao bairro Esperança, e que atende os alunos provenientes de ambos os bairros. Minha identificação também se reforça pelo vínculo laboral na condição de profissional técnico em Geografia, como geógrafo, que compunha equipe técnica de estudo e formalização do documento constitutivo do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do município de Panambi, em cujas atribuições estava o mapeamento e o estudo socioespacial do território municipal, com maior detalhamento ao espaço urbano, atividade realizada em dois períodos distintas ao longo das décadas de 1990 e de 2000.

Dessa forma, não se trata de uma investigação de um lugar totalmente estranho, mas de uma pesquisa que visa ultrapassar as simples curiosidades que eventualmente foram construídas neste tempo de contato com o lugar. Tais, foram trazendo desejos de investigação que inquietam um pesquisador, em especial na percepção de como e de quanto as instituições presentes no espaço social são contributivas na produção do espaço e como as pessoas aí residentes se interrelacionam e se identificam para com estas.

A definição das instituições que seriam consultadas como fonte de informações para a pesquisa nasceu, essencialmente, das duas etapas primeiras: as observações de campo e as conversas informais. Ambos os movimentos trouxeram elementos que precisaram ser checados através de fontes documentais que ofereciam segurança e, também, curiosidades/dúvidas que permearam as prosas dialogadas com os moradores, muitas vezes na especulação destes sobre o que eu estaria fazendo pelo bairro.

De imediato, se faz necessário destacar a impossibilidade de consulta ao acervo do Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Vegemann, instituição pública de Panambi, o qual permaneceu fechado desde o início da deflagração da pandemia, em março de 2020, regressando a funcionar no final do segundo semestre de 2021, porém, sem acesso público ao seu acervo. A definição de consulta aos arquivos do MAHP nos possibilitava acessar ao maior

compilamento de informações acerca da história local, onde se encontram os registros da formação e evolução municipal, além dos periódicos existentes no município ali arrolados. O fato da impossibilidade de acesso ao seu acervo nos obrigou a um reordenamento metodológico em nossa pesquisa.

Assim, outros locais de consulta tiveram que ser incorporados em nossa consulta investigativa, alguns destes já antevistos como possíveis pontos de pesquisa. Elencamos a Prefeitura Municipal de Panambi através de diversas pastas, com destaque para a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/SMEC, Secretaria Municipal de Fazenda/SMF e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Ambiental/SDE, escolas (municipais e estadual), templos religiosos, associação de moradores.

Nestes locais, foram acessados documentos para coleta de informações, sendo instrumentos que resgatam a história através de mapas, fotos, livro de atas, que tem uma formalidade maior. Por sua vez, também serviram como fonte de consulta outros instrumentos, que não são tão formais assim, como livros de vida escolar, recortes de matérias jornalísticas, fotografias de arquivos pessoais, manuscritos de campo de professores, fichas de anotações de agentes de saúde, revelando-se importantes fontes neste resgate documental. Salienta-se que alguns destes documentos apresentam estado de conservação um tanto precário em função de sua idade.

Como referido, dentre estas fontes principais de consulta, encontramos os documentos de duas escolas públicas municipais, uma delas já extinta, mas cuja documentação encontra-se arquivada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, órgão mantenedor enquanto de sua existência. A segunda escola é a atual instituição de ensino municipal presente no bairro, que passou a ocupar o espaço físico da escola outrora encerrada. Complementando estas duas, também buscamos a documentação de uma terceira escola, que mesmo não estando sediada fisicamente no bairro em questão, tem uma proximidade geográfica, atendendo quase que na íntegra as crianças e os jovens estudantes deste, já que o bairro Esperança atualmente conta apenas com escola de educação infantil.

Também, nos debruçamos em estudos anteriormente realizados, que focam parcial ou integralmente suas pesquisas com o espaço-tempo local, sendo o primeiro deles *O processo de formação socioespacial do Bairro Esperança*, da professora Sandra Braun e o segundo trabalho é *“Esses alemão têm que se convencer que não mandam mais na cidade.” Relações entre sociedade receptora e (i)migrantes em Panambi na década de 1970*, da professora Eliane de Mello. Ambas as pesquisas apresentam consideráveis contribuições que nos permitem buscar diversos elementos de informação que encadeiam e enfatizam possibilidades de análises

trabalhadas ao longo de nosso estudo, considerando o propósito de uma compreensão da produção do espaço urbano do local, pela qual nos balizaremos no caminho da produção social do espaço.

### **2.2.5 Entrevistas**

Em trabalhos acadêmicos que objetivam trazer à tona contextos sociais, as entrevistas constituem uma das técnicas mais utilizadas e que podem adicionar boas possibilidades investigativas “gerando compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimento das pessoas” (MAY, 2004, p. 145). Contudo, por mais que seja uma técnica extremamente importante, esta requer alguns cuidados, como a compreensão do método pelo qual a entrevista deva ser conduzida e o próprio processo de análise dos dados levantados. Ainda, e talvez a mais importante definição prévia que deva ser estabelecida, é a opção do tipo de entrevista que deverá conduzir a investigação.

Assim, se fez necessário averiguar as possibilidades que devem conduzir as entrevistas em se tratando de pesquisa social, e que mais se aproximem dos objetivos deste trabalho. Tim May (2004, p. 145-146), nos apresenta quatro possibilidades: a entrevista estruturada, a entrevista semiestruturada, a entrevista não estruturada e a entrevista de grupo. Devemos observar o propósito da aplicação usual de cada uma delas.

Salientamos que nossa pesquisa requer uma dimensão qualitativa, devendo assim seguir uma linha investigativa com perguntas direcionadas, porém, compreendemos que para se atingir a dimensão social da vida cotidiana as entrevistas requerem uma estruturação que não lhe dê a condição de engessamento. As entrevistas estruturadas permitem uma linha comum de respostas facilitando a análise comparativa entre elas na fase posterior a sua aplicação, porém, reduzem as possibilidades de aberturas, que “permite ao entrevistado responder sem sentir-se constrangido por perguntas pré-formuladas” (MAY, 2004, p. 146), dessa forma, a escolha de entrevistas estruturadas pode facilitar o processo de análise de dados. Há de se considerar, porém, que o distanciamento que um questionário pronto pode trazer é o de conduzir a situação de apenas co-participação ao respondente, sendo que comumente se produz respostas padronizadas, o que manifestamos ser uma fuga da essência desta inquirição no protagonismo do respondente alçada à condição de sujeito social.

Analisando-se o percurso de uma entrevista não-estruturada, abrem-se boas possibilidades de condução desta em um caráter mais aberto, talvez na direção que se propõe,

em “permitir que os entrevistados falem sobre o tema nas suas próprias estruturas de referência” (MAY, 2002, p. 149-150). Contudo, o próprio May (2004) alerta que esta prática utilizada amplamente em entrevistas de história de vida/oral/biográfica, ao qual não nos enquadrámos em plenitude, podendo gerar flexibilizações importantes, contudo, sendo arriscadas no processo de interpretação daquilo que de fato o entrevistado quis referir ao ter liberdade de fala, além de uma projeção bastante exaustiva ao pesquisador no momento de sistematização do produto a ser analisado.

Considerando estes importantes apontamentos, definiu-se pelo método semiestruturado no processo de aplicação das entrevistas. Este método, transita como um meio termo entre ambas propostas descritas anteriormente, possibilitando-se seguir um roteiro estabelecido, cujas perguntas são “normalmente especificadas, mas o entrevistador está mais livre para ir além das respostas de uma maneira que pareceria prejudicial para as metas de padronização e comparabilidade” (MAY, 2002, p. 148), tendo o entrevistador “mais espaços para sondar além das respostas e, assim, estabelecer um diálogo com o entrevistado” (MAY, 2002, p. 148). É nesta linha metodológica que a aplicação das entrevistas se enquadra, com leve transição para entrevista não-estruturada, precisamente por não se ter a obrigação de se enquadrar apenas um tipo específico, pois se busca a constituição de uma comunicação intersubjetiva entre pesquisador e respondente, este último, na condição de sujeito do processo da vida cotidiana.

Para além de definição do método de entrevista a ser utilizado, é importante mesmo que ligeiramente, dialogar acerca do processo de condução dela na pesquisa com foco social. É sabido que o processo de condução da entrevista, assim como o entrevistado se apresenta/coloca durante a sua realização, podem afetar no seu resultado. A imparcialidade é algo de extrema compleição a se buscar. May (2004), aponta que se contraia três elementos indispensáveis à condição de entrevistador: a acessibilidade, pela qual deve se dar aproximação à informação a que se procura; a cognição, pela qual se deixa transparente o conteúdo buscado, e a motivação, que transpareça ao pesquisado que suas respostas tenham carga de valor. Tais observações precisam ser buscadas para um êxito na condução das entrevistas.

Uma das saídas que busca integrar a montagem e a condução de entrevistas menos carregadas de estranhamento é alinhavar questões mais genéricas, sem direcionamento pessoalizado ao entrevistado e que concilia tais elementos apontados.

Ainda temos a necessidade de dialogar brevemente sobre quais e quantos entrevistados vem a compor esta pesquisa. Optamos em buscar um quantitativo de sujeitos que expressam representatividade qualitativa e que atinjam elementos diversos a partir de interações para com

a instituições investigadas. Também definimos uma amostragem que abarcasse representatividade relativo às diversidades sociais em que a condição humana se apresenta.

A realização das entrevistas também foi fortemente impactada pela deflagração da Pandemia de Covid-19. Sob esta condição, apresentaram-se severas restrições em qualquer tipo de contato social presencial, resultando em adiamentos das mesmas, sendo que estas só puderam ser realizadas em fase avançada da inquirição, a partir do segundo semestre do ano de 2021, quando os órgãos de saúde passaram a flexibilizar possibilidades contato social.

Sob esta condição, cabe aqui arrolar a condição de dificuldades técnicas para a realização de entrevistas em formato remoto para a grande maioria dos moradores do bairro Esperança. Destaco apenas a realização de uma única entrevista utilizando esta metodologia, produzida através da plataforma *Google Meet*, a qual foi realizada num dos períodos mais severos da pandemia e cujo entrevistado, no contato prévio via telefone, propôs a realização da entrevista através deste formato.

A produção das demais entrevistas foi realizada de forma presencial, com o uso de máscara e com o distanciamento social recomendado para períodos pandêmicos e que envolvem doenças transmissíveis pelas vias aéreas superiores. Priorizou-se a realização das entrevistas em espaços abertos que permitisse a livre circulação de ar, consideradas estas medidas como condições essenciais recomendáveis para o referido momento da pandemia, sendo a rua ou o pátio das casas o lugar comum de sua realização.

As entrevistas foram gravadas em meio digital, sendo que a duração ficou bastante heterogênea, mesmo seguindo um roteiro formatado igualmente para todos os entrevistados. Alguns depoentes acabavam detalhando bastante suas respostas, além de trazer novas informações, para além das interrogações já definidas. O roteiro utilizado nas entrevistas consta de forma completa como apêndice (APÊNDICE A).

Através da aplicação das entrevistas foram ouvidas 13 pessoas, sendo que, em sua maioria, trata-se de moradores do bairro ou próximas deste e que interagem cotidianamente com esta espaço geográfico. Dois dos entrevistados tratam-se ocupantes (uma pessoa na condição de ex-ocupante) de cargos administrativos que interagem com o espaço social do bairro Esperança. As entrevistas foram coletadas entre o mês de agosto de 2021 e junho de 2022, sendo que tiveram durações bastante variadas, desde 10 minutos até cerca de 1 hora.

Ressaltamos que, como forma de preservar a identidade dos depoentes, não usaremos os seus verdadeiros nomes, sendo empregados nomes fictícios ao longo das citações, os quais foram atribuídos aleatoriamente, mesmo que todos tenham assinados termo de consentimento para a concessão das entrevistas. Recomendação sugerida costumeiramente pelos comitês de

ética para pesquisas de campo. Salientamos, porém, que as duas pessoas ocupante de cargos administrativos serão identificados por seu nome real, justamente por fazem seu espaço de fala nesta condição que lhe conduz a uma identificação direta e consentirem com a referida identificação.

### 2.3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Em nossa etapa conclusiva conduziremos uma interação entre as narrativas de nossos sujeitos-sujeitos-protagonistas sob o olhar dialógico conceitual em base das abordagens culturais em Geografia.

Para a realização da etapa final desta pesquisa, se estabelece parâmetros dialógicos que retomam as bases conceituais no processo interpretativo das narrativas coletadas. Sendo, como condição necessária em nossa pretensão de debate acerca da produção do espaço, é chegado o momento de analisar o papel dos espaços de socialização existentes no bairro Esperança os quais se articulam com os aspectos da vida cotidiana, e as suas contribuições para a produção do espaço social, em relação com as demais instâncias da espacialidade. Nesta tarefa, é preciso pensar na dimensão da espacialidade que congrega o pressuposto da materialidade presente nas relações produtivas que engendram uma organização espacial articulando as estruturas sociais presentes em cada lugar, que ressignificam a própria dimensão espacial a partir das práticas sociais percebidas e vividas.

Em se tratando da espacialidade do loteamento/bairro Esperança, temos que ter presente em nossa memória a história desenvolvida espacialmente ao longo de suas quase cinco décadas de vida. Período este que representa configuração territorial, marcado pela vicissitude, que nasce da expansão urbano-industrial intrinsecamente numa relação local/regional derivada de um planejamento oficial, território de assentamento de *despossuídos*, de *sem eiras e nem beiras*, de distanciamento do centro da cidade, de um espaço natural completamente desaconselhado para uso residencial, das primeiras moradias erguidas com materiais doados, implementação de um loteamento popular adensado espacialmente, desassistência de aportes urbanos (infraestrutura, equipamentos e serviços). São algumas marcas identitárias que se impregnam como marcas do tempo e que aparecem visíveis nos sujeitos de sua história, cujas marcas estão registradas no corpo e na memória de cada mulher e de cada homem que passaram e ainda passam por este espaço e que ali registram práticas socioespaciais cotidianas. São formas de



vida que se manifestam nas atividades individuais e coletivas de um povo que vive na e da Esperança/esperança.

Pensar nesta apreensão espacial é algo que requer o desenvolvimento de algumas instâncias no observador-pesquisador. É preciso desencadear a educação dos sentidos, a capacidade de desenvolver um conjunto de impressões externas, que vem a possibilitar o exercício de raciocinar sobre o entorno que nos cerca para além de uma descrição, assumindo a capacidade de experienciar. Não se trata de descrever vidas humanas alijadas de seus territórios. Trata-se, sim, de dar sentido a estas, de dar corpo vivo, significação, possibilidade. Ver marcas e registros como um processo que ultrapassa o estabelecido pelas relações de poder que a micro e a macroeconomia produzem. É perceber como as pessoas que habitam cada espaço se interrelacionam para além da unitária condição do trabalho. Isto requer um sentido de perceber sensível (CALLAI, 2000).

Esta busca investigativa, como possibilidade, nos é apresentada por Callai (2000) como sendo um “olhar espacial”, que

[...] supõe desencadear o estudo de determinada realidade social verificando as marcas inscritas nesse espaço. O modo como se distribuem os fenômenos e a disposição espacial que assumem representam muitas questões, que por não serem visíveis têm que ser descortinadas, analisadas através daquilo que a organização espacial está mostrando (CALLAI, 2000, p. 94).

Esta perspicácia, que vem a ser um processo pedagógico de apreensão de um coletivo social, e é o que buscaremos postar em prática quando trazemos à tona a vida cotidiana como elemento de análise, aqui na observação de um processo formativo do espaço urbano, dimensionado a partir das relações sociais que ocorrem no bairro Esperança. Ao evidenciar as narrativas, seguimos neste trilhar de perceber formas conscientes de espaço que recriam “uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes” (MASSEY, 2015, p. 15) de observador. Assim nos colocamos, pelo menos em desafio, para averiguar o processo da produção do espaço geográfico em questão, na qual se dimensiona conjugação de aspectos temporais distintos, de natureza e de sociedade, que se interconectam em temporalidade, espacialidade e socialidade, refutando certezas e observando possibilidades.

Nesta tarefa à qual este escrito se propõe, traremos ao longo do uma seção investigativa (Capítulo 4) os elementos da configuração da historicidade do espaço estudado, como fundamental elo na sua trajetória de formação do espaço. Esta dimensão histórica, produz parâmetros de compreensão dos territórios, que ultrapassam as aparências da paisagem momentânea, peregrinando no sentido de uma realidade espacial frutificada nas relações sociais

processuais, elaboradas no cotidiano das subjetividades dinâmicas (MASSEY, 2015). Cada contexto social, produz suas marcas que transcendem entre si, num íterim, recriável, numa ação conjugada de prática espacial, de representação do espaço e de espaços de representação (LEFEBVRE, 2013), como possibilidades de sua apreensão. Compreender o bairro Esperança em sua dinâmica de produção do espaço, decorre em descortinar o elo entre humano e ambiente, entre o ontem e o hoje, entre o macro e o micro, entre a materialidade das relações produtivas e sociais pelo trabalho e relações entre os sujeitos que ocupam este espaço, num presente e num passado, entrelaçando territorialidades que se (re)configuram a cada momento, seja na dimensão material, seja na dimensão simbólica, produzindo novas e constantes espacialidades.

Nessa nossa perspectiva de análise do espaço, emana-se um enfoque de lugar e de sujeito debatido através da categoria bairro, o qual descortinamos para além de seus recorte espacial definido fisicamente, assumindo uma dimensão volúvel que se constitui pelas relações sociais e não pela sua área circunscrita.

É neste foco de observação, que se confere ao espaço uma identidade específica. Lacoste (1997), um dos precursores da virada científica que faz emergir uma ciência geográfica contextualizada na relação humana enquanto produtora de espaços, apresenta esta noção de espacialidade diferencial, pelo qual “a distinção sistemática de diferentes níveis de análise espacial é um instrumento conceitual relativamente simples, que pode ajudar cada qual e até ver mais claro, a melhor compreender o que se passa” (LACOSTE, 1997, p. 91) em cada unidade territorial. Porém, o desafio reside em encontrar o corpo conceitual e metodológico de sua operacionalização.

É neste momento de análises e discussões que buscaremos interconectar tais formulações que vislumbram a produção do espaço, significados nas categorias e nas narrativas confrontadas frente aos balizes conceituais.

Entendemos que para além de percorrer a Esperança<sup>6</sup> visualizando suas espacialidades e conversando com os moradores, precisamos buscar formas de como se colocar neste lugar, na função de observador e coletor de narrativas. Tarefa desafiadora de ser praticada para inferir menor choque na ação. Entendemos que a rua, como espaço público de múltiplas configurações sociais, seja o lócus ideal no desempenhar desta ação prévia. Callai (2000) nos lega que:

---

<sup>6</sup> Esta é a forma usual mais corrente pela população da cidade de Panambi, não somente entre os sujeitos moradores do bairro Esperança. Tal se dá numa alusão relativo a como era conhecido o lugar [Vila Esperança], no período que antecede a oficialização do território geográfico instituído como bairro, efetivado no ano de 1986, demonstrando nas narrativas que marcam a identidade cultural deste espaço.

a rua é o lugar de trânsito, de circulação, de passagem para se chegar a outros lugares. A rua está carregada de história de vida das pessoas que por ali circulam. O tempo acumulado produz marcas, mostra suas origens. As ruas revelam o passado, o presente e permitem, inclusive, que se vislumbre o futuro (CALLAI, 2000, p. 125-126).

Salientamos que quando veiculamos rua aqui, não o procedemos enquanto categoria de análise de espacialidade, mas unicamente na dimensão de espaço geográfico onde a vida social acontece, numa consideração de lugar de observação, de diálogo, de falas, de vivências coletivas. Um espaço social.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO: PENSANDO O ESPAÇO HUMANO A PARTIR DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL

Diante da complexidade da sociedade urbana, pode-se pressupor que a produção do espaço constitui um *elemento central* da problemática do mundo contemporâneo, tanto do ponto de vista da realização do processo de acumulação capitalista [...], quanto do ângulo da (re)produção da vida, que se realiza em espaços-tempos de limitados reais e concretos [...] (CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2014, p. 14).

Propomo-nos aqui, trazer um breve amparo conceitual que confere diálogos travados no âmbito da produção do espaço e que problematize novas possibilidades comunicativas entre a Geografia e outras áreas do conhecimento que interajam com esta ciência e que percebam as multifaces do espaço social.

Perceber como a vida humana acontece e, principalmente, como é o processo de produção do espaço geográfico onde as relações humanas se efetivam e se materializam, vem a ser uma constância secular de indagação geográfica. Para tanto, iniciaremos a reflexão com alguns elementos epistêmicos que cremos serem suportes que palafitam a discussão da vida contemporânea da humanidade, que se territorializam em ambientes cada vez mais urbanos e globais, onde o real e o imaginário coabitam e exprimem as suas marcas intrinsecamente imbricadas.

Constitui um desafio para todo aquele que se propõe a dialogar sobre a espacialidade de um determinado território, na tentativa de transcorrer um debate que não imprima demasiadamente a visão peculiar que cada pesquisador carrega. Inquirir sobre Panambi, cidade gaúcha localizada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, não foge deste problema que incorre a todos os lugares. Os territórios que compõe cada palco espacial são resultados acumulados pela história da humanidade, materializados em processos de disputas entre elementos sociais que transformam e produzem paisagens carregadas simbolicamente, fruto de suas necessidades, desejos e ambições. Desafio posto, então, de problematizar o espaço geográfico panambiense, ou parte dele, a partir de elementos que consideramos oportunos ao debate de sua espacialidade.

Iniciaremos por um apanhado geral sobre a produção da espacialidade geográfica a partir das produções científicas que analisam a tecnificação espacial, fruto dos avanços da Revolução Industrial. Transformações estas, que provém desde o século XVIII até a concretização de um espaço informacionalizado, como presenciamos hoje, tentando assim

provocar um diálogo reflexivo acerca de elementos que avançam à materialidade espacial e tentam visualizar essa morada do homem, pormenorizando a compreensão da espacialidade de Panambi, em destaque ao do bairro Esperança.

### 3.1 O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO E A INFORMACIONALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Os territórios urbanos, mais do que nunca, se apresentam no tempo contemporâneo amplamente alterados de sua configuração originária que imprimiam as marcas da dinâmica da natureza. A história da sociedade humana tem sido marcada por transformações profundas no espaço a partir das determinações tomadas e dos caminhos seguidos por cada povo. O Sul do Brasil é um território de ocupação social recente, quando nos referimos a estrutura social e econômica moderna aí impressa. Assim, Panambi se apresenta como um município de configuração espacial recente, mas que já carrega marcas significativas das interações escalares com outras espacialidades, trazendo aquilo que Santos (1996, p.17) chama de “rotura progressiva entre o homem e o entorno”. É o modelo de vida adotado pela sociedade que determina a configuração espacial pela qual cada território se apresenta, a partir da impregnação da técnica exercida pela dinâmica social em seus diversos tempos e espaços. É assim que o urbano de Panambi se apresenta, fruto da tecnociência.

O dinamismo contemporâneo de relação do homem para com seu espaço habitado, elaborado e dirigido sob a égide econômico-exploratória, preconiza profundas alterações no processo da produção do espaço. O novo aspecto de fixação dos grupamentos humanos, numericamente em rápida ascensão, em determinados territórios, lhe dá a condição maior de produtor do espaço através das atividades econômicas nesses locais desenvolvidas. A cada dia novas relações sociais são estabelecidas objetivando também novos paradigmas de produção e transformação da espacialidade definidas no novo conjunto produtivo das relações de poder econômicas que se estabelecem, moldados não mais pelo ronco da barriga vazia do homem, mas pelo ronco das máquinas que apregoavam de técnica esse novo meio geográfico constituído e reconfigurado (SANTOS, 2014).

Na história humana, vários foram os momentos que demarcaram grandes transformações socioprodutivas, mas nenhuma delas se compara ao ocorrido no período da Revolução Industrial, iniciada no Reino Unido, no século XVIII e que criou outra noção da natureza para o homem. A partir de então, há um distanciamento desarmônico ampliado entre a humanidade e a natureza ao passo que esta torna-se fonte de matéria prima para a atividade

industrial em larga escala. Como resultado, temos a ampliação da tecnificação espacial, de intensidade e de escala, na mesma proporção que o modo de produção capitalista industrial se globaliza no transcorrer das décadas que se sucedem. Decorrente desta mudança, no contexto da segunda metade do século XX, este processo adquire uma escala planetária e, como resultado desta dinâmica produtiva, os problemas ambientais se multiplicam como numa resposta da própria natureza aos ataques exploratórios do sistema socioeconômico assumido desde então.

Este momento histórico de desenvolvimento de novas formas econômicas direcionadas pelo modelo industrial-urbano, vai provocar um redimensionamento de organização socioeconômica e produtiva espacial, na qual o Brasil passa a estar parcialmente inserido devido este processo não se desenvolver igualmente em temporalidade e espacialidade no território nacional. Santos (2014) chamaria esse momento de meio técnico-científico-informacional, marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelamento do território, sendo “o momento histórico em que a construção ou a reconstrução do espaço se dá com um crescente conteúdo de ciência, de técnicas e de informação” (SANTOS, 2018, p. 37). O território passa a ser equipado para facilitar a circulação das mercadorias. Passa a incorporar técnica ao espaço, principalmente no setor de infraestruturas. O exemplo mais clássico ocorre com os sistemas viários que precisam dar conta dos fluxos que as novas redes de conexões inter-territoriais demandam, como mercadorias, pessoas, capitais.

Há uma aplicação maciça de ciência na composição orgânica dos territórios exemplificados em aportes tecnológicos, da informação, da química na agricultura, da agricultura de precisão, biológicos, entre inúmeros outros. Assim, como exemplo, uma pessoa poderá residir na região dos *confins do Brasil*, distante de tudo e de todos, mas estar servido pela telefonia móvel que lhe acessa ao mundo a partir de sua casa, contando com uma eficiente previsão climática ou acessar sementes produzidas pela melhoraria genética de laboratórios espalhados pelo mundo, a milhares de quilômetros dali. O local e o global se avizinham, obviamente que em tempos e lugares distintos, ao passo que o grande capital reconfigura sua territorialidade nos diversos espaços geográficos.

Essa tecnificação do espaço resulta em novas fases de arranjos territoriais e produção do espaço. Desenvolvem-se locais cuja função é a de serem centros tecnológicos de desencadeamento e difusão da ciência e inovações em pesquisa e desenvolvimento. O “território se informatiza mais” (SANTOS, 2018, p. 40) com a instalação de atividades de ensino de pesquisa. A mundialização econômica seleciona territórios como centrais para o capital, nos quais grandes empresas privadas se aliam ou se usam de investimentos governamentais nestas atividades terciárias, projetando espetaculares centros tecnológicos: os

tecnopolos. Mesmo que tais ações de investimento concentram-se nos países mais avançados em tecnologia e detentores do grande capital econômico mundial, alguns outros lugares também passam a receber este tipo de iniciativas. Obviamente, que, em países cuja relação das redes e fluxos de capitais já estejam próximos a uma plena consolidação e que possuam vistosos aportes de empreendimentos em atividades de pesquisa e ciência. O Brasil, por sua vez, vai se enquadrando neste incurso, mesmo que direcionado por um modelo socioeconômico de concentração de riquezas e partição espacial, processo que seleciona apenas partes do seu território para tanto, enquanto outros continuam na inferioridade econômica de um espaço dividido (SANTOS, 2018).

Assim, o desenvolvimento econômico nacional e das relações humanas com o território, se dão muito concentradas espacialmente nas capitais estaduais ou na cercania delas, cujo conglomerado humano se expande em grandes porções metropolizadas, nas quais o investimento estatal e privado sempre privilegiaram certos lugares tidos como vantajosos ou estratégicos. Tais lugares, passam a ser possuidores de grandes universidades ou de centros tecnológicos circundados por empresas industriais que criam parcerias de troca de informação do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996) desencadeando em tais territórios, amplas conexões ao sistema produtivo nacional atreladas ao capitalismo global.

Apesar desta concentração de investimentos nestes lugares, o processo de mudanças técnicas no território não se verifica apenas aí. Em praticamente todos os lugares podemos comprovar amplas alterações espaciais resultado de aplicações técnicas. Na configuração da espacialidade de Panambi, nosso foco de análise, observa-se essa tecnificação territorial mais forte nas últimas décadas do século XX e início do XXI, com a implantação ou ampliação de um centro tecnológico de cursos técnicos profissionalizantes, de duas escolas de ensino médio técnico, de um campus universitário e de um campus de um Instituto Federal de ensino técnico, tecnológico e superior.

No desenrolar deste processo, boa parte do território brasileiro passa a ser especializado espacialmente. Em menor grau, o espaço urbano de Panambi também acompanha este processo. Há uma produção de território a partir da apropriação humana pela força de trabalho tornando-o fluído, o que permite que os fatores de produção, de trabalho, de mercadorias e de capital passem a ter grande mobilidade espacial. Não podemos deixar de destacar que este novo modelo que preconiza as relações de urbanização em redes, produz, também, um aprofundamento da divisão territorial do trabalho criando espacialidade do território, naquilo que Catelan (2013, p. 74) discorre como sendo mudanças na funcionalidade das cidades. Esse novo meio geográfico, graças ao seu conteúdo em técnica e ciência, é indutor e condicionante de novos

comportamentos da mobilidade humana decorrentes da necessidade da utilização do capital social trabalho, em forma de força e de conhecimento, engendrando novos processos sociais pelo território. Todo esse redimensionamento no território e na sociedade irá demarcar uma nova urbanização brasileira. A população passa a ser mais concentrada nas cidades, em especial em algumas delas, naquelas que melhor aderem ao modelo industrial capitalista. Um processo cíclico e exponencial decorrente de uma sociedade urbanizada e cada vez mais tecnificada, o que propicia também, aumento da terceirização da produção e da economia como um todo.

Na economia nacional, a expansão do trabalho industrial vai ampliar o crescimento do setor terciário em sua diversidade, mas comandado pela atividade comercial que precisava dar conta de uma crescente população urbana, boa parte pertencente à classe média, hábil consumidora. Esse setor não apenas se dissemina pelas metrópoles, num momento que inclusive antecede ao fenômeno da industrialização, ou em grandes centros regionais, fenômeno mais recente na urbanização nacional, mas em praticamente todos os centros urbanos, provocando uma mudança de conteúdo para as cidades médias regionais e locais, transformando-as em cidades com bom potencial econômico para dinamizar o seu meio rural e para as cidades pequenas próximas.

Analisando o contexto do espaço geográfico local, conseguimos resgatar um importante processo ao qual Panambi aos poucos se prende. A expansão da industrialização brasileira da metade final do século XX vai conectar o município à economia nacional, momento no qual muitas de suas indústrias de origem familiar, projetadas com o processo de colonização formador do município, até então abastecedora quase que única do consumo local-regional, passam a comercializar em escala de mercado cada vez mais amplo. Processo que resulta em um crescimento do porte produtivo destas indústrias, em escala ampliada, crescendo, também, as relações econômicas por estas estabelecidas, agora em âmbito nacional, uma vez que o destaque industrial local, se dá na atividade metalmeccânica, em especial, no que vem a ser denominado de setor industrial de pós-colheita<sup>7</sup>. A produção agroindustrial se desenvolve com uma linha econômica importante no cenário produtivo nacional, onde a agricultura assume um cenário de agronegócios cada vez mais internacionalizados e, que, demanda cada vez mais produtos industrializados, muitos deles produzidos em fábricas situadas não mais unicamente

---

<sup>7</sup> Mais especificamente na região Noroeste do Rio Grande do Sul, encontra-se o APL Pós-colheita, concentrado nos municípios de Panambi e Condor. Os municípios de Panambi e Condor formam a maior concentração de indústrias fabricantes de equipamentos para recebimento, beneficiamento e armazenagem de grãos do Brasil (APL PÓS COLHEITA). Neste APL, são 80 empresas dos mais variados portes que fabricam e montam equipamentos para atender as mais distantes regiões agrícolas do Brasil e países da América Latina (WOITCHUNAS, 2020, p. 310).



nos grandes centros urbano-industriais, mas em centros produtivos especializados, como o caso do polo metalmeccânico que Panambi representa.

As mudanças econômicas ajudam a produzir mudanças sociais e, vice-versa. A constituição de uma nova conjuntura produtiva resulta em novas relações socioespaciais, pela qual pessoas se reconectam com seu território em relações que partem da estranheza para adaptação, artificializando cada vez mais a paisagem natural e impregnando-a, pela mão humana, através da ciência, da tecnologia e da informação.

Isso traz, em consequência, mudanças importantes de um lado na composição técnica do território e, de outro lado, na composição orgânica do território, graças a cibernética, as biotecnologias, as novas químicas, a informática e a eletrônica isso se dá de forma paralela a cientificação do trabalho. O trabalho se torna cada vez mais trabalho científico e se dá também, em paralelo a uma informatização do território. Pode-se dizer, mesmo, que o território se informatiza mais, e mais depressa que a economia ou que a sociedade (SANTOS, 1996, p. 139-140).

O resultado desta nova articulação produtiva, nas palavras do próprio Milton Santos (1996, p. 143), vem a configurar a “especialização do território”, ao qual agora não nos debruçaremos neste debate, porém o destacamos, pois é a partir desta nova configuração espacial que se desenvolvem exponencialmente cidades com novas facetas: loteamentos, vilas, bairros, periferias, diversas e novas feições urbanas. São novos territórios pelos quais pessoas circulam num processo produtivo de vidas e de novos espaços, territorializados em abrangências produtivas escalares, cada novo lugar com sua identidade própria, específica, diversa, local.

Buscar compreender o espaço local onde a vida acontece cotidianamente é uma tarefa por demais desafiadora. Lefebvre nos alertava sobre isso quando exprime que a produção do espaço traz uma “complexidade, tanto de análise da realidade como da própria realidade analisada”<sup>8</sup> (LEFEBVRE, 2013, p. 13, tradução nossa). Pressupõe que o espaço não está dado e nem está acabado, se processa continuamente, decorrente das relações sociais que ocorrem continuamente e resultam na e da produção do espaço social.

A produção do espaço é uma tarefa que requisita muito estudo pelas ciências modernas, pela Geografia em especial, pois é nesta ciência que reside uma das maiores problemáticas para a compreensão dos territórios na atualidade. É a partir do espaço geográfico, num entendimento deste ser o espaço social no qual a vida acontece, que conseguir-se-á entender um pouco do que são as nossas cidades, o nosso país, a produção e a disponibilidade do trabalho, das riquezas e,

---

<sup>8</sup>“Complejidad tanto del analisis de la realidad como de la propia realidad analisada (LEFEBVRE, 2013, p. 13)

certamente da sua face oposta, que produz e reproduz as mazelas, as carências, os espaços segregados. Porém, por mais determinado e fixo que o espaço urbano tende a transparecer, temos que investigar como a vida humana aí ocorre, como ela extrapola à condição dialética da materialidade do capitalismo pelo que se produz o espaço a partir do cotidiano das pessoas. Necessita-se avançar nesta perspectiva, como nos provoca David Harvey (2005), que expressa uma ampla análise da condição da produção do espaço sob uma base marxista descrevendo como o materialismo histórico de Marx, apesar de sua insuficiência de percepção, “reconhece que a acumulação do capital ocorria num contexto geográfico, criando tipos específicos de estruturas geográficas” (2005, p. 41), produzindo este multifacetado cenário de espaços geográficos.

O objeto de estudo ao qual se propõe este debate, como anteriormente apresentado, nos direciona à problemática da compreensão da produção do espaço, em destaque à produção do espaço urbano local, como o recorte territorial num bairro residencial popular ligado em proximidade geográfica à uma grande indústria metalmeccânica, à qual, boa parte de seus moradores se vinculam, seja no trabalho direto seja na prestação de serviços aos que nela trabalham. Obviamente, que o objeto central é perceber como a vida acontece a partir do cotidiano das pessoas que aí habitam, porém impossível não assimilar este cotidiano em sua intercepção à espacialidade na constituição do território e das territorialidades vividas, buscando-se a dimensão espacial que o processo de acumulação capitalista vem provocando na estruturação e organização dos espaços geográficos e sociais contemporâneos.

A Geografia sempre se inquietou em compreender a dinâmica espacial na configuração da diversidade dos territórios, em buscar saber como cada território se configura e se constitui, quais as dinâmicas que se estabelecem como gerais e que geram outras dinâmicas específicas de cada lugar, produzidas pelos sujeitos na sua individualidade e na sua coletividade na constituição espacial para além daquilo que se projeta no espaço como imposição das relações de poder.

Utilizaremos ao longo desta reflexão o conceito produção do espaço e não produção espacial, mesmo que numa leitura semântica da linguística poder-se-ia compreender, grosso modo, como sinônimos. Na Geografia, porém, é objeto de discrepâncias de análises conceituais e tratadas de forma bastante categórica por alguns pensadores do conceito do espaço. Souza (2020, p. 40-42), num rápido diálogo conceitual sobre produção do espaço alerta, inclusive, de que não se trata de uma única maneira de interpretar, pressupondo-se que ultrapassa a ideia materialista, que redundaria numa concepção econômica, e que deva compreender produções simbólicas sociais e de relações de poder comportando “multiplicidade de dimensões”. A

produção do espaço, para Souza, numa referência clara ao filósofo Lefebvre concebe à “produção do espaço pode se referir tanto a sua (re)produção, nos marcos do modelo social hegemônico, capitalista e heterônomo, quanto à emergência de novas significações, novas formas e novas práticas” (SOUZA, 2020, p. 42). É justamente a concepção de espaço social (LEFEBVRE, 2013) que nos possibilita enriquecer o debate da espacialidade quando percebemos a sociedade como a produtora do próprio espaço em suas nuances simbólicas da vida cotidiana.

### 3.2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PARA ALÉM DE UMA INQUIETUDE PURAMENTE GEOGRÁFICA

A vida moderna, nascida das transformações socioprodutivas a partir do advento e consolidação do sistema econômico capitalista, carrega em si uma excêntrica complexificação em sua existência. As transformações espaciais pelas quais as sociedades dos últimos séculos percorrem resultam em rearranjos constantes da territorialidade social, na qual os espaços urbanos adquirem centralidade cada vez maior, o “urbanismo é a condição moderníssima de nossa evolução social” (SANTOS: 2018, p. 19). Porém, estes denotam em si extremas heterogeneidades, ambiguidades e multiplicidades, entre territórios urbanos e entre a cidade e o meio rural, se é que ainda seja possível distinguir este espaço dicotômico. Estas distintas características também são muito bem demarcadas dentro de uma mesma cidade, independente da dimensão urbana, sendo que nem sempre seja transparente a compreensão da sua configuração espacial. Dialeticamente, se faz necessário investir um tempo neste debate pois saber como o espaço urbano se concretiza significa compreender a estrutura social moderna, na qual estamos mergulhados, notadamente quando se faz referência às produções da vida cotidiana.

Tradicionalmente, busca-se a compreensão dos espaços urbanos a partir do levantamento dos agentes de produção deste, pois se tem no urbano a atribuição da essência da materialidade dos ambientes construídos, e a cidade é, talvez, o exemplo mais vivaz desse maior aprofundamento da artificialização antrópica no espaço geográfico contemporâneo.

Há uma unicidade no pensamento intelectual de que a cidade contemporânea é fruto do sistema capitalista refletindo todas as suas nuances: na estrutura social, na ocupação física constituindo os sítios urbanos, nas condições de espacialidade e de relações escalares que se processam em redes de articulações e de dependências em âmbitos locais, regionais, nacionais

e, mais recentemente, supranacionais. É neste sentido de se debater a produção do espaço urbano que muitos autores relacionam os atores deste processo socioprodutivo capitalista, no qual se conflui e se confunde com os agentes econômicos da atualidade. E, também, como as pessoas, habitantes dos espaços urbanos, se articulam espacialmente na produção de territorialidades como instâncias de poder que aí se efetivam, sejam materiais, sejam simbólicas.

No pensamento geográfico brasileiro, entre as décadas finais do século XX e, as primeiras deste, há muitos registros sobre a busca da compreensão do estudo urbano, com destaque na sua configuração espacial seguindo, essencialmente um caráter marxista, como denotado anteriormente. Neste sentido, Corrêa (2014) elabora uma matriz de interpretação do espaço urbano baseada fortemente no materialismo histórico, apontando os agentes de produção deste espaço urbano. Segundo ele, são os “agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos (...)” (CORRÊA, 2014, p. 43) que organizam e materializam os territórios, sendo urbanos ou não. Assim, a cidade atual emerge ou se reordena a partir de processos espaciais e mecanismos capitalistas inseridos em cada tempo histórico, seguindo as suas próprias diretrizes do seu momento produtivo econômico. Ainda, segundo Corrêa (2014, p. 44), os chamados tipos ideais de agentes de produção do espaço seriam “os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado, e os grupos sociais excluídos”. A importância e expressão de tais agentes, resulta do poder que estes exercem, sempre em caráter de contradição e de disputa, nos processos de estruturação e de configuração social, uma vez que é destes mesmos que resultam os mecanismos de produção e de distribuição das riquezas. Talvez, então, as cidades e sua configuração espacial sejam nada mais e nada menos do que esse conflito materializado espacialmente e configurado como demarcações socioterritoriais. Mas será que tais determinações condicionam unilateralidades à vida das pessoas? Já haveria uma condição unitária *a priori*, definida na configuração do espaço social urbano?

Pondera-se que é no embate entre estes agentes que se materializam as relações dos grupos sociais na configuração dos territórios construídos, não com relação de igualdade em peso e medida, pois ora mais uns ora mais outros agentes que preconizam este processo. No andar de nossa investigação, mesmo não sendo o objeto principal de análise em abordar sobre tais agentes, parece-nos importante ressaltar, pois é certamente na compreensão da relação de força destes que precisamos tecer diálogos para perceber o espaço urbano que nos inquieta neste momento: o de inferir como a vida cotidiana ocorre no bairro Esperança e como isto resulta

desta disputa de poderes. Reafirmamos ainda que para compreender os espaços urbanos atuais em sua percepção de configuração material não é possível restringir unicamente os debates a partir destes agentes produtores, pois percebemos que estes não exprimem o reconhecimento multidiverso que os distintos ambientes urbanos atuais se configuram espacial e socialmente.

O importante na busca de nosso objeto de investigação neste trabalho, é traçar um caminho que avance para além da abordagem dos mecanismos da produção do espaço urbano, em especial aos dos territórios entendidos como segregados. Que avance para o campo de compreensão das representações destes espaços, perceber outros vieses no sentido da estruturação, do reconhecimento e do entendimento de como estes são vistos, estruturados, configurados e materializados e que são presentes, porém, na maioria das vezes quase invisíveis pelo urbano brasileiro e mundial afora, resultantes da égide do aprofundamento das relações capitalistas de produção.

Caminhar neste rumo de investigação perpassa pelo discernimento dos processos que marcam a produção da espacialidade moderna, não como um processo fenomenológico aleatório apenas, mas de estruturação espacial da sociedade na qual há um profundo abismo de desigualdade de espaços territoriais, refletindo os mesmos fossos sociais que marcam a acumulação do capital e das riquezas produzidas pelo trabalho humano. Investigar este plano de leitura socioespacial não é o único, mas nos parece o mais apropriado pelos resultados argumentativos que os escritos das Ciências Sociais nos apresentam, encabeçadas pela Geografia.

Como já referido, é no campo de investigação do materialismo histórico que encontramos costumeiramente os elementos teóricos para adentrar por esta reflexão. Certamente, os territórios urbanos contemporâneos carregam ambiguidades múltiplas e complexas que essa abordagem tradicional não consegue exprimir. São necessárias peregrinações por outros elementos de análises que nos guiam por caminhos mais amplos e abertos, na mesma proporção que a cidade de hoje se apresenta. São necessárias investigações que incorporem as relações sociais que efetivam e compreendam as representações sociais nos espaços urbanos bem mais amplos e reais, perto do que se vive pelo ser humano e que dá vida à cidade, para além do modelo pensado a partir das pranchetas de seus projetistas ou nos territórios incorporados pelo expansionismo capitalista que alija o não possuidor de recursos de capital daquilo que compreendemos como cidade formal. O espaço urbano é muito mais do que um espaço concebido, ele é percebido e, essencialmente vivido (LEFEBVRE, 2013) por quem nele habita.

Reafirmamos que a compreensão da cidade a partir de um modelo investigativo de abordagem marxista continua sendo um caminho pródigo. Sendo que este trata a problemática urbana como reflexo direto da estruturação atual da divisão do trabalho, tendo nas forças produtivas e nas relações de produção o eixo central que dá papel e sentido a cada elemento humano na gênese econômica e socioespacial e, que configura o que cada elemento social é e o que representa na sociedade e nos territórios que habitam. Somos o que produzimos. Dessa forma, a abordagem proposta metodologicamente a partir deste trabalho se aproxima epistemologicamente deste campo de investigação, para buscar nele elementos primazes no estudo espacial urbano, não no sentido de dogmatizar a análise, mas de ter um ponto de partida.

### 3.3 O ESPAÇO SOCIAL NUMA ABORDAGEM CULTURAL EM GEOGRAFIA

O espaço urbano contemporâneo apresenta-se carregado de materialidades transcritas em infraestruturas, equipamentos e serviços, para além daquilo que compreendemos como cidade. Tais, se mostram de forma extremamente heterogênea pela extensão do espaço geográfico das cidades, caracterizando significativas discrepâncias socioespaciais. Em visões ortodoxas, que consideram como agentes de produção do espaço urbano apenas as investigações de caráter econômico ou de disputas entre as classes social, para se compreender a cidade, bastaria explicar o que são os bairros, as vilas, as comunidades, as ruas, na produção do espaço urbano. O que vem a constituir de novo, pelo menos numa abordagem epistemológica mais abrangente, é a sua compreensão com um contexto ampliado da vida humana, na qual a “organização e o sentido do espaço são produto da translação, da transformação e das experiências sociais” (SOJA, 1993, p. 101). Uma abordagem que considera a sociedade como sujeito da produção do espaço compreendendo-se o espaço como sendo social, incorporando suas nuances simbólicas.

A análise da produção do espaço que se materializa em ambientes amplamente antropizados, tendo o urbano como marca primordial sob a égide produtiva capitalista, aparece concebido sobre um olhar materialista estruturado numa visão vertical de sistema produtivo. Percebia-se o espaço como produto da predeterminação de um sistema, no qual os indivíduos humanos seriam apenas consequências e não proponentes de sua história materializada territorialmente. Seguia-se unitariamente uma visão de ser humano como produto pré-estabelecido nas relações econômicas e nos interesses de classes. Soja (1993) já nos informava

que se o espaço é produzido materialmente, não há como o perceber sem trazer os elementos culturais ao debate, como propõe a abordagem geográfica pós-moderna.

Não é só propor a produção do espaço como um produto humano, numa concepção social, mas trata-se de emergir a própria humanidade à condição de protagonista, aflorando o seu cotidiano como um elemento central de análise. Este alvitre, de caráter inovador nas explorações da espacialidade e da própria sociedade em si, tem um ideário incipiente na abordagem filosófica de Lefebvre, que adentra conceitualmente naquilo que parece ser até então uma exclusividade analítica da Geografia: o espaço social. Salienta-se, porém, que a ideia de espaço e cultura permearam a Geografia desde sua consolidação enquanto ciência, aflorando essa dimensão cultural do espaço, recebendo contribuições da Geografia alemã, francesa e estadunidense, sendo estas, num alerta de Corrêa (2001), consideradas como um debate de geografia cultural concebida como tradicional, sendo proposta de forma diferente na retomada da *nova* geografia cultural dos anos de 1970<sup>9</sup> em diante. Claval (2011) debate esta nova proposta de análise que se desamarrava do positivismo, projetando a chamada virada cultural, pela qual se traz ao debate uma concepção “onde a iniciativa humana tinha um papel importante na construção das realidades sociais” (CLAVAL, 2011, p. 06) da vida corriqueira.

O geógrafo estadunidense Edward W. Soja, assim como o sociólogo espanhol Manuel Castells aparecem na dianteira da discussão da produção do espaço, com destaque ao urbanismo, alavancando e contrariando as ideias de Lefebvre. Castells (1983), embora ortodoxamente conservador e numa postura um tanto de antagonismo epistêmico à Lefebvre, debate a ideologia produzida pela estrutura econômica dominante que diretamente influencia no desenvolvimento das espacialidades urbanas desiguais. Se, por um lado, ele não se furta do debate sobre o processo da organização multiescalar como um movimento amplamente generalizado no cenário mundial, por outro, o faz explorando novas formas de produção do espaço urbano, propondo uma observação, mesmo que tímida, enveredando naquilo que ele considera como sendo outras práticas sociais que preconiza “uma evolução do espaço como fato social” (CASTELLS, 1983, p. 304). Em suas considerações, assinala ainda que “da mesma forma que existe uma eficácia própria do econômico ou do político-institucional através de sua modulação espacial e seu lugar nas unidades urbanas, existe uma certa especificidade da

---

<sup>9</sup> A partir da década de 1970, uma série de acontecimentos e redefinições no campo conceitual de análise das ciências, marcadamente na Geografia, possibilitaram novas forma do fazer geográfico. O social, manifestado em seus aspectos culturais, deixa aos poucos de ser um elemento residual para assumir essência nas análises geográfica, aproximando a Geografia das teorias sociais. Certamente, essa abertura da Geografia que dialoga com outras áreas e correntes emergencia o simbolismo e o interesse pela diversidade. Entre os ideários deste debate na Geografia, Paul Claval indubitavelmente é um dos grandes expoentes.

instância ideológica ao nível de espaço urbano” (CASTELLS, 1983, p. 306), emanando os aspectos culturais na configuração do espaço urbano.

A abordagem por este viés diferente carrega o componente ideológico forte que produz espacialidades decorrentes das formas culturais engendradas pelas sociedades. Quando pensamos na concretização do território do bairro Esperança, propõe-se imaginar quanto desta espacialidade é materialização das lógicas de expansão econômico-social ou das planificações urbanas<sup>10</sup> que emergem das políticas institucionais desenvolvidas no urbano de Panambi. cremos que não existe mensuração ou quantificação destes, mas que se interconectam elementos que “emergem da prática social” numa profusão que analisa essas possibilidades (SOJA, 1993, p. 102). Mais que revigorar cultura, política, crenças, superstições, ideologias, é dialogar acerca da produção do espaço numa pressuposição de desabsorção da espacialidade pela economia. Soja (1993, p. 113) analisa, ainda, a contribuição de Gramsci elevando a espacialidade numa profusão de relevância ao debate, quando “suas bases evidenciaram-se claramente nas relações espaciais inseridas na formação social e nas particularidades de lugar, situação e comunidade territorial”. Pensamos em cada canto dos urbanos Brasil afora, quanto de produção simbólica que se significam na produção de cada território e, em especial, a constituição da instância da espacialidade que reside no território do bairro Esperança.

Como já referido, cada lugar é único em suas várias facetas sociais e espaciais. Assim, o local constitui-se amplamente complexo com inúmeros patamares de significados, como nos diz Cosgrove (1998) em seu debate sobre cultura e simbolismo nas paisagens geográficas. Para ele, cada “local é um lugar simbólico, onde muitas culturas se encontram” (COSGROVE, 1998, p. 93). O esquecimento ou o desprezo dos aspectos culturais dos debates sobre a espacialidade que perpetuaram os estudos geográficos até os três primeiros quartos do século XX ignoraram massivamente o componente humano, pelo menos ao seu aspecto singular, tentando engessar um modelo padrão que cada lugar se enquadrasse numa lógica produtiva materialista. Toda paisagem possui significados simbólicos porque é o produto da apropriação e transformação do próprio meio natural pelo homem. O debate ao qual esta reflexão se propõe, vai bem de encontro com tais elementos, que considera o papel do cultural e do simbólico no cotidiano da vida humana. Preconizamos que desconsiderar os elementos da cultura humana, resulta numa fragmentação do conhecimento geográfico, uma vez que as práticas humanas são carregadas de

---

<sup>10</sup> A urbanização do território físico onde se encontra atualmente o bairro Esperança é fruto da ação do poder público municipal de Panambi, que adquiriu o terreno nos primeiros anos de década de 1970 para a instalação de um loteamento popular como uma espécie de aldeamento de errantes (abordagem a ser realizada no capítulo 4).



simbolismo produzidos na relação entre os homens e destes com o seu ambiente e que influenciam decisivamente o nosso comportamento diário. Obviamente, naquilo que se produz.

A paisagem é a configuração dos elementos geográficos num dado momento, como se fosse uma cena, uma fotografia que materializa um espaço (COSGROVE, 1998) num momento específico. Mesmo que se queira novamente reproduzi-la, esta não ocorrerá mais de igual forma e em nenhum outro lugar. E, justamente por isso, ela é resultante de um processo que se redefine e se reconfigura a todo instante. A paisagem interage com a humanidade a partir de sua forma de ver e sentir os lugares e o ambiente, trazendo na memória das sociedades a sua configuração de espacialidade, os seus sentidos, aquilo que produz a vida humana.

A paisagem aparece na memória humana a todo momento, tanto na definição de sentidos que dão orientação às práticas humanas quanto no saudosismo daquilo que já foi, que não se repete, pois é essa leitura de espacialidade que muitas vezes acabam orientando as ações e as práticas na vida cotidiana das pessoas. Certamente, vem a definir uma identidade ao local que se habita. O que vem a ser o bairro Esperança, cuja toponímia se multiplica aos montes pelo urbano do Brasil afora, carrega em si um amplo simbolismo, mas não passa de um território único, com identidade própria.

Em cada cidade, e não diferente de Panambi, como sendo nosso lócus geográfico de pesquisa, a paisagem que se configura em cada lugar – bairro, rua, indústria, praça, igreja, campo de futebol (ou simplesmente um terreno plano de grama ou de chão batido onde a *pelada* entre amigos de rua rola no final de tarde ou nos finais de semana) – tem seu significado social construído e produzido culturalmente. E é nessa associação dos elementos da paisagem, natural e cultural, que se definem os símbolos que expressam a memória de cada lugar e dos homens para com esse. E, como dito por Cosgrove, é a paisagem que nos lembra que “a geografia está em toda parte” (1998, p. 93). Neste reflorescer dos aspectos culturais pela Geografia, Corrêa (2001, p. 289) propõe ao debate geográfico o conceito de paisagem cultural, sendo “um conjunto de formas materiais dispostas e articuladas entre si no espaço como os campos, as cercas vivas, os caminhos, as casas, a igreja, entre outras, com seus estilos e cores, resultante da ação transformadora do homem sobre a natureza”.

Talvez aí resida uma das dificuldades de incorporação da carga simbólica da cultura nos debates da espacialidade pela Geografia; muitas vezes parece que este debate carece de um caminho científico. Fazê-lo, significa, ao mesmo tempo, trazer o novo e não enquadrar o objeto de análise numa teoria fechada, única. A subjetividade é por demais importante nos estudos de geografia humana, não há como alijá-la deste processo. Compreender a simbologia que se expressa culturalmente demanda ao pesquisador penetrar por elementos de métodos e análise

mais amplos, manifestados em produtos culturais como pinturas, poemas, romances, contos populares, músicas. Certamente haverá outros elementos sociais que se expressam culturalmente na população, que se manifestam e carregam cada elementos humano no seu ato de produção do espaço do bairro Esperança, perpassando nas evidências produzidas pela humanidade, e pelo significado que estes trazem para a interpretação geográfica. O estudo da Geografia Humana incorporando a carga cultural não se fecha, pelo contrário, se reinterpreta constantemente, assim como o espaço geográfico, que é humano, é apresentado e reapresentado a cada dia pela vida das pessoas em seus diversos ambientes.

Precisamos de novos elementos carregando as discussões geográficas referentes à produção das espacialidades humanas, que ultrapassem a inventividade definidora do espaço geográfico como produto único de projeções concebidas puramente pelo modo de produção materialista vigente e pelas relações de classes aí inseridas enquanto dialética argumentativa única.

### 3.4 A ESPACIALIDADE E A VIDA COTIDIANA EM LEFEBVRE

A concepção que nos baliza por um trânsito na discussão da espacialidade como um elemento social reside em Henri Lefebvre, como referência primordial. Certamente, ele não é o único a referir essa discussão, mas é a partir de sua proposição do estudo da vida cotidiana, a partir da tríade da espacialidade, que podemos compreender de uma forma mais contextualizada com a territorialidade específica, como a condição social demarca com vigor a produção do espaço.

As contribuições de Lefebvre são fartas no diálogo acerca da produção do espaço. Em *A cidade do capital* (2001), ele baliza a discussão nas concepções marxista (numa roupagem que muitos acadêmicos exprimem como neomarxista) de classes sociais, porém já transitando por um viés espacial-temporal quando territorializa a classe trabalhadora inglesa, em pleno século XIX, em seu processo de concentração espacial em centros urbanos que se agigantam naquele momento histórico que, a partir daí, se expandem cada vez mais. Enfatizando as categorias de produção e de relações de produção, puramente marxistas, avança sobre a problemática urbana reconfigurando as leituras tradicionais e expondo uma releitura social (espaço social), na qual a espacialidade apresenta-se em seus muitos escritos/debates como discussão dos aspectos simbólicos da vida social: a vida cotidiana.

Mas, certamente, é em “*A produção do espaço*” (2013) que Lefebvre adentra efetivamente numa contribuição maior à Geografia, quando penetra em discussões acerca do espaço, que abordaremos na sequência. Precisamos, primeiro, apontar alguns elementos de análise para chegar até lá, especialmente o conceito da vida cotidiana.

Precisamos ponderar primeiramente que as marcas marxistas nas produções de Lefebvre estão presentes, e é justamente a partir de alguns conceitos de Marx que ele aproxima suas análises da concepção da espacialidade. É no avançar da compreensão dos modos de produção e das relações de trabalho, quando os especializa, que adentra na compreensão do espaço através da vida cotidiana. Explorando o conceito marxista de alienação em seus múltiplos sentidos, em relação aos seus produtos, ao ato de produção e na própria condição como ser humano (CAMPOS, 2009), descreve a vida cotidiana como sendo marcada pelas repetições das ações corriqueiras que perfazem o mundo diário das pessoas, seja em suas relações de produção através do trabalho, seja nos contatos sociais e familiares, das rotinas, que se engendram em ciclos de vivências. Porém, se por um lado, a vida cotidiana é marcadamente alienante, por outro, vê-se possibilidades nela. Lefebvre, aponta justamente que certas ações triviais de lazer produzem reflexões desencadeando certos processos que esboçam promissoras ações de desalienação. Seriam as atividades ativas.

Na compreensão da vida cotidiana a partir de Lefebvre, ao se analisar com certa superficialidade, transparece que a vida humana está restrita a um mundo profundamente alienante. Campos (2009), desenvolve uma análise mais acurada desta concepção *lefebvriana*, pela qual são apontados elementos que permitem uma nova visão menos negativa de perceber o homem social. Apesar da aparente contradição, como já dito, é em certas atividades cotidianas que o ser humano consegue fugir das amarras unicamente negativas, propiciando através de atos corriqueiros, momentos<sup>11</sup> de construção de memória que lhe incutem possibilidades, que chamaríamos de emancipatórias. Tais momentos, segundo Lefebvre, estão “ligados a uma dimensão espacial e temporal de presença” (*Apud* CAMPOS, 2009, p. 55). Seriam os momentos vividos, em sua plenitude, uma possibilidade certificada de validade na autoafirmação de alguém que subterfugia sua inconsciência e se aproxima de seus pensamentos e ações. Os momentos vividos por estes homens e mulheres que possibilitariam recursos de ultrapassar as amarras rotineiras e não produtivas da vivência humana.

---

<sup>11</sup> Lefebvre concebe conceitos como momento e presença, analisados por Campos, como sendo essenciais para compreender este homem. Aqui não adentramos nesta discussão por percebermos um desvio de rota do objeto da pesquisa proposta, apesar do entendimento da sua importância intrínseca na busca da compreensão da vida cotidiana e da própria produção do espaço pelas sociedades.

É nessa elaboração conceitual, entre a presença-ausência que Lefebvre (2013) aponta um novo caminho epistêmico de análise, baseada em uma condição humana não aprisionada, dicotomicamente, mas uma absorção conceitual de uma terceira possibilidade: a da representação. Este debate une relações conceituais com a proposta de compreensão do espaço social, aqui anteriormente tratado, pelo qual se percebe a humanidade como um elemento ativo, consciente, produtivo, numa espacialidade que se efetiva em alargamento de horizontes de análises geográficas que, numa ampliação de debate, Soja (1993) propõe a reconstrução da geografia humana avançando ao debate da pós-modernidade. Não é um abandono do materialismo histórico, mas um enriquecimento de análise com a incorporação de boas pitadas do imaterial que a cultura humana produz e que perfaz o cotidiano social. É o simbólico presente nas análises espaciais, justamente porque o espaço se configura notadamente por este.

Compreender a espacialidade sobre esse novo olhar significa considerá-lo concomitantemente como sendo um espaço real e abstrato. Ao mesmo tempo, representa o capital na sua condição de mercadoria e também na condição de produto social, carregado de diversidade e de multiplicidade, não se explicando em si mesmo, tornando-se produto e confundindo-se com a própria história da humanidade. Neste sentido de observação, Lefebvre direciona sua análise trazendo uma narrativa de que o espaço assume esta condição de verdadeiro produto, porém com um sentido de “dupla ilusão, cada lado remetendo ao outro, reforçando o outro, cobrindo-se do outro: a ilusão da transparência e a ilusão da opacidade”<sup>12</sup> (LEFEBVRE, 2013, p. 87 - tradução nossa).

Esta vinculação se esboça justamente na relação humana confrontada com a ocupação de um espaço natural, numa produção do espaço cujos simbolismos vindos da natureza obscurecem a clareza racional emanada na história humana, da história de conquistas humanas sobre a natureza. Lefebvre (2013) aponta algumas implicações neste processo produtivo da espacialidade. Primeiro, que o espaço natureza permanece, não desaparece. Persiste em si mesmo e adquire simbologia forte no mercado, como reserva, em sua constante e profunda exploração mercantil. Cenário que muda, adquirindo ar mítico de poder. A segunda implicação apontada por Lefebvre (2013), está na própria produção do espaço pelo elemento social, afirmando que cada sociedade materializa o seu espaço na sua relação temporal de existência. Um espaço social não se aplica a outro espaço social, pois cada qual contém a história de determinado povo em seu tempo, desencadeando processos de produção e reprodução espacial

---

<sup>12</sup> “Doble ilusión, donde cada uno de los lados remite y refuerza al otro, cubriéndose mutuamente: la ilusión de la transparencia y la ilusión de la opacidad” LEFEBVRE, 2013, p. 87).

específicos. Cada espaço se apresenta com sua unicidade, decorrente de suas cargas de singularidades que marcam a história humana em cada lugar.

É no espaço que as relações de produção acontecem. Lefebvre (2013) traz uma interpretação do materialismo histórico, no qual designa três níveis de multiplicidade de relações sociais: a da reprodução biológica, a da força de trabalho e a das relações sociais de produção, num processo complexo e concomitante, onde cada qual participa imbricadamente, no gerir e no gestar espacial.

Refinando essa observação destes três níveis de forma mais acurada, o espaço passa a ser compreendido a partir de leituras de representações, cujo simbolismo de cada espaço carrega a unidade da coexistência deste. As representações simbolizam um conjunto de elementos de percepção espacial por cada sujeito que compõe o próprio espaço, alguns com mais poderes que outros, na esfera da oficialidade (da iniciativa estatal e da privada), enquanto outros margeiam à clandestinidade, mas nem por isso deixam de produzir a simbologia espacial. O espaço em si contém “esse entrecruzamento múltiplo”<sup>13</sup> (LEFEBVRE, 2013, p. 92, tradução nossa), no qual abrange as representações de relações de produção que se efetivam no espaço que, por sua vez, passa a ser possuidora das representações. Essa interconexão produz uma tríade tipificada no espaço que representa a prática espacial, as representações do espaço e o espaço das representações. Essa é certamente a maior contribuição lefebvriana para as ciências sociais, talvez maior ainda para a Geografia, que se debruçam em compreender a produção do espaço de vivência da sociedade humana.

O ato da produção do espaço no qual uma sociedade se vincula territorialmente é um produto da constituição histórica ao longo de um amplo tempo. É necessário criar raízes materializadas nas próprias relações sociais que se cunham tanto no individual social quanto no coletivo, que se produz nas crenças, na família, no trabalho, na igreja e nas relações políticas. Produz-se na relação entre o real e o simbólico, tanto por aquilo que se faz como por aquilo que se acredita, o que se efetiva pelas relações com os elementos da natureza e com os elementos da própria sociedade. Produz-se uma instância de poder<sup>14</sup> entre o que se concebe e o que se vive em âmbitos de interpretações sociais que se concretizam espacialmente através de múltiplas

---

<sup>13</sup>“esos múltiples entrecruzamientos” (LEFEBVRE, 2013, p. 92).

<sup>14</sup> Reconhecemos as estruturas de poder que fortemente se manifestam nas relações sociais através do que Bourdieu define como “estrutura estruturantes” manifestadas e “estruturas estruturadas”, como sendo importantes na análise social, em espacial em determinados territórios. Mas, não nos enveredamos por esta proposta de análise, por considerarmos um caminho único, que não dialoga em aproximação com uma construção social de realidade a partir da vida cotidiana, interpretada pela humanidade subjetivamente e dotada de sentido para esta na medida que se concretiza um mundo coerente.

manifestações que configuram “diferentes universos simbólicos” (BOURDIEU, 1998, p.14), pelos quais os territórios se produzem e adquirem a simbologia de inter-relação para com os sujeitos que aí se manifestam e produzem territorialidades, tanto para os que dele fazem parte, como para os que não conferem participação.

Para Lefebvre (2013), cada sujeito se situa num espaço onde ele se reconhece ou então se perde, no qual ele usufrui ou modifica este espaço. Cada sujeito social participa deste procedimento de constituição espacial a partir de sua própria constituição pessoal, como processo de inserção e de funcionalidade do grupo social onde vive. Por sua vez, é um sistema produtivo conflitivo e desarmônico, carregado de “interditos”<sup>15</sup>, no qual cada sociedade se constitui, onde os processos de produção social se alternam entre o consciente e o inconsciente, numa produção dos espaços sociais, incluído o urbano, carregado de simbolismos inconscientes, naquilo que Lefebvre (2013, p. 95, tradução nossa) pressupõe ser “uma vida subterrânea e reprimida”<sup>16</sup>.

Aprofundando a discussão da concepção do espaço como um produto, se faz necessário a compreensão da totalidade espacial. Mais que uma análise, o espaço precisa ser buscado conceitualmente, o que permite entendimento no seu processo de evolução espacial, sendo que o passado tenha deixado os seus traços do tempo, suas inscrições registradas na história. Portanto, quando se observa o bairro Esperança, sabemos que ele é a materialidade histórica das relações produtivas, mas também precisa-se verificar que este espaço também é carregado de contemporaneidades humanas, marcada na vida de cada sujeito que lá habita e que daquele espaço produz a sua morada, não como uma contemporaneidade solidificada, mas que compreende a vida no espaço, como dito por Massey (2015, p. 89), numa “simultaneidade dinâmica” de processos humanos presentes.

Para elucidar melhor essa análise, precisamos retomar a concepção da tríade da espacialidade de Lefebvre, para identificar o processo da produção do espaço ao qual nos propomos neste estudo. Relembramos que a própria proposta de Lefebvre não permite adicionar grau de importância de uma instância da espacialidade sobre outra, tampouco de que uma seja decorrente da outra. Assim, é um concernir/conceber que a produção do espaço pertence e se

---

<sup>15</sup> Para Lefebvre (2013, p. 94-95), o espaço social é carregado de movimentos que transcendem a comunicação entre os constituintes sociais. Seria tudo aquilo que é vivido, mas que não está verbalizado (o não-dito) ou apostilado em forma de leis, mas que define regras entre o convívio dos indivíduos. Esta é uma profunda marca de sua análise do espaço social carregada de signos e simbolismos, constituindo, diacronicamente, o peso da linguagem (dita e não-dita) em relação à configuração da espacialidade.

<sup>16</sup> “una vida subterrânea y reprimida” (LEFEBVRE, 2013, p. 95).

processe no verdadeiro contato humano com o espaço e nele mesmo, num processo de reciprocidade humanidade-espaço-sociedade.

A primeira instância da espacialidade, a prática espacial, carrega verdadeiramente as ações práticas e atitudes espaciais de uma sociedade em seu cotidiano, o que produz o seu espaço percebido (percepção) pela sua vida.

A prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço, ela o postula e o supõe em uma interação dialética: o produz de forma lenta e tranquila, dominando-o e apropriando-se do mesmo. Para a análise, a prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando o seu espaço<sup>17</sup> (LEFEBVRE, 2013, p. 97, tradução nossa).

A segunda instância da espacialidade é o espaço concebido, que Lefebvre (2013) também denomina de representações do espaço. É o espaço das pranchetas, como o próprio enunciado designa. É o ato de conceber o território espacial por aqueles que Corrêa (2014, p. 44) denomina de “agentes sociais da produção do espaço”. Trata-se do “espaço dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas retalhadores e agenciadores, de certos artistas que se aproximam da cientificidade<sup>18</sup>” (LEFEBVRE: 2013, p. 97 – tradução nossa). Seria o espaço enquanto produto, elaborado intelectualmente identificando formas de espacialidades adversar à humanidade, normalmente à mercê de formas e estruturas dominantes.

A terceira instância espacial concebe os espaços de representação ou o espaço vivido. É o mundo da vida das pessoas, dos usuários, dos habitantes, “trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar-se<sup>19</sup>” (LEFEBVRE, 2013, p. 98, tradução nossa), uma estrutura espacial mais real, verdadeiramente experimentada por cada pessoa que habita o território, composta de “sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos<sup>20</sup>” (LEFEBVRE, 2013, p. 98, tradução nossa) não expressos, nas palavras do próprio filósofo francês.

Esta multiplicidade de abordagem epistêmica onde sociedade, espaço e tempo se complementam enquanto categorias, foge ao tradicional contido nas interpretações

---

<sup>17</sup> *La practica espacial de una sociedad secreta su espacio, la postura y lo supone en una interacción dialética; lo produce lenta y serenamente dominándolo y apropiándose de él. Desde el punto de vista analítico, la práctica espacial de una sociedad se descubre al descifrar su espacio*<sup>17</sup> (LEFEBVRE, 2013, p. 97).

<sup>18</sup> *“El espacio de los científicos, planificadores, urbanistas, tecnócratas fragmentadores, ingenieros sociales y hasta el cierto tipo de artistas próximos a la cientificidade”* (LEFEBVRE: 2013, p. 97).

<sup>19</sup> *Se trata del espacio dominado, esto es, pasivamente experimentado, que la imaginan desea modificar y tomar* (LEFEBVRE, 2013, p. 98).

<sup>20</sup> *“Sistemas más o menos coherentes de símbolos y signos no verbales”* (LEFEBVRE, 2013, p. 98).

corriqueiramente aplicadas aos estudos geográficos e que aqui poderíamos chamar de cartesianas. A proposta da compreensão do espaço, portanto, reside na *prática espacial* (percebido), nas *representações do espaço* (concebido) e nos *espaços de representação* (vivido) e pode ser aplicada para todos os contextos sociais no processo de convívio humano com o seu território. Torna-se importante buscar elucidar de forma melhorada essas instâncias da espacialidade como contexto prático da vida humana.

O espaço percebido é como se processa a identificação da percepção das manifestações da vida, num contexto de coletividade social. É o que Lefebvre (2013) designa como prática social, referente às relações materiais do espaço social sendo uma relação bastante complexa no cotidiano da vida, pois exprimem as experiências das relações desta, tanto num contexto de produção socioespacial, como também aquelas relações não pensadas, alienantes. “Ela corresponde a tudo o que se apresenta aos sentidos: não somente à visão, mas a audição, o olfato, o tato e o paladar. Esse aspecto sensorialmente perceptivo do espaço relaciona-se diretamente com a materialidade dos ‘elementos’ que constituem o espaço” (SCHMIDT, 2012, p. 102). O ser, através dos seus sentidos, dá estrutura concreta ao mundo que o cerca, partindo para além do que a metafísica lhe proporciona, admitindo concretude naquilo que o rodeia. À grosso modo, um processo de atribuição de sentido à natureza de seu espaço, obviamente não sendo um sentido unilateral, pois cada ser vê e percebe coisas diferentes sobre um mesmo objeto. Portanto, produção de espaços diversos.

O espaço concebido é, como já dito, aquele arquitetado no mundo científico das pranchetas. Obviamente, designa a instância da espacialidade que se pode considerar como a mais distante da vida das pessoas, mesmo que seja resultado de planejadores dos lugares, concebendo loteamentos, arruamentos, bairros que se vinculam à vida das pessoas através de infraestrutura e equipamentos. Vem a ser o espaço “dominante em qualquer sociedade”<sup>21</sup> (LEFEBVRE: 2013, p. 97, tradução nossa) e “ligado à produção do conhecimento” (SCHMIDT, 2012, p. 102). O espaço é concebido em sua dimensão mais concreta perfazendo os lugares de simbologias criadas, dando um sentido diverso à natureza que se impregna de reelaborações, que se apresentam friamente ao cotidiano da vida das pessoas.

Por sua vez, o espaço vivido vem a ser aquele com sentido mais próximo das pessoas na sua concepção de reconhecimento e identificação com seu lugar. Certamente, o mundo simbólico que brota nesta concepção da espacialidade, reconhecido como sendo os espaços de representação ou espaço vivido, o qual

---

<sup>21</sup> “dominante en cualquier sociedad” (LEFEBVRE: 2013, p. 97).



trata-se da dimensão simbólica do espaço. De acordo com isso, espaços de representações não se referem aos espaços propriamente, mas a algo mais: um poder divino, o logos, o Estado, o princípio masculino e feminino e outros. Esta dimensão da produção do espaço refere-se o processo de significação que se conecta a um símbolo (material). (SCHMIDT, 2012, p. 99).

Quando aplicada a compreender o espaço, esta dialética da triplicidade permite abranger a produção do espaço mais próximo da compreensão de si e atribuir sentido ao processo de produção de espacialidades propriamente dito. É um cotidiano que denota “materialidade em si mesmo ou a prática material de *per si* não possuir existência quando vista de uma perspectiva social sem o pensamento que os expressa e representa e sem o elemento da experiência vivida” (SCHMIDT, 2012, p. 103). Retorno ao loteamento/bairro Esperança em pensamento, tentando apreender sua produção do espaço: sentir as várias instâncias de espacialidades que os aspectos simbólicos aí se manifestam e se produzem, sendo responsável pela existência social aí presente.

Por sua vez, ainda na aferição de categorias de análise no sentido da produção do espaço que concebem aspectos da vida cotidiana, precisamos dialogar acerca do lugar. Este, não dialogado aqui enquanto categoria de análise, que de fato sabemos que é, mas na relação enquanto nosso lócus de pesquisa, o bairro Esperança, sendo bairro sim, apresentado como uma categoria importante em nossa abordagem.

Tratar o bairro como elemento essencial significa criar possibilidades concretas de reconhecimento de como o elemento humano interage em seu ambiente de vivência, propondo ênfase ao lócus e aos sujeitos envolvidos na ação da espacialidade. Sabe-se que, na produção do espaço enquanto forma construída, “resulta da história das pessoas, dos grupos que nele vivem, das formas como trabalham, como produzem, como se alimentam e como fazem/usufruem o lazer. Isto resgata a questão de identidade e a dimensão de pertencimento” (CALLAI, 2000, p. 84), direcionando-se numa categoria que dialoga com a vida cotidiana de Lefebvre.

Nesta formulação, os processos da vida cotidiana têm relação forte com um idealismo de bairro, como identificado por Mayol (2013), dialogando entre si em um entrecruzamento conceitual, permitindo ver cada indivíduo social como pertencente ao espaço e como agente vivo na formulação das espacialidades.

Vimos que, na produção de espaço de Lefebvre, as instâncias da espacialidade enquanto dialética do espaço se sobrepõem na compreensão do seu processo formulador, sendo obra e produto da espécie humana. Assim, a categoria bairro assume a condição de movimento, que extrapola a ideia de unidade espacial demarcada e delimitada como fragmento de retalho

urbano, inferindo a prática social da vida cotidiana (Lefebvre, 2013) como uma “técnica de reconhecimento do espaço enquanto social” (MAYOL, 2013, p.41) onde o “bairro se inscreve na história do sujeito como a marca de uma pertença indelével na medida em que é a configuração primeira, o arquétipo de toda o processo de apropriação do espaço como lugar de vida cotidiana pública (MAYOL, 2013, p. 41-42). Souza corrobora com esta compreensão quando apresenta seus critérios de abordagem desta categoria espacial pois, para ele, em seu último critério, relata que bairro apresenta um “conteúdo simbólico” no qual

diz respeito a imagem de um dado subespaço intraurbano como um espaço percebido e vivido, como um bairro, e não meramente como algum recorte ao qual se chega (uma instância do planejamento estatal, por exemplo) com base em algum critério “objetivo” definido em gabinete (SOUZA, 2020, p. 153).

Consideramos, dessa forma, que se faz necessário traçar análises que reflitam esse ambiente emocional no qual a humanidade transita, se reconhece e se identifica. Concebemos, enquanto análise que trazendo, a subjetividade do lugar *bairro* para a observação da produção do espaço, que incorpore a ideia de espaço geográfico da humanidade em seus contextos o que possibilita “entender o que acontece no espaço onde se vive para além das suas condições naturais ou humanas” (CALLAI, 2000, p 84). Certamente é nesta possibilidade de análise que a vida cotidiana de Lefebvre interage, em suas diversas possibilidades de intercruzamentos, conferindo multiplicidades na produção da espacialidade.

## 4 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO URBANO DE PANAMBI E A CONSTITUIÇÃO DO BAIRRO ESPERANÇA

É no lugar que as pessoas desenvolvem as suas referências ou leituras em relação ao mundo, influenciadas pelos valores sociais e culturais. Dessa forma, por meio das vivências que ocorrem no cotidiano, os grupos sociais constroem suas próprias identidades locais.

[...]

A nossa história individual e coletiva é marcada por vínculos afetivos com o lugar ou os lugares onde vivemos: atribuímos significados subjetivos – que podem ser positivos ou negativos - à rua, à praça, ao bairro e à cidade (GOETTEMS; JOIA: 2016, p. 101).

### 4.1 A FORMAÇÃO COLONIAL DE PANAMBI E A CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO URBANO

Reconhecidamente, o século XX representa para o cenário econômico e demográfico brasileiro uma profunda mudança em relação ao perfil produtivo e à alocação demográfica. Se, na passagem do século XIX para o XX a incipiente república brasileira ainda era prioritariamente agrária e rural, 100 anos depois o Brasil representava um país onde as atividades produtivas estavam amplamente diversificadas e desenhava um perfil de alocação populacional por uma ampla e diversa malha urbana. É neste lapso temporal que a região a qual Panambi se situa, passa de uma região gaúcha praticamente nativa para uma diversidade de municípios que se divergem em dimensão e práticas produtivas.

O município de Panambi situa-se geograficamente no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, na Região Geográfica Imediata de Ijuí<sup>22</sup>. Panambi tem fortes ligações de interações administrativas hierárquicas<sup>23</sup> com Ijuí, distando 40 quilômetros da sede deste.

Panambi apresenta um território municipal de 491,57 km<sup>2</sup>, sendo que a área delimitada pelo seu perímetro urbano é de 34,51 km<sup>2</sup> (3.451,17 ha), o que configura 7,02% do total da área municipal. A estimativa da população absoluta para o ano de 2021 era de 44.583 habitantes (IBGE, 2022). Tomando como base o Censo Demográfico de 2010, o município possuía 38.058

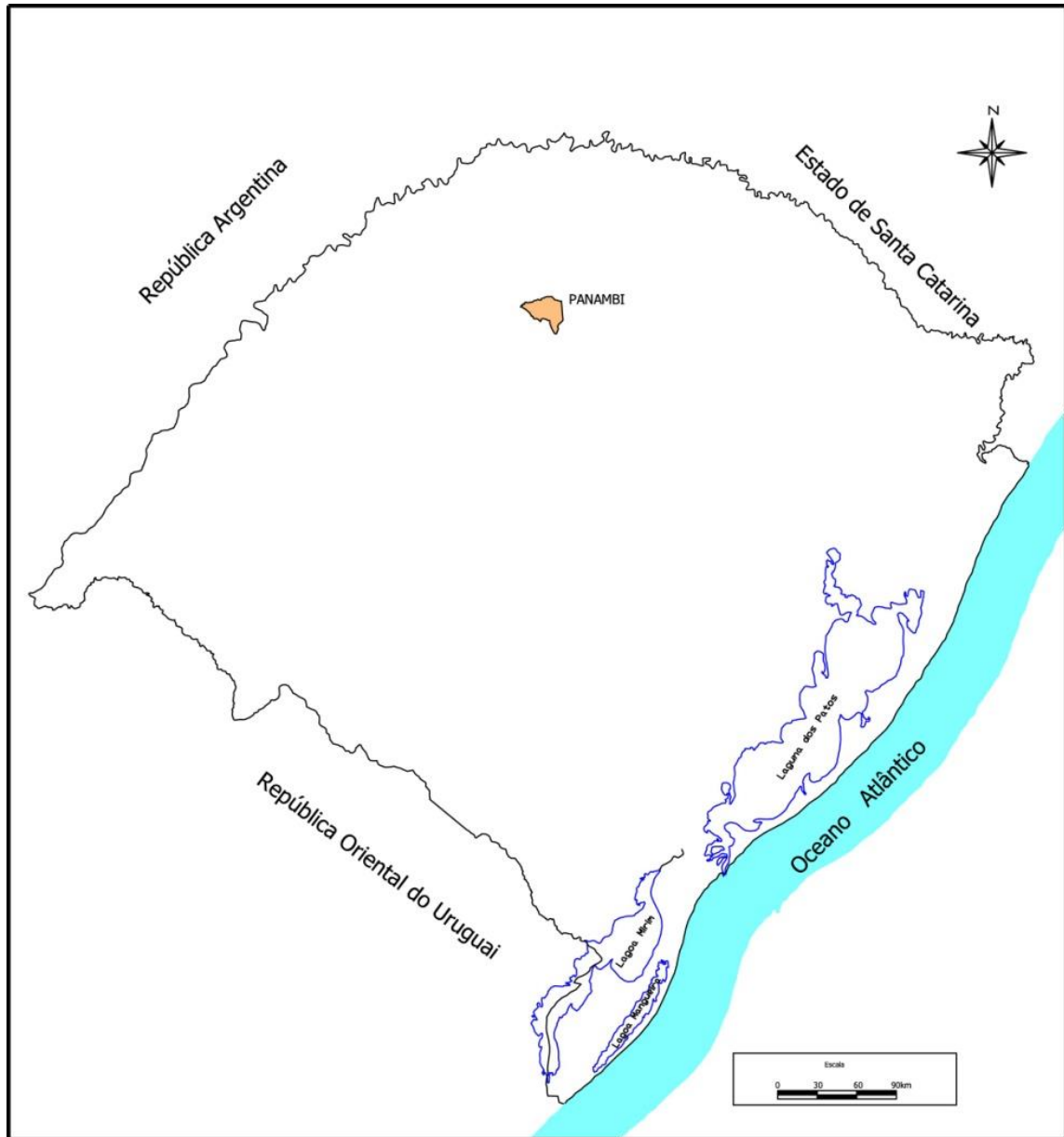
---

<sup>22</sup> A Região Geográfica Imediata de Ijuí é composta por 15 municípios: Ajuricaba, Augusto Pestana, Bozano, Chiapetta, Condor, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Ijuí, Inhacorá, Joia, Nova Ramada, Panambi, Pejuçara, Santo Augusto e São Valério do Sul. A estimativa do quantitativo da população absoluta desta região é de 205.138 habitantes (IBGE, 2020).

<sup>23</sup> O município de Ijuí sedia diversos órgãos administrativos regionais do governo do estado do Rio Grande do Sul, ao qual o município de Panambi é subordinado, dentre estes, citamos a 36ª Coordenadoria Regional de Educação e a 17ª Coordenadoria Regional de Saúde.

habitantes, havendo um incremento de 6.525 novos moradores nestes onze anos, representando um município em expansão populacional com uma média de aproximadamente 600 novos moradores a cada ano. Segundo a estrutura de hierarquia urbana<sup>24</sup> do IBGE (IBGE, 2021), Panambi constitui-se num Centro de Zona A (4A).

Mapa 01 - Situação geográfica do município de Panambi no estado do Rio Grande do Sul.



Fonte do mapa: Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento. Divisão de Cartografia, 1997.

<sup>24</sup> A Divisão Urbano-Regional do Brasil é um modelo de classificação utilizada pelo IBGE para destacar como o urbano é um elemento estruturante na organização do espaço. Historicamente, o IBGE tem trazidos estudos que tentam desvelar o espaço geográfico brasileiro, cujo ano de 2013 é realizado estudo com novo recorte territorial, sendo publicado em sua primeira edição no ano de 2018 – Regic 2018. Esta nova base investigativa é elaborada “a partir da definição de critérios que distingue as regiões de articulação urbana, tendo como base a rede urbana brasileira, a hierarquia dos seus centros e suas áreas de influência” (IBGE, 2021, p. 07).

Num quadro comparativo, demograficamente inserido em sua região geográfica imediata, o município de Panambi tem a segunda maior população, ficando apenas atrás de Ijuí, que é o município referência regional. Levando-se em conta a projeção da população do ano base 2021, Panambi representa 21,51% do total demográfico desta região geográfica. Esta constatação configura uma identidade socioespacial que denota crescimento urbano, elemento de análise importante para este estudo.

A constituição histórica da formação do município de Panambi está ligada aos processos socioeconômicos de configuração espacial brasileira, remontando ao final do século XIX. Anteriormente, o território onde se localiza o município de Panambi já se encontrava dispersamente ocupado pela população nativa indígena (PEIXOTO, 2007) quando os primeiros aventureiros europeus passaram por estas terras, em busca de recursos naturais que pudessem sustentar bases econômicas que justificassem uma ocupação territorial, o que ocorreu no período que se estende ao longo dos séculos XVI ao XIX. A ocupação do território local não foge ao processo colonial brasileiro inserido em ciclos econômicos que se ajustam na expansão capitalista, com suas especificidades temporais e espaciais, no qual as disputas por territórios e por riquezas se interpenetram, promovidas por iniciativas tanto de cunho estatal, quanto particular. Este último processo de ocupação, as iniciativas colonizadoras particulares, foi o grande empreendedor de ocupação das terras locais e que vieram a constituir o atual município de Panambi.

Ao resgatar a história agrária do planalto gaúcho, Zarth (1997) faz um apanhado do processo da apropriação das terras desta região do noroeste gaúcho, inserindo no contexto de disputas fronteiriças do sul do Brasil desencadeadas naquele momento. O território que viria a compor o atual estado do Rio Grande do Sul passou por litigas geopolíticas, de cunho econômico e social, durante os séculos XVI ao XIX, quando interesses portugueses e espanhóis se enfrentavam por todo e qualquer pedaço de chão que pudesse ser de relevância para ambos. Obviamente, que na porção norte-noroeste gaúcha as marcas destas ações econômico-social também ficaram presentes espacialmente, fazendo surgir inúmeros latifúndios pecuários que ocupavam as porções campestres que se inseriam e margeavam o atual território do município de Panambi.

É a partir do século XVIII que o território que vem a configurar o atual município de Panambi passa a receber colonizadores, primeiramente forasteiros paulistas e paranaenses, que vêm aos campos sulinos em busca do gado xucro existente, gado este herdado dos antigos povoamentos missioneiros, já estabelecidos nestas paradas pelos povos das missões jesuíticas nos séculos XVII e XVIII. Mello (2006, p. 90) relata o pertencimento das terras que viriam a

compor o município de Cruz Alta “aos povos da redução missioneira de São João Batista, integrante dos Sete Povos das Missões”. Terras estas que passam a ser parcamente ocupadas, mesmo as mais distantes da sede urbana cruz-altense. Dentre os povoadores que antecedem à ocupação colonial local, encontramos João Luiz Malheiros e Francisco Manoel de Barros, sendo este último proprietário das terras que posteriormente seriam vendidas à empresa colonizadora que implantaria o núcleo urbano-colonial de Neu-Württemberg, formador de Panambi.

O gado constitui-se na principal riqueza econômica regional do século XIX, criado nas várias estâncias aí estabelecidas neste período e tinham o destino de abastecer os promissores ciclos econômicos da mineração, em Minas Gerais, e do café, no estado de São Paulo, pois

o gado multiplicou-se rapidamente, no entanto, apesar da destruição dos aldeamentos, formando um imenso rebanho. Com esse rebanho é que o Rio Grande do Sul integrou-se efetivamente ao circuito econômico da colônia no século XVIII, fornecendo couros, carnes e gado muar para o transporte na zona de mineração das Minas Gerais. Os campos sulinos a partir disso transformaram-se gradativamente em grandes estâncias de gado (ZARTH, 1997, p. 21).

Além do rico levantamento do historiador Paulo Afonso Zarth, transcrito acima e que narra a ocupação dos campos gaúchos de forma ampla, encontramos em Peixoto (2008) uma referência deste processo econômico-histórico, no qual descreve que porções geográficas que constituem o atual território municipal panambiense, àquela época pertencente ao município de Cruz Alta, se inserem na atividade econômica da pecuária que passa a ser desenvolvida, sendo que “o território de Panambi foi ocupado a partir da primeira metade do século XIX, na zona de campos” (PEIXOTO, 2008, p. 169). Peixoto, segue:

A atividade econômica desenvolvida por estes [estancieiros] é a mesma das outras estâncias, criação de gado, com utilização de mão-de-obra escrava, atividades ligadas à agricultura de subsistência e atividades artesanais, mais especificamente, na produção de tijolos e farinha de mandioca para o comércio regional (PEIXOTO, 2008, 169-170).

Fora a zona campestre do atual território municipal, as zonas de matas configuravam ainda territórios bem desprovidos populacionalmente, fato que leva aos governos provincial e nacional a proporem novas formas de ocupação, tanto as de iniciativas do próprio Estado, quanto em incentivar privatistas a desenvolverem formas de colonizações capitalistas, que vivificassem o território.

Assim sendo, foi no apagar das luzes do século XIX que surge o embrião de vila que viria a constituir um núcleo colonial, que esboça a formação da atual cidade de Panambi, já

neste novo processo de ocupação socioeconômica, pois o ciclo da pecuária era pobre em adensamentos populacionais e, por conseguinte, na constituição de povoamentos que pudessem, numa sequência, configurar possíveis novos núcleos citadinos.

Seguindo a sua pesquisa, o historiador Paulo Afonso Zarth (1997) faz um apanhado histórico sobre o processo agrário do Planalto Gaúcho, destacando o intervalo temporal compreendido entre 1850 e 1920, exatamente o período em que há a ocupação das terras dispendidas no norte-noroeste do Rio Grande do Sul, na qual o processo de formação panambiense se insere. Descreve em seu ensaio sobre a existência de inúmeros relatos de intenções do poder público local, naquele momento compreendido pelos poderes executivos e legislativos dos municípios de Cruz Alta e de Passo Fundo, os centros político-econômico regionais da época, em promover colonizações de imigrantes que povoassem as terras de matas que permaneciam quase desabitadas naquele momento, seguindo interesses manifestados pelo governo imperial em efetivar a ocupação e a defesa do território fronteiro do Brasil meridional (ZARTH, 1997).

Em relação à Panambi especificamente, coube aos “negociantes de terras” (ZARTH, 1997), privados o processo de compra dos lotes e a implantação colonial dos imigrantes. Trazemos a narrativa de Zarth (1997), que brilhantemente descreve essa nova forma de negócio, até então inexistentes no noroeste gaúcho, e de ocupação das terras, que resultará posteriormente na gênese da cidade de Panambi:

Tomamos como exemplo de comerciante de terras o empresário alemão Hermann Meyer, que teve grande atuação no mercado imobiliário da região. Esse empresário era um editor em Leipzig, sócio do “Instituto Bibliográfico”, importante editora alemã. Formado em Geografia e Economia, Meyer viera ao Brasil para uma excursão ao Xingu, na Amazônia, do qual participaram alguns teuto-riograndenses que seriam futuros sócios seus no comércio de terras no Rio Grande do Sul.

Hermann Meyer, através de seus sócios, passou a investir capital na compra e na colonização das terras. Adquiriu várias áreas de terras virgens nos municípios de Palmeira das Missões e Cruz Alta por seu procurador Carlos Dhein, fundando várias colônias com colonos alemães e teuto-riograndenses. A principal colônia foi a “Neu-Württemberg”, no município de Cruz Alta [...] (ZARTH, 1997, p. 86).

Este novo modelo de ocupação de terras configura um empreendimento tipicamente capitalista, vindo a desenvolver uma colônia que resulta na formação da vila Neu-Württemberg. A empresa de Hermann Meyer adquire os primeiros lotes coloniais no ano de 1898, tendo fundado oficialmente a colônia no ano seguinte e ocupado, de fato, em 1900, com a chegada dos primeiros colonos de origem teuta, que haviam passado inicialmente por outras colônias antigas no Brasil. Isto, de certa forma, contribuiu para a adaptação de seus novos moradores já, de certo modo, familiarizado com o território gaúcho-brasileiro.

O médico e historiador panambiense Ivo Beuter (2013), relata o processo de implantação da Colônia Modelar (*Musterkolonie*) Neu-Württemberg. Segundo a sua narrativa deste projeto colonial, as pretensões do seu idealizador Hermann Meyer, era estabelecer esse “megaprojeto colonizador” (BEUTER, 2013, p. 24) no qual se propunha a constituição de uma colônia:

com uma estação de pesquisas climáticas, estação de pesquisas agrônômicas e uma cooperativa de produção e consumo que recebeu o nome de *Genossenschaft* [cooperativa] Neu-Württemberg que foi a terceira do Brasil. Esta colônia pioneira deveria ser um polo irradiador de técnicas agrícolas avançadas com um sistema econômico cooperativado que serviria de modelo para o desenvolvimento das inúmeras colonizações que certamente iriam surgir ao longo da ferrovia planejada<sup>25</sup>. Todo este plano estava ancorado em um comitê de atividades agrícolas da cidade de Berlim que iria fornecer os técnicos para garantir um apoio logístico e científico ao empreendimento.

[...] A Colônia Modelar Neu-Württemberg, hoje os municípios de Panambi e Condor, surgiu a partir desta iniciativa colonizadora do norte do nosso estado (BEUTER, 2019, 24).

Assim, a colônia teve início de fato no ano de 1900, sendo escolhido como local de sua sede uma área topograficamente baixa, marginal ao rio Fiúza, não muito distante de sua confluência com o arroio Moinho, um pequeno curso d’água afluente da margem esquerda do Fiúza. Portanto, desde o início a área urbana esteve associada a um território onde a ocupação humana intervém profundamente na dinâmica da natureza. Foram projetados originalmente em torno de 600 lotes urbanos de variadas dimensões para compor a sede urbana do núcleo colonial (PDDU, 1993).

A estrutura de formação da mancha urbana de Panambi foi direcionada inicialmente pelas características naturais ligadas à geomorfologia e à hidrografia, principalmente àquelas associadas ao rio Fiúza, ao arroio Moinho e a uma infinidade de outros afluentes de pequena dimensão que marcam a boa drenagem do lugar. Este direcionamento da incipiente mancha urbana também foi demarcado pelas muitas colinas que formam o território dessa região do planalto gaúcho.

---

<sup>25</sup> Em outro trecho de seu livro, Beuter relaciona o propósito do colonizador Hermann Meyer à intenção governamental de desenvolver “um grande programa de povoamento com colonizações no norte do Rio Grande do Sul” (2019, p. 21). Segundo ele, este programa completava ao projeto da implantação do tronco ferroviário que ligava Cruz Alta à Marcelino Ramos, e ao sudeste brasileiro, e que havia uma intenção do governo do estado do Rio Grande do Sul do final do século XIX, na então pessoa do governador Júlio de Castilhos, em conceder a empresa construtora desta ferrovia uma concessão de 10 quilômetros de terras em ambas as margens para o assentamento de colonos. Ressalta-se, ainda, nas próprias palavras do pesquisador Beuter, que o político e proprietário de terras lindeiras à Meyer “era um grande amigo de Meyer” (BEUTER, 2019, p. 24). Intencionalmente, ou não, esta amizade poderia facilitar os negócios da implantação de colônias particulares nesta área.



Figura 01 – Registros históricos da Praça Engenheiro Walter Faulhaber (outrora denominada Praça Maurício Cardoso).



Fonte: Museu e Arquivo Histórico Professor Hermann Wegermann.

Legenda: Da direita para a esquerda e de cima para baixo. (01) Em imagem da praça em 1930, vê-se apenas uma incipiente e típica vila colonial rural, em configuração de um esboço urbano. (02) No registro fotográfico de 1950, vê-se que o núcleo urbano continua restrito às cercanias da praça, apresentando um ligeiro adensamento de edificações na sua proximidade. (03) Portal das colonizações na entrada principal da praça.

Os morros panambienses, que constituem geomorfologicamente um planalto erodido pela ação intempérica de milhões de anos e resguardados por uma mescla de floresta tropical e subtropical densamente arborizada, condicionaram a fixação dos pioneiros aos baixios ribeirinhos e áreas com potencial de alagamento, constituído por zonas de saturação

hidromórfica (SCHENKEL, 2010, p. 30). Não é de se admirar que as enchentes marquem a história de inúmeras gerações de habitantes panambienses durante o século XX, como nos anos de 1926, 1978, 1982, 1989, 1992 e 2018, só citando os maiores episódios, quando os alagamentos teriam “alcançado aí o nível das águas quase o telhado” de muitas casas (XAVIER, 2007, p. 138). Esta relação de ocupação colonial com a disponibilidade de água foi um elemento primordial para a fixação populacional nas colônias de imigração do sul do Brasil.

Em relação à temporalidade do processo constitutivo de Panambi, tanto da sua gênese colonial, quanto ao processo de formação municipal e da porção urbana, e aí imerso a composição do bairro Esperança, destacamos alguns episódios que constituem elementos de conotação histórica importante. Estes, são apresentados no Quadro 1, sendo alguns deles retomados em referências ou em análises ao longo do texto por constituírem fatos histórico-temporais e espaciais importantes nesta abordagem geográfica e por expressarem distintos momentos da materialidade urbana de Panambi.

Quadro 1 – Importantes acontecimentos históricos ligados aos processos colonial, municipal e urbano de Panambi.

<b>Data/período</b>	<b>Acontecimentos</b>
1898/99	Aquisição dos primeiros lotes colônias por parte do empreendimento de Herrmann Meyer.
1899	Fundação oficial da Colônia Modular Neu-Württemberg (Panambi).
1990	Ocupação dos primeiros lotes colônias por teuto-brasileiros.
1916	Criação do 8º Distrito Neu-Württemberg, em nova subdivisão distrital do município de Cruz Alta.
1954	Emancipação político administrativa do município de Panambi (Lei Estadual 2.524, de 15 de dezembro de 1954)
1955	Em 28 de fevereiro de 1955 é instalado oficialmente o município de Panambi.
1965	Emancipação político administrativa do município de Condor, (Lei Estadual 5.094, de 11 de novembro de 1965), que desmembra e incorpora parte do território municipal de Panambi.
1959	Promulgação do primeiro Plano Diretor da cidade (Lei Municipal 123/59).
1972	Compra do lote de terras para implantação de um “loteamento social”, gênese do bairro Esperança.
1976	Definição da zona urbana municipal de Panambi (Decreto nº 06/76).
1981	Instalação do loteamento PROMORAR, futuro bairro Esperança.
1986	Oficialização da toponímia Esperança a partir da denominação e delimitação oficial dos bairros na cidade de Panambi (Lei Municipal nº 927/86).
1990	Aprovação de projeto de lei instituindo denominação para as vias públicas do bairro Esperança (Lei Municipal nº 1.112/90).

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

## 4.2 A EXPANSÃO DO ESPAÇO URBANO DE PANAMBI

Ao longo do século XX, a área urbana de Panambi teve seu território acrescido ao passo que a própria população urbana quantitativamente se propaga. A área geográfica urbana original vai se expandido sobre as glebas rurais da imediação, num direcionamento tipicamente linear ao longo das vias de acesso ao núcleo urbano, com destaque ao alinhamento norte-sul. Este sentido geográfico ocorre acompanhando as principais ligações rodoviárias que se estabelecem entre o núcleo urbano de Panambi e as cidades de Palmeira das Missões e Cruz Alta, municípios já constituídos na fase econômica anterior (ciclo tropeiro-pecuário), cuja relação se efetiva num incipiente processo de rede urbana regional. Outras zonas de transbordamento urbano se deram obedecendo o traçado das estradas de acessos às linhas coloniais rurais que conectavam a então sede da colônia Neu-Württemberg às diversas e promissoras comunidades interioranas criadas a partir do processo colonizador. Estas vias configuram-se em atuais arruamentos extremamente meândricos por serem derivados de um acondicionamento original direcionado pela topografia encaixada ao longo dos vales fluviais.

Considerando novas perspectivas de análises da Geografia, que delineiam muitas de nossas apreciações futuras ao longo do texto, percebemos como os processos de consolidação e expansão urbana panambiense têm materializado em sua toponímia as relações do urbano local para com o seu processo histórico formativo configurado em núcleos coloniais rurais e na formulação de uma rede urbana regional. Este fato é encontrado em diversas avenidas e ruas que carregam denominações destas comunidades e de municípios limieiros<sup>26</sup> e que hoje representam importantes artérias de fluidez urbana. Nesta acepção, Corrêa (2003, p. 169) afirma que “a cultura não deve ser vista como independente das condições materiais de existência”. Uma cidade precisa ser percebida para além das formas e funções urbana. Precisa ser vista a partir dos elementos culturais que aí ocorrem.

Voltando ao aspecto da expansão do núcleo urbano de Panambi, destacamos que este processo configura um modelo urbano tipicamente radial (CORRÊA, 1989), e que vai persistir

---

<sup>26</sup> Em relação à toponímia de importantes vias urbanas, tanto relativo ao primeiro caso (comunidades rurais) quanto ao segundo (cidades próximas), são significativas as ocorrências desta natureza. A rua da Palmeira (relativo ao município de Palmeira das Missões, localizado no sentido norte) é uma das mais importantes vias urbanas e, que conecta o centro da cidade a toda a região norte, corta ou margeia os bairros Morro do Grosse, Zona Norte, Fritsch, Trentini e Jaciandi. Já em relação às toponímias concernentes às comunidades ou linhas coloniais rurais, podemos destacar a rua Brasil (Comunidade de Assis Brasil), a rua Passo do Fiúza (Comunidade Linha Fiúza), a rua Serrana (Comunidade Serrana), a rua do Rincão (Linhas coloniais de Rincão Frente e Rincão Fundo), a rua Morengaba (Comunidade Morengaba), a rua Timbará (Comunidade Timbará), a rua Iriapiria (Comunidades de Iriapiria I e Iriapiria II), rua Pavão (Linha Pavão), entre outras.

pelo terceiro quarto do século XX, que coincide com as primeiras duas décadas após a emancipação político-administrativa, ocorrida no ano de 1954, período no qual “é grande o esforço da administração municipal em relação ao provimento de elementos de infraestrutura urbana” (PDDU, 1991, p. 87). A partir de meados da década de 1970, resultado de um rápido crescimento demográfico municipal, alguns loteamentos urbanos passam a ser instalados desconfigurando o padrão de urbanização até então existente descrito anteriormente, momento no qual a população urbana municipal já havia suplantado a população rural numa linha ligeiramente superior ao que ocorria em termos demográficos ao cenário estadual e nacional, conforme demonstrado na Tabela 1. Esta superioridade populacional urbana local permanece proeminente em relação ao cenário gaúcho e brasileiro até o último recenseamento, ocorrido em 2010, sendo a mais elevada taxa urbana dentre os municípios da sua região geográfica imediata.

Tabela 1 – Taxa de urbanização Brasil, Rio Grande do Sul e Panambi – 1950 a 2010.

Ano	Brasil	Rio Grande do Sul	Panambi
1950	36,2	34,1	Sem informação <sup>27</sup>
1960	44,7	44,9	27,6
1970	55,9	53,6	44,7
1980	67,6	67,8	75,3
1991	75,6	76,6	82,0
2000	81,3	81,7	86,7
2010	84,4	85,1	90,8

Fonte: IBGE: Censos Demográficos 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

É na década de 1970 que a população de Panambi tem um significativo acréscimo, com destaque para a população urbana, processo ratificado, entre outros fatores, pela modernização da atividade produtiva rural, fruto da chamada Revolução Verde. Dessa forma, novos territórios passam a ser ocupados, alguns deles despregados da mancha urbana antanho, o que resulta na ampliação da especulação fundiária e de ocupação de regiões menos valorizadas e pouco aptas em receber moradores instalados em adensamento populacional, como locais topograficamente declivosos ou pontos úmidos e sujeitos à alagamentos frequentes, normalmente ribeirinhos aos cursos d’água. O *Documento I: Diagnóstico e Recomendações*, do PDDU<sup>28</sup> nos traz que “a

<sup>27</sup> Não há disponibilidade de dados para este ano, pois o ano de 1950 antecede à data de emancipação político-administrativa de Panambi, ocorrida em 1954.

<sup>28</sup> O município de Panambi tem aprovação de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Integrado - PDDU, atendendo normatização da Constituição Federal de 1988, fazendo parte de políticas de desenvolvimento urbano, cujo objetivo, desencadeado pelo Poder Público municipal, é o de “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (art. 182, caput da CF/88)

grande extensão do perímetro urbano legal inclui à periferia urbana áreas rurais localizadas a noroeste, nordeste, sul, sudoeste e oeste da aglomeração” (PDDU, 1993, p. 93) urbana existente. Percebe-se, neste período, um crescimento urbano em múltiplas direções.

Partindo para a perspectiva de contextualizar a formação e inserção do bairro Esperança no urbano panambiense, cremos que também merece menção o processo da localização geográficas das principais indústrias do município. Na sua maioria, as grandes empresas do setor produtivo industrial têm sua gênese em atividades familiares do tipo *fundo de quintal*, as quais se expandem, em termos de dimensão, nas décadas imediatas após a emancipação panambiense. Assim, originalmente, estas se estabeleciam nas imediações da praça central Maurício Cardoso (atual Walter Faulhauber), mas tiveram que ser realocadas para áreas mais afastadas do centro da cidade devido à falta de espaço físico para suas constantes expansões, à medida que o adensamento populacional urbano se acentuava ou que alguma legislação as impedia de ali continuar funcionando. Este processo ocorrente a partir da emancipação, em meados do século XX, imprimiu nova dinâmica à expansão urbana e condicionou a localização da maioria dos novos loteamentos urbanos das últimas décadas do século XX, período no qual nossa área de estudo se assenta.

O sistema viário urbano de Panambi continuou a ser uma marca primordial no processo de crescimento da mancha urbana por um longo período, quiçá até hoje, com destaque ao processo de transferência das maiores indústrias do centro da cidade, que ocorreu anteriormente à criação do Distrito Industrial, na década de 1990. Muitas empresas se instalaram ao longo do acesso da cidade à BR-285 (no prolongamento da Av. Presidente Kennedy), sendo esta rodovia federal o principal caminho que interconecta a sede urbana de Panambi a diversas outras, em especial a Ijuí, centro regional que complementa as demandas não supridas pelo comércio e serviços locais. Esta mesma rodovia serve de acesso à capital estadual, Porto Alegre.

Seguindo o mesmo processo de abertura de modais viários no urbano e seu entorno, temos a implantação na década de 1970 do traçado da BR-158, rodovia federal que conecta as sedes urbanas de Cruz Alta e de Palmeira das Missões, margeando a mancha urbana panambiense de então. Esta ação de infraestrutura foi definidora para a realocação da nova planta fabril de uma importante indústria metalmeccânica do setor de pós-colheita, próximo ao trevo sul da cidade de Panambi e junto à BR-158. Esta empresa teve sua gênese no centro do núcleo urbano original, sendo que o novo modelo produtivo agrícola demandava grande oferta de produtos fornecido por esta, sendo necessário a ampliação de um amplo parque industrial, inviável no centro da cidade, por espaço de espaço e normatização legal. O *Documento I - Diagnósticos e Recomendações* do PDDU de Panambi reitera que “vale assinalar a presença de

rodovias federais, BR-285 e BR-158, e dos acessos que ligam estes eixos à cidade, como elemento de importância para a configuração urbana” (PDDU, 1993, p. 90). A avenida Adolfo Kepler Júnior passa a representar um dos importantes elos viários da cidade, dando ênfase estratégica aos terrenos junto à suas margens, sendo que é nesta posição geográfica que viria a constituir futuramente o loteamento/bairro Esperança.

Este processo imprimiria intenso impulso de ocupação urbana da zona sul da cidade nas duas últimas décadas do século XX e que se segue, de uma forma um pouco mais branda, nas duas décadas seguintes neste início de novo século. Além de inúmeras atividades industriais, empresas do setor terciário também são alocadas na porção sul da cidade, com destaque para a instalação de um *campus* da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) e de um complexo comercial-industrial da Cotripal Agropecuária Cooperativa, formada por galpões graneleiros de recebimento de grãos, porto seco, posto de combustível, posto de recebimento de leite, central de distribuição de insumos (calcário, calcítico, fertilizantes e gesso), TRR combustíveis e fábrica de rações. E, talvez, a implantação do Distrito Industrial<sup>29</sup> no ano de 1992, tenha sido o elemento de maior peso da consolidação e expansão do urbano na direção sul.

Certamente este destaque dirigido à descrição da expansão urbana do território sul da cidade, para além de realçar um processo vigoroso no direcionamento do crescimento da cidade até a virada do século XX para o XXI, se efetiva na pormenorização acerca do espaço geográfico que configura assento de proximidades à nossa área de estudo. Num contraponto de análise da expansão urbana, mas que traz importantes elementos de observações e complementa o processo anteriormente descrito, precisamos relatar premissas breves de outros processos de relevante importância no crescimento urbano panambiense, muitos dos quais configuram uma temporalidade mais recentes, marcando as últimas duas décadas e que repercutem territorialidades em novas diretrizes espaciais à cidade.

Em outras áreas do urbano municipal, também temos ações que desencadeiam impulsos à expansão da urbanização. O maior destaque ocorre na porção norte do urbano de Panambi a partir de uma importante fase de expansão industrial da empresa Bruning Tecnometal. Esta atividade produtiva (então ainda sob o pioneiro nome Ernesto Rehn e Cia Ltda), também tem sua origem na porção central do núcleo urbano colonial, sendo realocada, em 1973, para a Linha

---

<sup>29</sup> Lei Municipal 1.177/92, de 29 de junho de 1992, define e constitui o Distrito Industrial de Panambi, que é instalado junto à BR-158, próximo a sua intersecção com a BR-285, num modal de articulação com as principais artérias viárias que entrecortam o território municipal de Panambi, em espacial a porção urbana. Articulação que também se apresenta em relação ao espaço geográfico do bairro Esperança, por sua localização lindeira ao Distrito Industrial.

Jaciandi, então vila rural distando cerca de 5 quilômetros da praça central. Como já descrito, ao longo do século XX, a área urbana municipal foi se ampliando e adensando, processo que passou a anexar várias áreas rurais da cercania urbana, inclusive engolindo esta atividade industrial à sua mancha urbana. Muitos dos novos loteamentos urbanos que marcam as últimas quatro décadas se deram de forma isolada da mancha urbana pré-existente e passaram a circundar a área da referida empresa, o que comprometeu a possibilidade de sua ampliação, necessitando que esta adquirisse uma parcela de terra que compreendia quase a metade do bairro Jaciandi, já efetivamente ocupado residencialmente. Esta ampliação da indústria teve várias fases, porém a maior delas ocorreu ao longo da primeira década do século XXI, quando a empresa passou a ampliar o seu parque fabril sobre este local, que possuía algumas dezenas de casas, outras atividades sociais e econômicas como igreja, mercado, revenda comercial; além de uma área de preservação ambiental com nascentes e pequenos corpos hídricos.

Figura 02 – Expansão de empresa do setor metalmecânico na porção norte do urbano de Panambi na década de 2000.



Fonte: fotografias registradas pelo autor (abril/2009)

Legenda: A expansão ocorreu em área já consolidada pela urbanização, sendo necessário a aquisição de terrenos já edificados e sobre uma Área de Preservação Permanente – APP, onde se encontrava um lago em uma nascente e seu respectivo curso d'água.

Além do exemplo da atividade industrial anteriormente descrita, temos alguns outros processos que constituem fatores de importância na consolidação do atual sítio urbano. Neste sentido, destacamos o papel desempenhado pelo Estado, em especial ao de nível municipal, com abertura de novos acessos viários e conjuntos habitacionais, bem como a instalação de uma série de serviços e equipamentos urbanos que direcionam os fluxos de ocupação territorial como instalação de escolas de diversos níveis formativos, mas com maior ênfase às de Educação Infantil, de postos de saúde e de praças. Por outro lado, mas não despregado da ação estatal,

porque muitas vezes trabalham em consonância com este, destacamos o poder da ação dos agentes especuladores imobiliários e fundiários, que especulam e incorporam novos espaços, geralmente de glebas rurais, para posterior incorporações imobiliárias à área urbana. Ainda nos parece salutar dar destaque à formação de uma ampla área de serviços de lazer ligados às entidades associativas de trabalhadores das grandes empresas que constroem suas sedes nos arrabaldes do urbano, sendo incorporados posteriormente pelo urbano. cremos que para o objetivo prioritário desta pesquisa acadêmica, não nos parece salutar avançarmos nessa descrição pormenorizada de tais fatos, mas apenas mencioná-los de maneira geral, pois estão inseridos na expansão urbana de Panambi.

Percebemos que estes processos de direcionamento da expansão do espaço urbano municipal de Panambi, carrega consigo a falta de uma gestão mais eficiente do território, havendo carência no ordenamento de seu uso. Percebe-se que não se efetivou um planejamento eficaz que restringisse expansões para locais com limitações técnicas de usos, tanto as de ordem natural quanto antrópica. Mesmo havendo a elaboração e implantação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, exigência para todos os municípios de mais de 20 mil habitantes, não ocorre o planejamento necessário para uma eficiente gestão espacial. Trazemos a informação que a primeira lei desta natureza já consta do último ano da década de sua emancipação (PDDU, 1993, p. 90). Salienta-se que esta política haja sido realizada, porém, na prática, há uma falta de eficiência deste documento quanto às restrições de uso do território urbano. Seja brecha de definições da legislação urbana, seja ineficiência de sua implantação e controle, o resultado é que a gestão do território urbano não está em sua plenitude.

Para melhor especificar fases, etapas e direcionamentos tomados pelo urbano de Panambi, organizamos a Tabela 02, cuja seleção temporal serve de recorte detalhando períodos da expansão urbana mais centrada em nossa área de estudo e nas proximidades que se interconectam a esta. A partir dela, podemos considerar alguns apontamentos de análise do processo histórico de ocupação e parcelamento do solo urbano de Panambi, verificando que cada momento histórico tem características diferentes bem demarcadas. Os recortes temporais estruturam-se em períodos decenais, o que facilita a obtenção de dados junto ao setor de Cadastro Urbano, da Secretaria de Fazenda da Prefeitura Municipal de Panambi, e das coletas estatísticas desenvolvidas pelos Censos Demográficos do IBGE.



Tabela 02 - Loteamentos urbanos de Panambi, período selecionado de 1970-2010<sup>30</sup>.

Bairros	Até 1970		1971-1980		1981-1989		1990-2010	
	Área (ha)	Lotes (n°)	Área (ha)	Lotes (n°)	Área (ha)	Lotes (n°)	Área (ha)	Lotes (n°)
Alto Paraíso	5,21	102	11,34	64	-	-	5,25	106
Arco-Íris	13,45	356	53,70	614	1,65	29	6,61	200
Becker	-	-	6,35	47	-	-	-	-
Bela Vista	4,50	88	7,67	76	-	-	-	-
Centro	-	-	1,46	26	-	-	-	-
Distrito Industrial	-	-	-	-	-	-	52,56	s/i <sup>31</sup>
Erica/São Jorge	4,27	42	58,78	647	12,00	210	-	-
<b>Esperança</b>	-	-	-	-	<b>7,20</b>	<b>300</b>	-	-
Fensterseifer	-	-	11,84	174	-	-	-	-
Fritsch	-	-	10,00	92	-	-	0,88	27
Italiana	7,50	44	18,49	100	2,06	06	-	-
Jaciandi/Alvorada	-	-	13,93	203	-	-	-	-
Jardim Paraguai	-	-	0,79	17	-	-	2,60	18
Kuhn	12,58	65	1,41	28	-	-	3,00	57
Medianeira	7,22	101	27,66	372	2,40	25	5,08	73
Morro do Grosse	-	-	1,25	6	-	-	-	-
Nª. Srª. de Fátima	-	-	12,06	102	3,91	12	-	-
Parque Moinho Velho	-	-	69,40	251	-	-	-	-
Pavão	-	-	8,77	103	8,58	120	18,97	528
Piratini	7,38	107	16,58	125	4,06	9	-	-
Planalto	-	-	10,61	145	-	-	-	-
Serrana	1,24	15	15,16	198	-	-	-	-
Trentini	-	-	6,03	71	-	-	-	-
Wolgien	-	-	18,24	157	-	-	4,08	78
Zona Norte	9,28	21	29,36	410	3,04	6	4,31	70

Fonte: PDDU de Panambi, 1992 e compilação própria a partir de pesquisa no acervo da Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Panambi

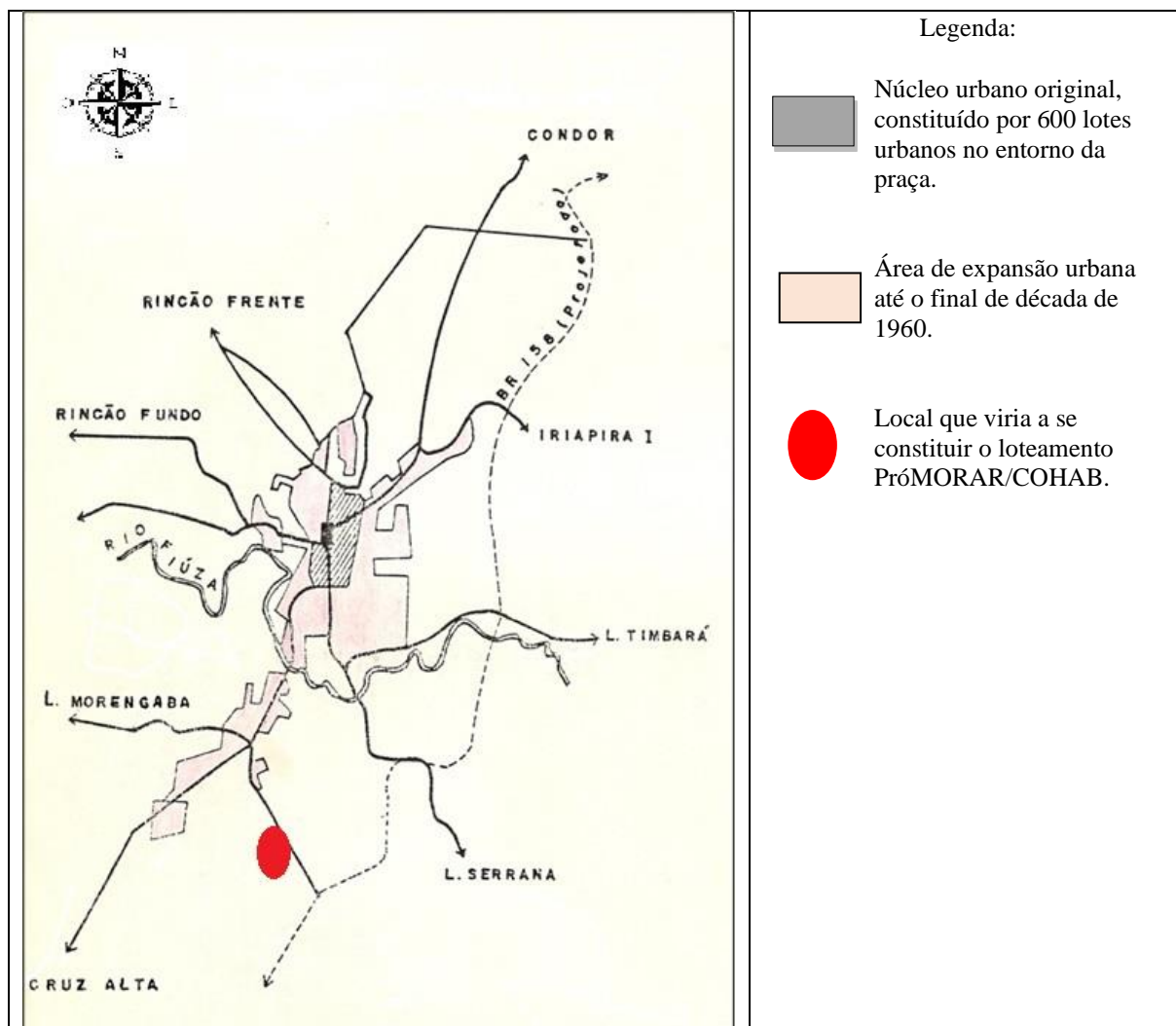
O primeiro período considera as duas primeiras décadas após a emancipação municipal, no qual a mancha urbana que corresponde a porção territorial efetivamente ocupada, extravasa o território urbano para além do núcleo original de colonização. Este núcleo urbano original constituía apenas parte do atual centro de cidade, formado pelos 600 lotes urbanos instituídos pela empresa colonizadora de Herrmann Mayer. Ao todo, até o final dos anos de 1960, a mancha urbana se configurava numa área de 72,63 hectares (PDDU, 1993, p. 105). Nesta fase, fica muito bem demarcado o direcionamento do crescimento urbano que toma um sentido radial,

<sup>30</sup> Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Panambi, 1992 e Prefeitura Municipal de Panambi, setor de Cadastro Imobiliário, 2010.

<sup>31</sup> Os lotes estabelecidos pelo poder público municipal para o Distrito Industrial não são em dimensões compatíveis para análises comparativas com os lotes de uso residencial, portanto não caberia serem alocados na Tabela 02.

acompanhando as vias de acesso aos municípios próximos e aos povoados coloniais da zona rural de Panambi, conforme demonstrado na Figura 03.

Figura 03 – Esboço cartográfico da ocupação urbana de Panambi em 1970.



Fonte: Adaptado a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Panambi. Documento I: Diagnósticos e Recomendações.

A segunda fase corresponde à década de 1970, e segue muito de perto as marcas deixadas pelo núcleo urbano original na fase anterior, mas esboça um caráter radial agora um pouco mais difuso, em amplas direções, apesar de se concentrar na porção sul. É um período transitório de mudanças na relação do urbano com o meio rural, em franca alterações provocadas pelo êxodo rural e pela ascensão de fluxos econômicos regionais alinhados por uma relativa rede urbana que se processa, ao passo que se implantam e se pavimentam rodovias que dão fluidez às mercadorias agrícolas e industriais em Panambi produzidas.

Projeta-se, assim, o novo redirecionamento de localização da ampla maioria das indústrias que se originaram no centro urbano, agora para as vias de acesso da cidade às rodovias BR-285 e BR-158, processo anteriormente descrito. São ações de ocupação que dão extensão ao tecido urbano do núcleo original difusamente atrelado às vias de acesso. Consta nos registros do Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal nesta década de 1970 o parcelamento de 410,88 ha de terras rurais que configuram partes dos mais antigos bairros panambienses: Arco-Íris, Kuhn, Zona Norte, Italiana, Piratini, Medianeira, Morro do Grosse, Erica e São Jorge.

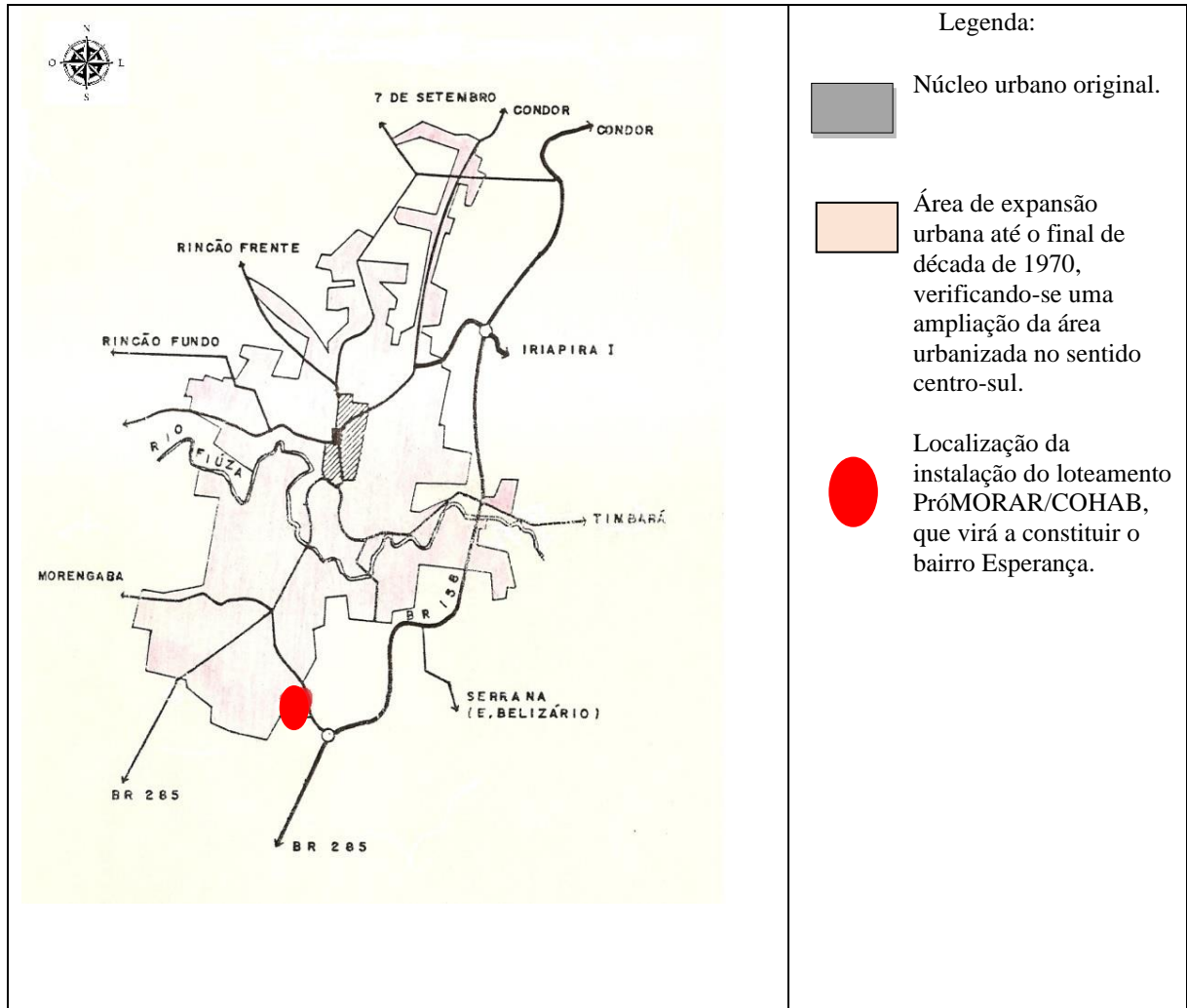
Nesta década, se configura uma intensa ampliação urbana em Panambi, que se atrela ao processo de Revolução Verde no campo e a intensa industrialização verificada. Os 410,88 hectares parcelados incorporam 4.028 novos lotes urbanos. Esta expansão dá uma cara mais difusa ao núcleo urbano de então, configurando ocupações urbanas que resultariam, posteriormente, na formação dos bairros Parque Moinho Velho, São Jorge, Erica, Becker, Fritch, Jaciandi, Alvorada, Planalto, Pavão, Wolgien e Trentini, além de ampliar os já existentes, anteriormente citados.

Se analisarmos os loteamentos processados nesta década e pertencentes aos bairros da região sul do urbano municipal (Arco-Íris, Erica, São Jorge, Jardim Paraguai e Piratini) temos 1.403 novos lotes urbanos, incorporando ao território urbanizado uma área de 129,85 hectares. Nenhuma área da cidade teve, nem de perto, expansão tão significativa neste período, território que pode ser visualizado quando comparada a área de ocupação urbana demonstradas nas Figuras 03 e 04.

A fase subsequente, entre 1981 e 1989, marca um crescimento urbano já bem mais estabilizado, com o loteamento de 47,11 ha. Neste período há destaque maior para novas ocupações em áreas que configuram novos territórios aos bairros Piratini, Pavão, São Jorge e Erica, além da implantação do núcleo oficial do Sistema PróMORAR/COHAB que resulta no atual bairro Esperança, lócus de nosso estudo, o qual abordaremos especificadamente mais adiante.

A última fase observada, analisa o período corresponde ao intervalo de 20 anos que compreende as décadas de 1990 e 2000. Esta fase é marcada por uma expansão urbana profundamente acionada pela ação direta do Estado e do capital privado rentista aflorado através da especulação fundiária urbana, tendo uma profunda distinção sobre todo o espaço urbano municipal, uma vez que consolida uma ocupação espacial nos espaços ociosos no sítio urbano já ocupado, sendo a característica que marca profundamente a urbanização de Panambi deste período.

Figura 04 – Esboço cartográfico da ocupação urbana de Panambi em 1980.



Fonte: Adaptado a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Panambi. Documento I: Diagnósticos e Recomendações.

Neste período, merece destaque uma primeira subfase, de impulso público, alavancada especialmente pela Prefeitura Municipal, que consolida os loteamentos Alves Kläesener I e II (localizados nos bairros Pavão e Alto Paraíso) e loteamento Armindo João Stalhöfer (bairro Arco-Íris/Jardim Paraguai). Já, uma segunda subfase marca a ação privada que consolida ocupações de grandes parcelas urbanas nos bairros Fritch, Alvorada, Zona Norte, Nossa Senhora de Fátima, Erica, Arco-Íris, Planalto, Trentini, Becker, Italiana, citando apenas os principais.

Nesta última fase da expansão urbana, a intervenção do governo federal também teve papel decisivo, com o lançamento do *Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV*<sup>32</sup>, gerido

<sup>32</sup> O Programa Minha Casa Minha Vida, criado em 2009, sob a luz de uma nova política nacional de habitação é decorrente do Plano Nacional de Habitação – PlanHab. O seu principal objetivo é a implantação de projetos habitacionais que buscam minimizar “a falta de moradia, saneamento urbano e os assentamentos precário”

pela Caixa Econômica Federal, instituição bancária da esfera pública que financiava aos brasileiros a aquisição de moradias próprias através do pagamento em longos parcelamentos. Como resultado, há um intenso processo de parcelamento urbano que se dilui pelo espaço urbano de Panambi, uma vez que este apresentava amplas e diversas áreas vazias<sup>33</sup>. Talvez o único espaço concentrado que mereça destaque especial é um loteamento financiado pela instituição financeira citada localizado entre os bairros Becker e Alvorada, cujo destino é unicamente para trabalhadores com vínculo empregatício com uma importante indústria metalmeccânica local. Esta ação de expansão urbana configura na formação do primeiro loteamento vertical de Panambi, um processo de urbanização muito comum no Brasil, em cidades de porte médio e grande, porém um tanto incipiente em cidade de pequeno porte.

#### 4.3 DO LOTEAMENTO DOS “SEM CASAS” AO BAIRRO ESPERANÇA

A gênese do loteamento/bairro<sup>34</sup> Esperança reside em meados da década de 1970, período no qual o município de Panambi passou a apresentar um cenário de amplo crescimento demográfico, essencialmente em seu território urbano e decorrente de um duplo processo: o crescimento da atividade produtiva industrial e o desencadeamento de êxodo rural, tanto de âmbito local quanto regional, inseridos nas transformações econômicas da federação.

Panambi se localiza em uma região geográfica na qual as atividades produtivas agrícolas sustentam a economia da maioria dos municípios, marcadamente pela tríade produtiva de milho, trigo e soja. Por sua vez, a ocupação colonial local, possibilitou uma matriz econômica que difere dessa configuração agrícola que denota a atualidade do noroeste gaúcho. O município de Panambi “conta desde cedo com inúmeros produtos de origem artesanal, resultantes das iniciativas industriais desenvolvidas nas linhas coloniais e na sede. A característica industrial vai marcar a estrutura urbana” (PDDU, 1993, p. 87). Este diagnóstico produtivo é apontado

---

(MOURA e FERREIRA, 2014, p. 66) que permeavam as cidades brasileiras neste início de século XXI, em todas as suas dimensões.

<sup>33</sup> A ocupação do espaço territorial urbano de forma descontínua, constituindo amplos vazios, é marca presente na urbanização panambiense, sendo, talvez, resultado do modelo de ocupação privado que se instituiu desde a formação do núcleo colonial original. Aqui, apenas, destacamos esta feição de espacialidade presente, não adentrando nesta linha de análise por ser de ampla complexidade de abordagem, o que consideramos um desvio em nossa rota investigativa.

<sup>34</sup> O uso da expressão conjugada loteamento/bairro ao invés de unicamente do termo bairro foi opção nossa em virtude de resgatarmos o processo de formação/constituição deste e compreendermos que ambos se confundem num inter-relacionamento histórico-espacial. Entendemos que, todo o tempo que antecede a formalização oficial de bairro, no ano de 1986, tem uma marca forte no contexto geográfico, muitas vezes aparecendo nos relatos dos moradores e que se confunde entre os diversos tempos históricos de sua constituição.

desde o início dos tempos da colonização. Observamos ainda, mais amplas descrições no sentido que destacam a produção econômica industrial:

Ao contrário da maioria dos municípios da região, Panambi apresenta atividades econômicas relativamente diversificadas. Este fato está relacionado com a existência de atividades industriais, comércio e prestação de serviços no então distrito de Neu-Württemberg (8º Distrito do município de Cruz Alta) e, após, com o surto da soja, que influenciou o fortalecimento e o desenvolvimento do setor industrial ligado à agricultura (PDDU, 1993, p. 20).

Resgatando a gênese industrial que marca o processo de constituição e consolidação econômica distrital-municipal, encontramos em Fausel (1949, p. 37) uma descrição da diversidade e da importância do setor produtivo econômico secundário, no qual relaciona as atividades produtivas observadas nos primeiros anos após a emancipação:

Indústrias e/ou fábricas: moinhos, olarias, construção, ferraria, balas, serrarias, engarrafamento de vinho, vinagre e cachaça, lenha, carpintarias, tipografia, laticínios, móveis, artefatos de cimento, acolchoados e cobertores, colchões, tecidos, aguardentes, metalúrgicas, cepos para tamancos, cantaria, produtos suínos, malas, máquinas agrícolas e industriais, tintas e graxas, parque, esquadrias, calçados, cortume, carrocerias, funilarias, tornearias, trilhadeiras, malharia, cervejaria, óleo vegetal, café e artefatos de madeira, entre outros (FAISEL, 1993, p. 37).

Este lugar de destaque desempenhado pelo setor produtivo industrial vai se acentuando à medida em que a economia do setor primário se expande e se transforma. É com a modernização produtiva que se modifica o campo local-regional, das originais propriedades familiares autossuficientes e diversificadas para as propriedades voltadas ao mercado e amplamente mecanizada, verdadeiras empresas rurais de agronegócios. Este novo sentido adquirido pelo meio rural, demarca impulso de forte urbanização, interrelacionando mudanças econômico-produtivas, demandas de mão de obra e processo urbano. A Tabela 03 apresenta dados relevantes que demonstram essas alterações entre os diferentes setores produtivos do município de Panambi, numa análise comparativa com o estado do Rio Grande do Sul e o Brasil, ênfase em meados da década de 1970.

Por conseguinte, este desenvolvimento das atividades industriais que se esboçam já na gênese colonial embrionariam o futuro núcleo urbano municipal, que desde cedo alinhavam na indústria uma parcela significativa da produção econômica e de ocupação da classe trabalhadora, resultando na “ampliação da oferta de mão de obra na zona urbana” (ALMEIDA, 2008, p. 100). Este fato demanda uma expansão urbana significativa a partir da segunda década

após a emancipação municipal, preponderantemente na década de 1970, destacado na Tabela 04.

Tabela 03 – Estrutura econômico-produtiva setorial da renda interna municipal e estadual em recorte temporal 1959-1980, (em %).

Anos	Setor primário		Setor secundário		Setor terciário	
	Panambi	RS	Panambi	RS	Panambi	RS
1959	47,8	27,9	15,6	19,5	36,6	52,4
1970	28,0	20,9	26,4	20,9	45,5	58,7
1975	16,4	18,5	49,6	25,5	34,0	55,9
1980	13,0	16,3	26,5	26,6	60,5	57,0

Fonte: Fundação Economia e Estatística RS- FEE, adaptado de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Panambi (1992, p. 22).

Tabela 04 – Crescimento demográfico total e urbano de Panambi, 1960-2021.

Censos (anos)	População urbana	População total
1960	4.940	17.874
1970	7.234	16.193
1980	17.972	23.871
1991	24.090	29.379
2000	28.289	32.610
2010	34.562	38.258
2021	Sem informação	44.583

Fontes: IBGE: Censos Demográficos 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010; IBGE, População Estimada, 2022.

A partir da observação dos dados censitários, podemos comprovar que a década de 1970 representa o período de maior acréscimo proporcional na demografia urbana panambiense. Por conseguinte, é neste decênio que o território urbano do município demanda um maior transbordamento, sendo que “a implantação de novas áreas de loteamento juntamente com a ampliação do perímetro legal<sup>35</sup> proporciona a grande expansão da cidade” (BRAUN, 2005, p.35).

Na década referida, Panambi tem um acréscimo de sua população urbana em 148,4%. Quando se observa comparativamente, tanto a década anterior quanto a posterior, vemos este momento como destaque, pois o período de 1960-1970 apresenta expansão de 46,4%, enquanto o decênio 1980-1991<sup>36</sup> exibe um aumento de 34,05%. Obviamente, as três décadas apontadas, mesmo nas suas discrepâncias percentuais, representam períodos de significativo crescimento

<sup>35</sup> Decreto Municipal nº 06, de 26 de junho de 1976.

<sup>36</sup> Este “decênio de 11 anos” decorre da disponibilidade de dados obtidos através da realização do Censo Demográfico pelo IBGE, atemporal para as demais décadas.

da população urbana, algo que se segue até o momento presente, e que denota uma marca na constituição de Panambi como um município de atração demográfica regional.

Dessa forma, o contexto de formação de nossa área geográfica de estudo se assenta nesta leitura espaço-temporal, que desencadeia um forte crescimento urbano no período dos anos de 1970. Almeida (2008), nos traz elementos históricos que nos descrevem essa tendência produtiva industrial e a crescente expansão urbana daquele momento:

o surto de industrialização, aliado a modernização da agricultura, que se processava especialmente a partir da década de 1960, atraiu muitos trabalhadores, que se deslocaram de vários municípios da região em busca de empregos nas indústrias panambienses. Decorreu desse processo a ampliação da periferia do município, onde se localizaram esses trabalhadores que migraram, vivendo muitas vezes à margem da sociedade constituída, tendo dificuldades de se inserir nesta (Almeida, 2008, p. 100).

Não recaímos unicamente numa análise histórico-social da questão, mas na intencionalidade da compreensão da produção da espacialidade urbana que decorre daí, buscando processos que podem trazer significativos apontamentos. Assim, a percepção do momento histórico de constituição do local de estudo nos parece primaz neste sentido de abranger a produção do espaço urbano, ao qual o loteamento/bairro Esperança se atrela.

O terreno que vem a constituir o atual bairro Esperança é adquirido pela gestão municipal no ano de 1972, sendo uma área aproximada de 9 hectares comprada do produtor rural Alberto Handel<sup>37</sup>. Tratava-se de uma área agrícola de pousio ocupada com gramíneas e arbustos em processo de revegetação, boa fração deste local sendo uma área de saturação hidromórfica, margeado em seu limite oeste por um pequeno curso de água: o Arroio Arais. Nestes primórdios da década de 1970, esta porção territorial estava bastante afastada da mancha urbana de então, porém apresentava-se já significativamente importante sob ponto de vista da localização espacial do urbano panambiense, ficando junto a um dos acessos da cidade em suas conexões regionais pelo sistema rodoviário, margeando a rua Belizário (hoje avenida Adolfo Kepler Junior). Segundo relatos da pesquisa realizada pela professora Sandra Braun (2005), o objetivo da aquisição desta gleba de terra segue na linha descrita na observação de Almeida (2008), citada anteriormente, sendo que a intensão era a de:

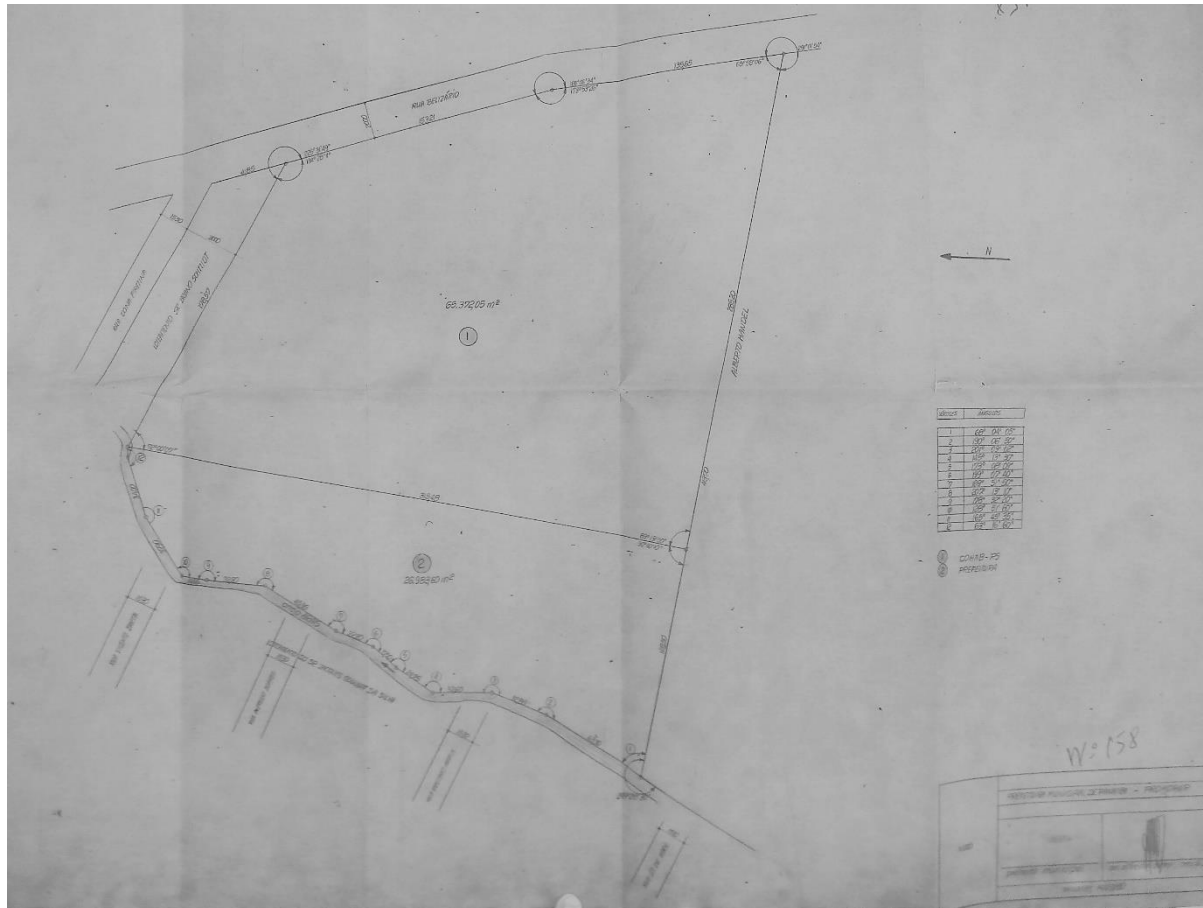
---

<sup>37</sup> Encontramos documentado no setor de Cadastro Urbano da Prefeitura Municipal, um esboço cartográfico datado de março de 1980 (Figura 5), pelo qual a área que se assentaria o loteamento que resulta no atual bairro Esperança é composto de duas frações contíguas de terras. A área 1, formada por 65.372,05 m<sup>2</sup> e a área 2, com 26.983,60 m<sup>2</sup>, perfazendo um total de 92.355,65m<sup>2</sup> (9,24 ha). Esta fração é a mesma que vem a constituir o bairro, na sua criação no ano de 1986.



iniciar ali um loteamento social, onde a comunidade iria construir casas para abrigar as famílias carentes da cidade que não tinham casa própria, bem como os migrantes que chegavam à cidade à procura de emprego e ficavam perambulando pelas ruas, pois não tinham condições de pagar aluguel (BRAUN, 2005, p. 21).

Figura 05 – Esboço cartográfico dos lotes 1 e 2, adquiridos pelo poder público municipal de Panambi no ano de 1972, local onde posteriormente seria implantado o loteamento PróMORAR/COHAB.



Fonte: Arquivo do Setor de Cadastro Imobiliário, Secretaria Municipal da Fazenda, Prefeitura Municipal de Panambi.

Sendo assim, a aquisição desta gleba de terras pelo poder municipal, tem como finalidade a instalação de muitas pessoas que se dirigiram à Panambi e não tinham condições econômicas de se assentarem por conta própria. Muitos “perambulavam pelas ruas” (BRAUN, 2005, p. 21) sem destino fixo, enquanto outros se instalavam provisoriamente em locais desvalorizados sem qualquer infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, que logo passaram a receber alcunhas depreciativas. Em entrevista compilada por Mello (2006), são coletados relatos que descrevem estes *errantes* como residentes de galpões, porões e sub-habitacões. Mello (2006), ainda nos traz outros relatos que descrevem de forma muito pejorativa tanto o lugar quanto as pessoas que para lá se dirigiam ou que eram direcionadas.

Merecem menção, ainda, sobre o local de assento da vila Esperança, os fatos deste ficar bastante afastado da área urbana de então e de ocupar um território que boa parte se assentava em uma região muito úmida, marginal de um córrego. Como fatores indutores à prosperidade do loteamento, ações são propostas, sendo tanto de iniciativa do poder público quanto de movimentos sociais assistencialistas, facilitando:

a construção de casas naquela época, não cobrando pelo terreno e procurando atuar junto aos setores responsáveis para obter os créditos necessários que facilitassem o pagamento das residências. Além disso, o projeto contava com o apoio de lideranças locais, do setor de assistência social e *voluntários da classe média-alta* que formavam grupos de auxílio a carentes (MELLO, 2006, p. 230, grifo nosso).

Durante a década de 1970, um forte impulso é dado para a expansão da ocupação do loteamento, com a construção de uma nova planta fabril em uma área circunvizinha. Trata-se de uma importante empresa panambiense que sediava-se no centro da cidade desde sua origem, no ano de 1926, e que projetou nas imediações essa nova unidade industrial. Mas, de fato, o projeto de loteamento da área seria apenas efetivado na década seguinte, numa ação conjunta entre Prefeitura Municipal e Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através de convênio firmado com a Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB RS)<sup>38</sup>, para a construção de um conjunto habitacional denominado PróMORAR<sup>39</sup>, cujos moradores pagariam prestações mensais com valores ínfimos que variavam de acordo com o perfil socioeconômico de cada um. Em nossa pesquisa, não encontramos a datação correta na qual é iniciada a construção das edificações, composta de três cômodos que somavam menos de 25m<sup>2</sup> de área construída. No ano de 1983 as casas passam a ser ocupadas, mesmo muitas estando inacabadas, em função de eventos climáticos severos que atingiram o município e contribuíram para o desalojamento destes errantes que habitavam casebres, muitos dos quais ficaram destruídos com o vendaval, desalojando seus moradores.

---

<sup>38</sup> Constituída em dezembro de 1964, a Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul – COHAB/RS, sociedade de economia mista, tinha como missão a execução do Plano Estadual de Habitação, visando favorecer o acesso da população de menor renda, à habitação digna, obedecendo às normas e critérios estabelecidos pelas legislações da época. Em janeiro de 1995, após 30 anos de importantes atividades habitacionais, o Governo do Estado autorizou a extinção da companhia, mediante liquidação extrajudicial e, suas atividades, direitos e obrigações remanescentes foram transferidas a então Secretaria Especial da Habitação do Estado.

<sup>39</sup> O Programa PróMORAR, financiado pelo BNH, foi a primeira iniciativa séria de desfavelamento no país e que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano elaborou o primeiro projeto da Lei do Desenvolvimento Urbano, aquela que, após muitos anos de estagnação ou debate no Congresso Nacional, acabou resultando na lei que se conhece como Estatuto da Cidade. Entre outras, a ideia básica que orientava este estudo era definir um processo construtivo de baixo custo e adequado as condições ambientais e sociais. Seus objetivos principais eram: proporcionar habitações com padrão de conforto adequado e o de estabelecer um modelo habitacional de baixo custo.

**Figura 06** – Registros fotográficos da Indústria Kepler Weber em diferentes momentos históricos.



Fonte: Da esquerda para a direita e de cima para baixo – (01 e 02) Sítio eletrônico da empresa Kepler Weber (2021); (03) Fotografia registrada pelo autor (junho/2021).

Legenda: (01) Imagem de 1926: primeiro edifício que sediou a empresa, constituindo uma ferraria nas proximidades da praça central, no então núcleo urbano. (02) Imagem de 1974, inicia-se a construção da planta fabril realocada na porção sudeste da cidade, em frente ao loteamento que vem a constituir o bairro Esperança. (03) Indústria Kepler Weber em imagem atual (2021), localizada junto às importantes artérias viárias de Panambi (trevo de acesso à BR-158 e Avenida dos Imigrantes, que dá acesso ao Distrito Industrial).

Encontramos apontamentos que descrevem o processo de ocupação do local, ainda na metade inicial da década de 1970, o qual se deu em um local de extrema carência de infraestrutura, serviço e equipamento urbano, não diferindo do processo de expansão da maioria das cidades brasileiras da metade final do século XX, cujo “desenvolvimento do urbano apresenta-se como condição *sine qua non* do processo de produção (...) determina uma aceleração do processo urbano” (CARLOS, 2000, p. 44). A maioria destes locais que servem para expansão urbanas tem essa marca de carência de quase tudo aquilo que um morador urbano demandaria para uma vida digna. Os primeiros moradores do local edificavam de forma própria as suas residências, sendo construídas precariamente com materiais diversos conseguidos através de doações, conferindo um contexto de dificuldades amenizadas por ações que buscavam remediar as limitações enfrentadas pelos futuros residentes através de “um conjunto

de ações assistencialistas, como o fornecimento de ranchos de alimentos, de medicamentos e de vestuários para essas famílias carentes” (BRAUN, 2008, p. 21).

A referida construção da planta fabril, em área frontal ao novo loteamento entre os anos de 1974 e 1975, vem a realocando uma importante indústria do setor metalmeccânico do município, dando um impulso significativo à ocupação urbana desta região. A planta industrial II, da indústria Kepler Weber (chamada de Fábrica II) configura-se numa das indústrias que mais emprega e mobiliza deslocamentos de trabalhadores, não somente do urbano local, mas também empregando muitos trabalhadores provenientes diariamente de municípios do entorno de Panambi.

Braun (2008), nos relata a sequência da ocupação mais efetiva do local, quando a gestão municipal propõe:

para dar conta de oferecer moradia a todos os migrantes carentes que chegavam ao município, no ano de 1979 o poder público firma convênio com a COHAB, para a construção de um conjunto habitacional denominado PROMORAR - primeiro conjunto habitacional da cidade. Esse projeto possibilitava às famílias a adquirirem lote de terra com a respectiva casa (casas embriões constituídas por três cômodos: quarto, cozinha e banheiro), que seria paga através de prestações mensais que variavam conforme a situação socioeconômica do morador (BRAUN, 2008, p. 24-25).

Sendo assim, a instalação desta importante fábrica, descrita anteriormente, dá maior impulso à ocupação do local. Os primeiros moradores foram alocados de forma aleatória pelo poder público municipal, ocorrendo inclusive ocupações de lotes. Este fato decorre numa necessidade de agilizar um projeto para a implementação de um loteamento oficial. Mas é somente na década de 1980 que esta ação se efetiva.

Em nossas buscas, encontramos nos arquivos públicos do Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal, os primeiros registros de plantas datadas de março de 1980. Contudo, somente aparecem plantas cartográficas que se referem ao Conjunto Habitacional PrómORAR (Unidade Habitacional Mutirão), com as proposições de arruamento e lotes numerados, datados de 1982, conforme podemos observar na Figura 07.

É importante mencionar o contexto dos programas de habitação existentes neste período, no qual se inserem os projetos PrómORAR. Em fins da década de 1970, o Brasil vivenciava um processo de abertura política, mas ainda inserido em governos não democráticos e sem legitimidade eletiva. A criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço<sup>40</sup> (FGTS),

---

<sup>40</sup> A criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, no ano de 1966, pelo regime militar implantado no Brasil, está inserida nas diversas reformas trabalhistas e sociais implementadas pelo governo da época. Tais, podem

financiado pela arrecadação de 8% da folha de pagamento e depositada mensalmente pelos empregadores, tinha:

o propósito de ser usado como uma espécie de seguro-desemprego para todo trabalhador demitido - com as relações trabalhistas sendo agora muito menos rígidas -, como fundo de reserva para aposentadoria ou *como fonte de recursos para a aquisição da casa própria*. A maior parte dessa arrecadação era para o BNH, o Banco Nacional da Habitação, para fomentar um grande aumento do número de construções de moradias. O sistema foi capaz de financiar 4,4 milhões de habitações, mas apenas um quarto das operações beneficiou a população de baixa renda (KLEIN; LUNA, 2014, p. 61-32, grifo nosso).

A expansão industrial e a modernização agrícola incentivados pelo Estado brasileiro, decorriam em inchaços urbanos que promoviam ampla falta de moradias nas cidades e consequente favelização. É nesse período que a urbanização nacional explode e as grandes cidades, especialmente as capitais estaduais, adquirem a condição de metrópoles, várias delas assumindo a condição de cidades milionárias (SANTOS, 2018). O PrómORAR – Programa de Erradicação de Sub-habitação - foi criado no ano de 1979, e se propunha a:

erradicar subhabitações a partir de intervenções visando a melhoria dos núcleos habitacionais de favelas, sem implicar, portanto, a remoção dos moradores. É com o PROMORAR que a produção de habitações populares nos moldes de programas alternativos atinge o recorde histórico em termos quantitativos. As COHABs produziram no período 1979-1982 mais de 600 mil unidades, das quais quase um quarto pelo PROMORAR. (Mello, 1989, p. 39-41).

Por obstante, o projeto do loteamento se efetiva neste contexto de integração entre entes públicos municipal e estadual, através da COHAB-RS. São projetadas 12 quadras de diferentes dimensões ajustadas à configuração geográfica do lote original, constituindo um formato semi-triangular. Apresentamos a proposição dos lotes urbanos na Tabela 05, onde observamos a existência de 260 lotes urbanos projetados, cuja variação se configura entre 14 e 39 unidades de moradias projetadas por quadra, sendo estas bastante variadas em seu formato e dimensão.

O modelo de casas adotado pelo projeto do Conjunto Habitacional PrómORAR é constituído por unidades residenciais de dimensão extremamente ínfimas e propostas a serem construídas em sua grande maioria por conjuntos geminados/conjugados em borda comum do terreno, aproveitando-se uma parede lindeira em comum entre as duas construções, o que

---

ser entendidas como uma forma de tapear ou escamotear a caótica realidade social advinda do expansionismo econômico dissociado de importantes e necessárias reformas não efetivadas e amplamente reivindicadas pela sociedade brasileiras da metade final do século XX.

representaria redução de custos ao empreendimento e, talvez, facilitaria a aquisição por parte dos futuros proprietários.

Figura 07 – Planta dos lotes e arruamento da Unidade Habitacional PróMORAR.



Fonte: Arquivo do Setor de Cadastro Imobiliário, Secretaria Municipal da Fazenda, Prefeitura Municipal de Panambi, 2021.

O modelo de casas adotado pelo projeto do Conjunto Habitacional PróMORAR é constituído por unidades residenciais de dimensão extremamente ínfimas e propostas a serem construídas em sua grande maioria por conjuntos geminados/conjugados em borda comum do

terreno, aproveitando-se uma parede lindeira em comum entre as duas construções, o que representaria redução de custos ao empreendimento e, talvez, facilitaria a aquisição por parte dos futuros proprietários.

Tabela 05 – Lotes e unidades residenciais do Conjunto Habitacional PróMORAR.

Quadras	Número do lote	Unidades de terrenos/moradias
01	Lote 182	20 unidades
02	Lote 181	39 unidades
03	Lote 178	17 unidades
04	Lote 180	21 unidades (e 1 escola)
05	Lote 190	16 unidades
06	Lote 188	24 unidades
07	Lote 186	23 unidades
08	Lote 184	22 unidades
09	Lote 185	14 unidades
10	Lote 187	18 unidades
11	Lote 191	23 unidades
12	Lote 192	23 unidades

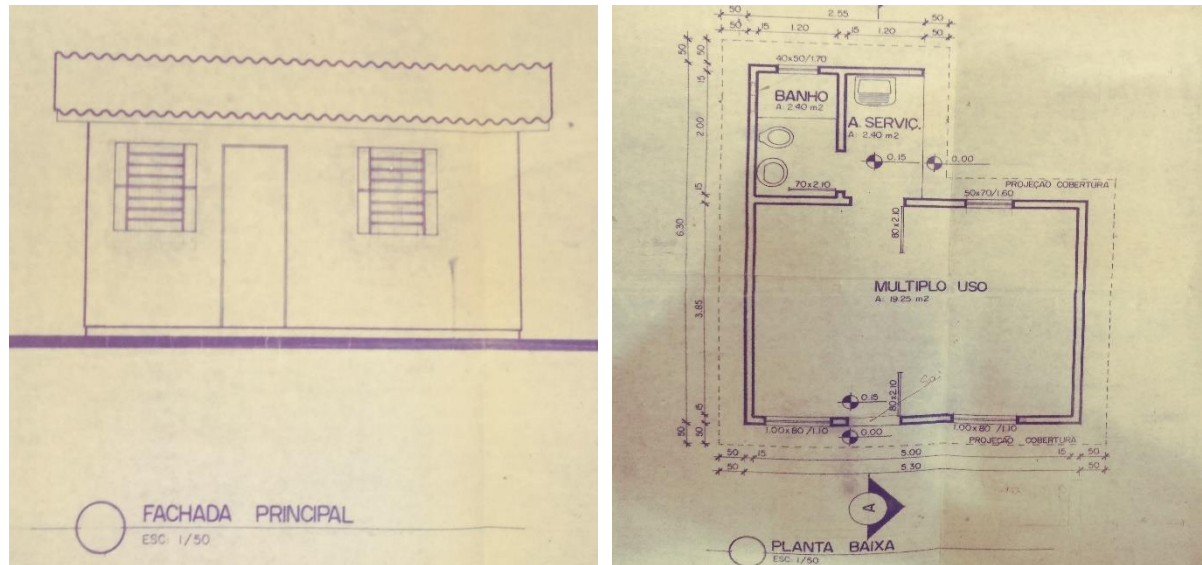
Fonte: elaborado pelo autor (2021).

O projeto elaborado propunha habitações com área construída de 24,05m<sup>2</sup>, levantadas em alvenaria com reboco simples. Estas construções estavam projetadas com apenas três cômodos, sendo que o maior deles é de 19,25m<sup>2</sup>, de múltiplo uso e sem divisórias internas, a fim de alocação de quarto, sala e cozinha, cuja divisória interna caberia ao seu futuro proprietário alocar, obviamente que na condição econômica dos assentados e na necessidade de pagamento das prestações, certamente permaneceram nesta condição na qual foram edificadas. Os outros dois cômodos são de 2,4m<sup>2</sup> cada um, destinam-se um ao banheiro e o outro como área de serviço, sendo que este último possuía uma de suas laterais abertas, direcionada para o fundo do imóvel. Apresentamos o corte frontal da fachada da casa e a planta baixa das moradias na Figura 8.

Ao ser edificadas as novas moradias ao modelo do loteamento proposto, muitas das casas existentes tiveram que ser removidas, cabendo ao seu morador optar em manter, caso não afetasse a possibilidade da construção da noma moradia. A maioria daqueles que já habitavam o local optaram em manter apenas as casas novas, mesmo nas condições destas serem na maioria das vezes menores das casas que as já possuírem, mas o desejo de ser uma casa nova certamente prevalecia no ideário.

Atualmente, inexistem edificações que correspondem com exatidão àquela originalmente edificadas. Apresentamos na Figura 9 uma das casas que se apresenta mais próximo disto.

Figura 08: Croqui da fachada principal e planta baixa das unidades residenciais erguidas pelo Programa Habitacional PróMORAR.



Fonte: Arquivo do Setor de Cadastro Imobiliário, Secretaria Municipal da Fazenda, Prefeitura Municipal de Panambi.

Figura 09 – Registro fotográfico de uma residência atual do bairro Esperança, localizada na rua Guiné-Bissau.



Fonte: fotografia registrada pelo autor (junho/2021).



#### 4.4 O BAIRRO ESPERANÇA NA ATUALIDADE

Na atualidade, percorrendo-se as ruas do bairro Esperança se observa que praticamente todas as habitações originais encontram-se alteradas em sua configuração original, seja modificada em sua dimensão, seja em relação aos materiais empregados em sua construção. A partir das conversas informais e das entrevistas, verifica-se a existência de dois processos de mobilidades presentes: a mobilidade demográfica e a mobilidade social. Tais processos, certamente apresentam relação direta com a nova configuração estética verificada na paisagem urbana do bairro de hoje.

Como ilustração da atualidade do bairro, trazemos na sequência fragmento textual de sua caracterização, que compõe um documento produzido pela equipe diretiva da Escola Municipal de Educação Infantil P'Q'Ninos, que, com parcas ressalvas, ilustram parcialmente a realidade presente. Assim o entorno da escola é descrito:

Características territoriais: A EMEI P'Q'Ninos localiza-se na região sul da cidade, no bairro Esperança, na rua Moçambique, próxima ao distrito industrial e a poucos metros de uma das principais indústrias de Panambi, a Kepler Weber, separadas, pela avenida Adolfo Kepler Júnior que dá acesso da entrada ao centro da cidade. O bairro, que tem sua população aproximada de 1.181 habitantes (IBGE, 2010), possui, em seu entorno, mercados, lojas, restaurante, padaria, posto de saúde, igrejas, centro comunitário, quadra de esportes, campo de futebol, academia popular, borracharia, praça pública e indústria. Não possui agências bancárias nem farmácia. Com relação à estrutura urbana, as ruas são todas pavimentadas com calçamento, passeios públicos, iluminação pública e pontos de coleta de lixo. As residências, em sua maioria, são de alvenaria e outras em maneira de dimensões reduzidas com rede de luz, água e esgoto (EMEI P'Q'NINOS, 2020, não paginado).

Um dos elementos presentes nos relatos faz referência sobre a ampla mobilidade demográfica existente. Na maioria das vezes, são decorrentes dos fluxos econômicos que movimentam a produção nas indústrias local, cujos solicitantes de produtos manufaturados demandam itens esporádicos, que resultam ofertas de trabalhos temporário, caracterizando o modelo produtivo volátil das sociedades pós-modernas. Lembramos que Lefebvre (2016) já nos tocava do fato de que o mundo contemporâneo se anuncia como virtual, do somatório de obra e produto da espécie humana, sendo o urbano o objeto mais presente nisto.

Este fato decorre que hoje muitos dos moradores atuais não são mais as mesmas pessoas que vieram a ocupar as casas populares loteadas na década de 1980 (ou de seus familiares), transformando o loteamento popular em mercado imobiliário ativo de financeirização da moradia (ROLNIK, 2015). Certamente, as negociações dos imóveis condicionam-se ao fato migratório, tendo como resultado o aparecimento da condição do inquilinato, recorrente nos

depoimentos. Ressaltamos que, apesar dos relatos, não foi verificada nenhuma placa identificando residências para ser alugadas, certamente não por inexistirem, mas pela condição própria do lugar que cria um mercado imobiliário centralizado nas mãos do próprio inquilino que o negocia diretamente.

O segundo movimento verificado é o de mobilidade social, talvez relacionado ao primeiro. É notória a diferença acerca do padrão e da dimensão das edificações entre distintos locais do bairro. Nas imediações da avenida Adolfo Kepler Júnior são verificadas moradias de um padrão muito superior à porção médio-inferior do bairro, adjacente ao arroio Arais e sua área de alagamento. Não se trata de uma transição estanque entre ambos, mas escalonada entre um padrão e outros, até assumir a caracterização identitária de cada um dos distintos setores (Figura 10).

Grosso modo, podemos descrever o bairro como um todo urbano, cujo corpo se configura com a presença de um centro urbano, onde um padrão de qualidade urbana impera, sendo rodeado pelos espaços periféricos das sub-habitações, das carências, dos esquecimentos. As distorções e a fragmentação espacial são notórias nos espaços urbanos, pois “as desigualdades continuam a ser vistas entre as cidades, e no interior de cada uma delas” (SPOSITO, 2014, p. 133).

Tal fato contrastante pode nos levar a supor uma mobilidade econômica dos moradores, seja na condição de sujeitos que, via empregabilidade assalariada, passaram para possibilidade de melhorias em suas habitações ou de empobrecidos que, na valorização dos espaços adjacentes à avenida principal, transformaram seu terreno em mercadoria, vendendo-o, e passaram a ocupar novas porções urbanas menos valorizadas, seja no próprio bairro ou em outros locais. Essa condição verificada hoje, nos traz um cenário de espacialidade diferencial, descrita anteriormente, sendo a porção marginal da avenida Adolfo Kepler Júnior, que confronta com a sede da indústria Kepler Weber, predominada por empreendimento econômicos ou sendo ocupada por residências com padrões construtivos que destoam das demais edificações presentes no bairro Esperança. Certamente, um lugar de ampla valorização econômica que se apresenta como condição de sobrevivência de muitos moradores em períodos de desempregos, tão constantes no cenário econômico atual, onde emprego e sobrevivência, tem *status* de mercadoria.

É ao longo da referida avenida que encontramos diversos empreendimentos de comércio e serviços que estão presentes no bairro Esperança (Figura 11). Tais, se instalaram ao longo do tempo, seja para atender o fluxo de circulação desta importante via de acesso, da grande presença de trabalhadores da empresa Kepler Weber que aí circulam, ou ainda de outros muitos

trabalhadores que por esta via transitam, em carros ou em caminhadas, no deslocamento diário de suas casas às diversas empresas sediadas no Distrito Industrial, localizado nas proximidades. Dentre as atividades econômicas encontradas, há restaurantes, bares, minimercados, borracharia e lavagens de carros.

Figura 10 – Aspectos de algumas moradias do bairro Esperança na atualidade.



Fonte: fotografias registradas pelo autor (junho/2022, imagens superiores e setembro/2021, imagem inferior).

Legenda: Direita para a esquerda e de cima para baixo. As residências registradas na imagens 01 (rua Dona Firmina) e 02 (rua São Tomé) representam um padrão de construção superior, enquanto que a imagem 3 (Rua São Tomé), constitui em subhabitação.

Outro contexto observado atualmente, para além da ampliação e melhoria das habitações observado anteriormente, é a condição da partilha dos terrenos entre mais de um

imóvel. Geralmente acabam sendo divididos entre familiares que vão constituindo suas famílias e, que, decorrente do alto custo do mercado de moradias frente as suas limitações econômicas, estes não conseguem adquirir uma casa própria em outro lugar, passando a partilhar a existente.

Figura 11 – Aspectos da avenida Adolfo Kepler Júnior no bairro Esperança.



Fonte: Fotografias registradas pelo autor (junho/2022).

Legenda: De cima para baixo. (01 e 02) A avenida Adolfo Kepler Júnior constitui uma importante artéria viária urbana, sendo uma das conexões do centro da cidade à entrada do Distrito Industrial e à BR-158, cujas imagens demonstram o contraste existente na via em um dia de final de semana (01) e num dia laboral (02).

Empreendimento comercial: bar e restaurante (03).

Trazemos um fragmento espacial do bairro, através de um recorte aéreo, produzido por imagem de satélite (Figura 12), pela qual observamos a intensa densidade das porções construídas constatado pela sobreposição dos telhados que atingem, nalgumas situações, a totalidade dos terrenos.

Observou-se, através da *verificação in loco* e por diversos relatos, a efetivação de construções realizadas junto às antigas residências. Na maioria das vezes, constituem-se em *puxadinhos* localizados no fundo dos terrenos, nos quais outros familiares residem ou sendo destinados ao aluguel. A prática do inquilinato permite criar formas de reforço de renda aos residentes através de locação destes imóveis.

Figura 12 – Imagem de satélite demonstrando a densidade das edificações sobre a porção do terreno em recorte espacial no bairro Esperança.



Fonte: Imagem Google Earth, 2022.

Este processo de construções, seja na condição de reforma/qualificação da própria edificação, seja na condição de novos espaços construídos, movimento um mercado bem presente nas práticas sociais descritas. A maioria destas obras constituem-se em autoconstruções, que insere no mercado um trabalhador informal, típico de comunidade de assentamentos populares, por haver a sua ampla disponibilidade e por representar uma mão de obra de baixo custo no inflacionado mercado da construção civil.

Os jovens constituem a parcela social que mais se insere neste mercado de trabalho da construção civil, cuja condição de dificuldade de arrumar seu primeiro emprego e inexperiência em outras práticas trabalhistas, lhe condiciona à tarefa.

Ao percorremos as ruas do bairro Esperança é possível verificar a forte presença de materiais de construções, normalmente reaproveitamentos, alocadas em ruas e calçadas. Tal fato configura um processo constante de reformas e construções que qualificam ou ampliam as edificações dos moradores (Figura 13).

Figura 13 – Alocação de materiais de construção em frente às residências denotam processo constante de reforma/construções.



Fonte: De cima para baixo – Fotografias registradas pelo autor (01) setembro/2020; (02) junho/2022.

Legenda: A presença constante de materias de construção em frente às residência evidencia o mprocesso da construçã. A maioria destes materias cosntituem doações recebidas pelos moradores seja via intemédio de agentes públicos (vereadores, agentes de saúde, equipe diretiva escolar) ou pela igreja. (01) rua Iha da Madeira; (02) rua Cabo Verde.

## **5- A PRODUÇÃO DO ESPAÇO A PARTIR DOS ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÕES NAS RELAÇÕES DA VIDA COTIDIANA**

A construção da noção de espaço requer longa preparação e está associada à liberação progressiva e gradual do egocentrismo. É o espaço vivido, construído pelos deslocamentos (...). O espaço vivido é praticado, organizado e equilibrado em nível da ação e do comportamento social (CASTROGIOVANNI, 2000. p. 15-16).

Impõe-se, ao mesmo tempo, a necessidade de, revisitando o lugar no mundo atual, encontrar os seus novos significados. Uma possibilidade nos é dada pela consideração do cotidiano (SANTOS, 2014, p. 314-315).

Os laços locais são significativamente culturais, demonstram a vida, as formas de fazer as coisas, de tratar da natureza, de construir os espaços (...). A cultura é um dado fundamental na compreensão dos lugares. (CALLAI, 2000, p. 123).

Após a apresentação da proposta de investigação, das opções metodológica e conceitual e da exibição do recorte espacial da área de estudo, temos agora, ao longo deste capítulo, a intencionalidade de promover uma discussão acerca da produção do espaço no loteamento/bairro Esperança a partir da cotidianidade presente neste território.

De início, assim como ocorre em todo lugar social, salientamos que a espacialidade se encontra em curso, como um fato inacabado, em constante complementaridade nas formas de arranjos e estruturas sociais em seus espaços, sendo dinâmica de (re)territorialização. Isso posto, consideramos que qualquer forma de análise trará apenas uma parte do processo das relações da sociedade, naquilo que Soja (1993) denomina de espacialidade-historicidade-socialidade.

Ao longo da explanação, vamos correlacionando os conceitos que balizam este estudo, em especial aqueles que trazem o (re)conhecimento dos aspectos da vida cotidiana, desvelando os elementos socioespaciais corriqueiros e confluentes com a vida dos moradores do bairro. Estes, foram aparecendo ao longo das observações prévias e das conversas informais por lá desenvolvidas e que julgamos serem decisivas neste momento de análises. Também, com maior ênfase ainda, trazemos as narrativas dos sujeitos sociais envolvidos nas práticas das espacialidades aí presentes.

Tratar a vida cotidiana como categoria de análise em nossa seara acadêmica, de vigorosa emersão na assimilação da produção do espaço, requer observar elementos de constituição social presentes no espaço social. Procuramos trazer como base de análise, um avanço na

concepção de produção de território, que extravasa o reconhecido e importante cenário de espaço geográfico (SANTOS, 2014b) delimitado fisicamente, para outras possibilidades que configuram a aparição das representações simbólicas, já apresentadas ao longo do Capítulo 3. Por mais que território e lugar se apresentam como significativas categorias que interagem entre si e trazem elementos substanciais para a compreensão da espacialidade, nos dispomos a percorrer o caminho que considera a categoria bairro (MAYOL, 2013); (SOUZA, 2020) como elemento mais próximo de nosso objetivo traçado.

Quando nos dispomos a observar o processo da produção do espaço do bairro Esperança nos confrontamos com essa categoria de análise que não se apresenta formatada. Um bairro, normalmente assume um recorte espacial da mancha urbana de uma cidade, a partir de definição legal proposta pelo agente público municipal, lhe assegurando o caráter de espaço geográfico definido territorialmente. Contudo, quando se busca compreender o processo produtivo da espacialidade deste a partir das vivências de lugares (CLAVAL, 2011) de seus moradores, transita-se por outras percepções conceituais, que extrapolam esta compreensão. Retomaremos este debate sobre bairro no avançar deste escrito.

## 5.1 A VIDA COTIDIANA COMO ELEMENTO DE ANÁLISE ESPACIAL: A VOZ DOS SUJEITOS SOCIAIS

Na intencionalidade de fazermos uma análise da produção do espaço geográfico do bairro Esperança a partir da construção social da realidade, precisamos trazer em si o essencial da vida social e política (LEFEBVRE, 1972), como elemento balizador em nossa discussão. Na Geografia, é bastante farta a listagem de autores que se enveredam nesta temática, porém, é fora dela que encontramos uma das melhores definições que nos possibilita abarcar o caminho deste espaço de vivência, para que compreendamos como de fato nosso lócus de estudo se constitui espacialmente.

A proposta de Henri Lefebvre (2013), que nos traz a dialética da triplicidade como possibilidade de compreensão da produção do espaço, concebe a configuração de uma realidade material que perpassa por uma multiplicidade ou “entrecruzamentos múltiplos” (LEFEBVRE, 2013, p. 92) e nos induz a buscar nos sujeitos sociais os elementos que configuram a espacialidade. Sendo isto, o caminho que encontramos como possibilidade desta análise da espacialidade, tendo como foco o elemento constituinte da sociedade será, como já apresentado na metodologia, a realização de entrevistas diretamente com os moradores.



Coletar as narrativas dos sujeitos sociais, nos leva a transitar pela essência da teoria da produção do espaço de Lefebvre (2013), que nos induz buscar a relação do contato humano com o seu espaço de vivência, portanto, reconhece na sociedade a força pulsante de autoria (como ente vivo, proponente), na qual a dimensão cultural se frutifica nas relações entre os moradores<sup>41</sup> vindo a configurar na produção da espacialidade, pois em qualquer bairro, independentemente de sua dimensão, se produzem relações de vida sociais através de festejos, religiosidades, recreações, lazer, ou simplesmente através do contato afetivos entre sujeitos, espaços de socialização no urbano presentes no bairro, ou na cidade como um todo.

Antes de invitar os sujeitos das narrativas, retomando brevemente o diálogo de nosso referencial que elucida a concepção *lefebvrina* de espaço como produto social, pelo qual entendemos que vida cotidiana e bairro se apresentam como categorias essenciais de compreensão da produção de espacialidades.

A produção do espaço ganha centralidade para entender a dinâmica social a partir da dialética da tríade do espaço (vivido-concebido-percebido), quando o homem<sup>42</sup> aparece elevado à posição central de produtor que extrapola a centralidade de abordagem no movimento de reprodução como condição de acumulação e definidora do espaço, permeado pelos simbolismos que o social e o cultural de cada grupo e cada sujeito elabora em suas relações de vivências. A vida da humanidade, em suas múltiplas perspectivas, assume um papel de elemento central deste processo (LEFEBVRE, 2013), sendo a linguagem a essência produtora da própria espacialidade.

A dialética da existência, quer dar uma ideia de corpo ao espaço, como uma perspectiva de unicidade, abordado metaforicamente como sendo este, o espaço, um próprio corpo humano. A *prática social (espacial)* seria o uso dos membros deste corpo, pelos quais se percebe e se conecta ao mundo exterior, seriam as diversas formas como o sujeito residente no bairro Esperança se relaciona diretamente com este mundo exterior ao bairro em processos de múltiplas escalas e como se dá a materialidade dos elementos que constituem este espaço geográfico.

---

<sup>41</sup> Apesar de seguirmos de perto a proposta de Lefebvre e este utilizar o conceito moradores de forma corrente em seus escritos, para tratar o ser humano como ator em sua identificação de elemento social, preferimos adotar o termo sujeito como categoria de análise, por entender este como sendo mais aberto e próximo a forma de estudo que abordamos quando nos referimos aos moradores, sujeitos deste processo vivaz. Contudo, o termo morador(es) aparece ao longo de nosso texto como expressão empregada em algumas situações que queiram apenas identificar o grupo social residente no lócus de estudo sem, contudo, ser expressa como uma categoria de análise.

<sup>42</sup> Nesta posição do texto preferimos deixar o termo homem, porém, ao logo de nossa discussão utilizaremos a expressão humanidade (particulares à natureza humana) como identificação coletiva, por julgar esta ser abrangente e atual no sentido de abarcar de forma correta a distinção de gêneros humanos.

Já o espaço concebido, se refere à perspectiva de como o loteamento, posteriormente alçado à condição de bairro, foi idealizado pelos seus planejadores. É este, na lógica da *representação do espaço*, que mais marca a contemporaneidade e que tenta criar uma espécie de formatação moldando o espaço, mas que, na interação com as outras duas instâncias – percebido e vivido – criam outras significações através do discurso e da prática cotidiana, tendo na verbalização das interações sociais a definição de um conjunto de signos que assume ampla categoria simbólica no espaço social e que adquire solidez nos contextos da vivência humana, que cada sujeito de lá mantém com o mundo exterior.

Sobre o concebido, aqui já trouxemos ampla discussão ao longo do capítulo 4, no qual esboçamos os dois momentos históricos que direcionam a sua constituição: a criação da vila popular, nos anos de 1970, e a implantação do loteamento popular, na década de 1980. Sob esta dimensão, transparece a formalização de um *lugar* que cabe a cada espaço geográfico, dimensionando um território circunscrito. Ao abordar o bairro Esperança, compreendemos uma posição de espaço fluído no conjunto do urbano da Panambi, de movimento que interage e ultrapassa as suas *fronteiras*, tendo assim, a *representação do espaço* um forte elemento de análise, ao qual precisamos considerar as diversas formas de territorialidades aí presentes, espaço este reconfigurado socialmente, interagindo com as demais instâncias da espacialidade, constituindo no cotidiano uma outra dimensão de bairro.

Por último, mas não conotado como inferior e tampouco decorrente dos anteriores, aparecem os *espaços de representações*, manifestado pelo espaço vivido, onde a sociedade experimenta “o mundo assim como ele é experimentado pelos seres humanos na prática de sua vida cotidiana” (SCHMID, 2012, p. 102). Esta dimensão contrabalança à ideia da *representação do espaço*, pois através dela é possível redefinir o *lugar* pela natureza de seu espaço e de sua sociedade. Esta condição fica expressiva nas narrativas dos entrevistados quando elucidam as instituições presentes no bairro, e fora dele, como elementos de força e vigor nas suas condições sociais de sujeitos, dando possibilidades de vida em espaços de profundas dificuldades e fragilidades, que se exacerbam em loteamentos populares, como os que são encontrados no bairro Esperança. Nesta observação do espaço vivido é que encontramos um movimento contínuo de vida, que produz diversas espacialidades aí presentes, que interagem entre si em múltiplas dimensões e que conotam ao bairro Esperança uma configuração espacial aberta, que interage com a totalidade urbana da cidade de Panambi.

Fica lúcido no entendimento de Lefebvre (2013), que nenhuma das instâncias acontecem sozinhas, sendo articuladas entre si em perspectivas de interação, mesmo que a espacialidade possa ser observada por uma delas apenas. Ao propor a busca do cotidiano de

vida dos moradores do bairro Esperança, se traz a possibilidade de compreender como tais categorias se interrelacionam e participam da concretização dos processos de territorializações presentes. Percebemos assim, que a vida cotidiana vem a ser uma categoria que precisa ser melhor observado e que, através deste movimento, configura novo sentido ao loteamento/bairro Esperança.

Relativo aos processos de espacialidades presentes no bairro Esperança, denotamos ainda a necessidade de dialogar como Lefebvre aborda, a partir da vida cotidiana, o procedimento de apreensão do espaço pelas práticas espaciais de produção e de apropriação do espaço. Entendemos que tais práticas criam as possibilidades de apreensão do espaço onde as práticas diárias dos sujeitos configuram o espaço vivido.

Como já trazido anteriormente, Lefebvre (2013) tem sua abordagem de espaço que parte de discussão econômica do materialismo marxista, avançando seu movimento de pensamento para uma crítica que fez, sugerindo ter-se deixado de lado a dinâmica social, sendo necessário emanar o movimento da práxis da sociedade. Neste movimento de pensamento, assumindo a vida cotidiana como categoria de análise, que Lefebvre concebe o vivido, deslocando a produção do espaço da esfera econômica para a esfera social.

É partindo do contexto do modo de produção, que Lefebvre (2001) traz o debate de como a vida cotidiana é carregada de frustrações derivadas da alienação que a fragmentam. “A vida cotidiana, portanto, se refere à repetição de atividades banais à prática social sob condições de alienação, sendo uma vida sem um significado profundo, sem sentido” (CAMPOS, 2009, p. 49-50). Porém, se o cotidiano se mostra como alienação, é nele também que há a possibilidade de a vida acontecer como sendo “o palco para os acontecimentos genuínos” (CAMPOS, 2009, p. 50). Essa proximidade entre alienação e desalienação, fruto das relações produtivas do trabalho, concernem em possibilidade de formatação de um ser humano total. Campos (2009, p. 52) se envereda na análise da abordagem *lefebvrina* do cotidiano nos trazendo que “o homem ao se desvencilhar da alienação tem a possibilidade de se desenvolver em direção a se tornar um *homem total*”. O que nos leva a interrogar sobre a possibilidade deste ser humano adquirir esta condição de totalidade plena frente às estruturas de poder da relação de trabalho e, que, mesmo nas instâncias de lazer e outros atos sociais se conectam apenas como fugas, reconectando instâncias de alienação. Justamente em Lefebvre (2013) e, em sua dialética da triplicidade, que encontramos parte desse caminho. Percurso que precisa ser seguido no diálogo acadêmico por considerarmos que aí se vincula uma ideia de incompletude na obra de Lefebvre em não avançar muito nesta discussão, porém aqui, sutilmente posto, por ser este diálogo diferido de nosso objeto central de análise.

Partimos em busca de referências que promovam um debate sobre as possibilidades não completadas na obra de Lefebvre. Serpa (2019), traz uma proposta de compreensão dos espaços vividos como possibilidade de desalienação da sociedade no cotidiano, numa acepção da Geografia com a Fenomenologia<sup>43</sup>. Em sua proposição, a alienação que marca o cotidiano sempre é reforçada no tempo e no espaço, configurado em “nostalgias passadistas” e “reordenamentos dogmáticos” que configuram regiões idealizadas. Mas, é na “busca de revelar o papel da intermediação do cotidiano e das representações espaciais (...) mediando as dimensões material e abstrata na produção do espaço” (SERPA, 2019, p. 85) que permitiriam possibilidades, somente vistas quando “os geógrafos se coloquem na posição dos habitantes de um território, para compreender como vivem e produzem/criam espaço” (SERPA, 2019, p. 85). É na prática espacial que se incorporam os espaços vividos e percebidos das diversas sociedades, expressados em lutas e conflitos, que se articulam redes e processos de interação social dos locais para a configuração de espacialidades. Os espaços de representações que permite a apreensão do próprio espaço pelos sujeitos através das relações sociais estabelecidas e que induzem formas de concepção de espaços.

Tendo esta dimensão de espaço, partimos para possibilidades de compreensão deste cotidiano marcado por ações de interrelações sociais, que nos foram trazidas à medida que vivenciamos experiências geográficas no bairro Esperança, principalmente as narradas pelos sujeitos deste lugar.

Trazemos aqui uma perspectiva que se conecta com à análise da vida cotidiana, justificando a primazia da proposta que focar os aspectos da cultura na Geografia. De forma alguma, adquire o sentido de contradizer ou de entrar em choque com tudo aquilo que a geografia nos possibilitou compreender ao longo de sua história acadêmica, apenas agregar nova dimensão epistêmica, criando possibilidades de reconhecer a produção do espaço na tentativa de aproximação ao seu sujeito produtor na configuração de seu espaço vivido.

Na Sociologia do Conhecimento de Berger e Luckmann (2014), encontramos diálogos com sutileza acerca da construção social da realidade que nos dão indicadores para analisar as possibilidades das vivências sociais presentes no bairro Esperança. Representam uma maneira de conceber o espaço resultante da forma que se vive, perpassando de uma representação do

---

<sup>43</sup> Esta nota tem o propósito de esclarecer sobre a referência da fenomenologia a partir da obra de Serpa. Em nosso tratado, não perpassamos por uma discussão por este viés conceitual, dessa forma não consideramos os aspectos da fenomenologia na produção espacial, assim como não trazemos pormenores de sua conceituação. Entendemos plenamente que a fenomenologia permite à Geografia uma abordagem conectada com diversos elementos epistêmicos em sua análise, como paisagem, lugar, território e região, todos muito presentes na compreensão do cotidiano dos espaços.

espaço para os espaços de representação através de momentos de socializações, tanto primárias quanto secundárias. Estes autores traçam algumas conversações para a análise dos processos cotidianos no âmbito de nosso local de estudo, principalmente quando nos legam a ideia de um contexto real mais tendencialmente pré-estabelecido nas vivências diárias de cada elemento humano, quando situações problemáticas se apresentam e forçam a uma quebra de conforto nas rotinas:

A realidade da vida cotidiana é admitida como sendo *aí* realidade. Não requer maior verificação, que se estenda além de sua simples presença. Está simplesmente *aí*, como facticidade evidente por si mesma e compulsória. *Sei* que é real. Embora seja capaz de empenhar-me em dúvida a respeito da realidade dela, sou obrigado a suspender esta dúvida ao existir rotineiramente a vida cotidiana. Esta suspensão da dúvida é tão firme que para abandoná-la, como poderia desejar fazer por exemplo na contemplação teórica ou religiosa, tenho de realizar uma extrema transição. O mundo da vida cotidiana proclama-se a si mesmo e quando quero contestar esta proclamação tenho de fazer um deliberado esforço, nada fácil (...). A vida cotidiana divide-se em setores que são apreendidos rotineiramente e outros que se apresentam a mim com problemas desta ou daquela espécie (...). A realidade da vida cotidiana abrange os dois tipos de setores, desde que aquilo que aparece como o problema não pertença a uma realidade inteiramente diferente (por exemplo, a realidade da física teórica ou a dos pesadelos). Enquanto as rotinas da vida cotidiana continuarem sem interrupção são aprendidas como não problemáticas (BERGER; LUCKMANN, 2014, p.40- 41).

É neste contexto de abordagens, constatações e possibilidades que inserimos o propósito deste diálogo que vamos traçando ao longo deste capítulo, assentado na necessidade da busca dos elementos culturais manifestado pelo social, pelos quais nos deparamos no desencadeamento da pesquisa de forma proeminente, e que demarcam o dia a dia dos moradores do bairro Esperança. Não são apresentados aqui necessariamente como categorias de análise, mas na configuração de elementos preponderantes que ficaram salientes no desencadear da pesquisa em documentos existentes acerca da espacialidade do bairro e referendados nos relatos de conversas prévias (informais) estabelecidas com os moradores locais e reforçadas posteriormente pelas narrativas dos sujeitos entrevistados.

As percepções que cada um tem do espaço e as diversas maneiras pelas quais nos relacionamos com o nosso entorno nas práticas corriqueiras, estabelecem distintas formas de representação espacial. Neste sentido de prática do cotidiano, pelo qual se apresentam diversas espacialidades que se colocam nas três instâncias propostas por Lefebvre (2013), é que trazemos um depoimento, em sua integralidade. Seu propósito, obviamente que objetiva a referência da fala, do protagonismo dos sujeitos, mas também de transparecer a própria lógica proposta ao longo desta inquirição, que objetiva compreender a interpenetração da dialética da existência,

cuja narrativa estabelece e articula em diferentes e concomitantes momentos as representações do espaço, os espaços de representação e as práticas espaciais.

Não apresentamos esta fala em caráter de sobressair-se às outras, mas a sua escolha tem a intencionalidade de representar, de certa forma, os demais sujeitos ouvidos que, por sua vez, também serão observados a posteriori, em diferentes contextos de espacialidades presentes na constituição do espaço do bairro Esperança.

Eis a nossa fala de abertura, que contempla uma quantidade de elementos definidores da produção do espaço do bairro Esperança e que serão abordados na sequência a partir de temáticas específicas.

Meu nome é Maria<sup>44</sup>, tenho 69 anos e moro na Esperança perto de 40 anos. Eu moro com meu filho e minha nora e netos. Tenho as minhas lidas, cuido os meus netos, tenho a horta, limpo a minha casa. Graças a Deus, eu sou feliz aqui, esse bairro é muito bom aqui, eu gosto mesmo. Sabe que faz 32 anos ou quase 35 que eu moro aqui. O senhor sabe que eu vim morar pobrezinha aqui. Não conhecia nem a palavra de Deus, o amor de Deus, o temor de Deus, nem o Evangelho, nem nada. Faz 33 anos que sou convertida.

Quando vim morar aqui, a nossa vida era assim: o meu finado marido sempre lidava com um *bolichinho*<sup>45</sup>. No início abriu uma tenda. Com uma tendinha, daí logo virou um *bolichinho*, que daí, de um *bolicho* virou um mercadinho, foi uma benção direto. Daí, quando ganhei esse filho eu fiquei muito doente. A partir da cesariana, peguei uma infecção e aí eu quase morri. Fiquei quase dois meses no hospital e aí foi a minha decisão com Deus. Vizinho, daí tomei uma decisão na minha vida, digo que era vida ou morte, porque eu já estava me contando perda mesma, quase dois meses de hospital, sofrendo. Já tinha dois filhos mais velhos, pequeninhos, e o meu esposo era alcoólatra, que quando casei ele não era. Mas a maior das minhas doenças já era essa, porque tinha um marido alcoólatra. Os primeiros 10 anos de nosso casamento foram muito bons, hoje ele está falecido, *faz pra* 3 anos já. E o que matou ele foi a bebida, a cachaça.

Ele nunca quis se converter. Tentou-se mesmo até vinte e quatro horas antes de partir, no hospital, havia sete anos doente desde que já teve o primeiro derrame. Nós morávamos lá fora [meio rural] por um tempo e daí viemos de volta então, não teve solução porque já era a hora dele.

[...]

Eu criei minha família assim, sofrendo com ele [por conta da bebida, festas e mulheres], daí acho que já era uma doença que eu tinha.

Dessa forma, com todo esse sofrimento consegui criar, sozinha, minha família. Meus três filhos se tornaram todos trabalhadores. Vizinho do céu [expressão de apavoramento]. Se espelharam em mim, eu ensinava a trabalhar... Esse mais velho, eu estava contando esses dias pra uma vizinha ali, minha inquilina, quando eu morava aqui, eu deixava o finado cuidando do mercado e eu pegava esse mais velho, quando

---

<sup>44</sup> Por opção nossa, mantivemos o anonimato nas falas, mesmo que elas tenham sido tomadas com os seus consentimentos, coletado em assinaturas de Termos de Autorização de Pesquisa Oral. Este mesmo princípio de preservar o anonimato dos depoentes é seguido nas referências das fontes diretas, as quais identificaremos através de atribuição de uma pseudônimo. Pelo mesmo princípio é que não anexamos tais termos ao final deste trabalho, apenas inserimos o modelo do documento utilizado no Apêndice B.

<sup>45</sup> O termo *bolicho* é empregado usualmente, enquanto regionalismo, cuja definição se relaciona a uma casa comercial na qual se venda objetos de toda natureza e que, encaixaria mais proximamente a um pequeno mercado, desde gêneros alimentícios, vestuários, bazar e todo e qualquer material de uso doméstico. Muitas vezes também referido como sendo um bar.

ele tinha 13, 14, 15 anos, eu empreitava terrenos pra limpar pra ensinar ele a trabalhar. Ali na Piratini [bairro lindeiro], quantos terrenos nós limpamos, tudo *pra* eu ensinar meu filho a trabalhar. Daí, uns anos mais, eu peguei a herança do finado meu pai, das terras dele, daí eu comprei essa terra lá fora [referência ao meio rural], que são 7 hectares e pouco. Comprei, dei as entradas, dei um pouco em dinheiro que tinha de juro no banco, e daí, quando o marido começou a fazer muita festa, a se perder, fomos pra fora.

Naquele tempo, eu tinha até porcos aqui e, se eu carneasse 2 porcos por dia, eu vendia tudo. Quando não tinha os bichos, eu comprava porco de outros e limpava aqui em casa mesmo, para os boia-fria, que trabalhavam nas granjas que ainda não usam veneno, então encostavam três caminhões aqui e pegavam essa peonada pra arrancar inço nas lavouras. Daí, eu preparava todas as coisas e fazia marmita com as carnes e venda tudo. Tinha fila aqui para levar... Pra pobreza, naquele tempo aqui era pobre, pobre...

Era um bairro assim, bem pobrezinho, só casinhas da COHAB. Daí, nos puxamos uma varandinha de tábuas pra aumentar e, naquela varandinha de tábuas, do lado da casa, meu esposo botou a tendinha dele, de fruta. Disso, foi girando, girando, uma benção atrás da outra. [relembra detalhes que lhe remetiam a sofrimentos devido às atitudes do marido].

E isso nunca me decepcionou, eu sou feliz aqui. Deus iluminou o minha vida, como diz assim “Luz para o meu caminho e lâmpada para os meus pés” [referência a uma passagem do livro dos Salmos, da Bíblia]. A força de Deus é incrível. O senhor acredita, eu aceitei Deus no hospital, aí é aquela enfermidade, e aí eu melhorei, vim para casa boa. Eu era viciada no cigarro, meu Deus. Tu sabes a coisa de servir a Deus, que eu aceitei lá no hospital, porque os crentes fazem esse serviço de sair, fazer visitas, oferecer Jesus, aos doentes. Porque oferecemos, se aceita ou não aceita, oremos igual. Daí, eu trabalho desde aquela época da Piratini [período ao qual o ponto de pregação existente no bairro Esperança era vinculado à igreja existente no bairro Piratini] em que entrei naquele trabalho, então a gente tem muita experiência e aqui também. Parou por causa da pandemia. Essa igreja aqui [mostrando para um templo da IEAD, ao lado de sua residência] veio e cresceu através de mim.

Era um morador, um velhinho que residia ali e vendeu para um vizinho novo que eu nem conhecia. Um tal de João, hoje ele tem a Igreja Pentecostal Brasileira - IUPB. Ele abriu aqui, mas ele estava muito mal de doente, dando uns ataques, morrendo. Eu estava atendendo no meu mercadinho e pensei comigo, de noite vou visitar aquele homem, nem o conhecia pois fazia pouco tempo que ele havia vindo morar aqui. Quando, naquela tarde, pela janela do lado do mercado vi quatro homens o tirando pra fora e carregando no colo, não caminhava, pois dava um ataque atrás do outro. Disse na saída, se não ficares no hospital vou lhe fazer uma visita. Mas não precisou, eu nem tinha fechado o *bolicho*, quando veio a sua menininha grande me chamar para mim ir lá orar por ele. Disse para esperar, que ia fechar o mercado e já ia. Fui lá, li uma mensagem bíblica, orei por ele, três dias a fio, vizinho. Eu sentado na mesa pra comer e a menina dele corria aqui em casa, um ataque atrás do outro, pra tu ver, quando a coisa aperta ela aperta. Daí dava um ataque nele, ele morria, eu ia lá orar por ele e ele voltava. Mas era Deus trabalhando, homem. Ele não era doente, era Deus salvando a vida dele. Ele era para ser um pastor. E ganhei toda a família dele pra Jesus, ele se converteu na nossa igreja, ele e toda a sua família. Era aqui ainda no tempo da Piratini, daí ele se converteu para a nossa igreja, ficou por um tempo. Aí ele foi lá e buscou a IUPB de Cruz Alta, quando num dia foi por fazer umas visitas e a trouxe a filial de lá e abriu. Inicialmente na sua própria casa, ficou um tempo e depois abriu lá na Arco-Íris, ali do lado da Igreja Batista Salém.

Sim, ele é “irmão”<sup>46</sup> também... Sim, tudo é a mesma coisa. Às vezes dizem assim, é católico. Católico é igreja também, é a palavra de Deus, porque eu me criei na Igreja Católica, a minha mãe era. O meu pai me faltou, nos deixou, quando eu tinha 9 anos e deixou a minha mãe quando ela tinha 9 filhos. O que a mãe deixou de herança boa foi a palavra de Deus. Todo domingo, dava 4 quilômetros, e tínhamos que ir sempre na igreja, ficava do lado da escola. Os maiores tinham que levar os menores e nós

---

<sup>46</sup> Existe a prática no meio evangélico e entre alguns católicos de chamar todos os que se identifiquem como cristão de “irmão”, numa referência à inúmeras passagens bíblicas que, na tradução para o português, assim o fazem.

éramos 9 irmãos. Então a gente já se criou naquilo, sabendo as coisas boas, na colônia [meio rural], e a mãe ensinando a trabalhar, e tudo para lavoura, quem já tinha uma idadezinha pra lavoura, trabalhava de boia-fria pra fora, outros trabalhavam em casa. Daí eu e o meu irmão mais velho um pouquinho, íamos trabalhar de boia-fria, e os mais novos ficavam em casa, plantando milho, plantando feijão, com a mãe, e pra ela não ficar *solita*<sup>47</sup>. E foi criando toda a filharada. Durou 86 anos... e a quantia que sofreu.

Quando Deus quer, né, tem um ditado que diz “quando o vento apara a lenha, atora no meio”. E assim é a nossa vida, se ele quer que nós fiquemos vivos nós ficamos, mas se ele quer que nós *vai* aí ele nos leva.

Sempre trabalhei na missão da evangelização, um dos setores da nossa igreja que é o departamento do Círculo de Oração. Funciona no Piratini e aqui também. Aqui temos um grupo muito bom do “Círculo de Oração”, não sei certa quanto nós somos hoje, mas a mulher do pastor deve saber. Fizemos assim, uma parte das mulheres ficam na igreja orando enquanto as outras fazem as visitas nas casas. Saímos de 2 carros, sempre tem alguma irmã que tem veículo, e a mulher do pastor. Íamos nas casas, fazer a oração para as pessoas com doenças, aleijadas das pernas, doentes, né. Vamos de casa em casa, orando, normalmente a mulher do pastor escolhe um dos bairros a ser visitado.

Em cada semana era um bairro escolhido para ser visitado. Saíamos daqui da Esperança às 13:00 ou 13:30 horas e retornando só ao final da tarde, às vezes quase noite. Se escolhíamos a Esperança, a nossa gerente que definia: - vamos fazer esta linha daqui da rua? Daí íamos de casa em casa. Fomos por tudo, mas normalmente nos loteamentos [cita o loteamento Alves Kläesner, localizado no bairro Pavão, com características semelhantes ao loteamento PróMORAR que resultou no atual bairro Esperança]. As *irmãs* que têm mais *bufunfa* [dinheiro], que tinham um carro bom nos levavam para todos os lugares e eu não faltava um só dia. De carro era ligeirinho chegar em todos os lugares.

Ihhh. A nossa igreja fico assim ó [sinal de cheio, com muitos membros]. Eu dei bom testemunho por eu era muito doente, que quase morri e depois fiquei muito fraca.

Eu tinha muitos vizinhos bons, fregueses de caderno [forma de venda via anotações em um caderno para pagamento posterior, quando do recebimento do salário, geralmente ao final do mês], que depois me viram aqui de novo, em sabendo que antes estava no leito da morte no hospital. Algo que Deus preparou para o povo enxergar, para entender que Deus existe. Dessa forma, eu acabei entrando nas visitas. Numa destas nós fomos visitar uma senhora que mora lá embaixo, perto da ponte, a mulher do pinga-fogo, aquela, sabe, aquela que tinha 2 filhos e que os 2 irmãos que se mataram. A mulher disse: - você aqui dona Maria, a mulher que vem orar para as pessoas. Sim, eu disse aqui estou, eu me converti e venho orar para as pessoas que precisam. Estou bem viva, graças a Deus. Eu fecho as portas do meu mercado e saio para fazer a obra de Deus. As quartas-feiras de manhã, na oração, eu não perdia uma só, na Piratini, quando era só lá, eu largava os meus 3 filhos pequenos no colégio, fechava as portas do mercado, às vezes, o marido ficava dormindo, eu não tenho vergonha de contar. Amanhecia correndo e bebendo na rua, nós tínhamos um carro bom, e eu ia na igreja orar, em busca de Deus.

Em todas as quartas-feiras eu ia em busca de Deus. E Deus me abençoou de uma maneira. Eu vou dizer para o senhor, eu não tinha nada. Tudo, tudo, tudo que eu tenho hoje. Daí eu comprei aquelas terras com a herança do meu pai, Deus abriu a minha mente. Eu sou analfabeta, homem. Eu só tenho 2 anos de aula. Como Deus me abençoou eu tenho sabedoria. Eu não tenho estudos, mas inteligência eu tenho.

Ainda com a idade que eu estou, estou quase fazendo 70 anos e trabalhando direto ainda. Então isso aqui é só por Deus, vizinho. As mulheres que eu vejo por aqui falar... essa aqui embaixo, que é filha da Dona Maria, quando eu vinha vindo da horta, com a minha enxada, outro dia, ela estava na esquina, me perguntou:

- Onde é que estava, Maria?

- Eu estava na horta, disse, limpando os meus pedaços de feijão.

- Não leve a mal eu perguntar - ela interrogou, - qual a tua idade? - Tô fazendo sessenta e nove, já.

---

<sup>47</sup> Da mesma forma expressão regionalista que quer dizer sozinha, somente.



- Meu.

- Amanhã ou depois estou com setenta já, eu disse pra ela.

E trabalhando desse jeito sempre. Cuido a minha casa, cuido a minha horta e saio depois do meio-dia, atendo os meus negócios, atendo tudo o que eu tenho para atender. Ela se indignou da minha idade e fazendo o que eu faço.

- Eu tô indignada contigo *muié*, me respondeu. Respondi, que é assim.

Mas sabe o que que é, irmão, às vezes a gente tem dias. Agora eu estava um pouco nervosa, por causa que o meu filho foi embora assim, fiquei meio constrangida. Mas eu pensei assim ó: eu orando a Deus, eu tenho que pensar que ele foi embora para o bem. Quem sabe o lugar dele pra Deus abençoar era lá [filho mais velho, que residia com ela foi para a Argentina há cerca de 2 meses]. Lá tem a Palavra também, quando vejo ele está seguindo o Senhor, estando bem empregado, porque se esteve sempre trabalhando muito bem. É meio lonjinho lá. Agora, semana que vem eu *tô* indo pra lá. [...]

Aqui na Esperança ainda tem violência. Não faz muito que teve morte aqui em nossa rua, era um neto, que tinha 22 anos. Na verdade, era emprestado, pois era casado com a minha neta. Faziam um ano que eles tinham casados. Daí ele desce pela rua, ele vem por ali, lá onde está aquele Fusca [aponta o local da rua onde ocorreu o assassinato], atacam ele por frente, vem de carro. Ele estava vindo a pé, atiraram *nos peito*. Foi fatal! Mas uma covardia. Atiraram de dentro do carro. Vieram atrás dele, desde lá do *bolicho*, vieram atrás e mataram ele. Uma covardia total. Até agora nada, com pandemia não deu audiência. Os caras estão aí, estão morando logo ali em cima. Mas a mãe [do morto] é uma próxima, mora com o filho mais velho. Ela foi embora lá perto da antena [uma antena de transmissão existente no bairro Arco-Íris, lindeiro ao Esperança]. Imagina, coitado desse *piá*, que era casado com a minha neta, filha deste meu filho que foi para a Argentina. Agora ela mora ali embaixo. Eu acho que ela se casou de novo, porque... Não veio mais aqui em casa, não sei até se não foi embora. Ela se *amigou* [expressão utilizada para designar a condição de união estável entre um casal], sei que ela tinha um namorado depois.

Mas, aqui, tem que viver a vida! (Maria - Informação verbal).

Esta ampla transcrição da narrativa coletada, traz uma série de informações que nos possibilitam leituras da narrativa enunciada. Neste momento nos remetemos unicamente pelo propósito de sua transcrição, de apenas observar alguns dos elementos muito presentes, percebendo os registros que impregnam o processo histórico de formação do bairro ao qual a entrevistada interage, num protagonismo social que se expressa pelas conexões com a horta, com a igreja, com o trabalho, com o espaço natural, processos que denotam a relações sociais de coletividade presentes no bairro. Por sua vez, também facilmente detectamos enunciações que configuram diferentes formas de violências, desigualdades sociais, as presenças das instituições e as marcas constantes da religiosidade que entrecruzam toda a sua narrativa. Aparecem como significação de representações sociais (MOSCOVICI, 2015), pela qual lhe dá condição de luta e de suportar parte *da carga* da vida de um ambiente que se processa arbitrário [violências, desigualdades, segregações].

Essa narrativa notadamente se carrega da materialidade e da simbologia que impregnam a vida cotidiana dos sujeitos que habitam este fragmento espacial da cidade de Panambi. Apresenta-se amplamente codificada através de enunciações linguísticas, onde a palavra não confere conotação arbitrária ao seu espaço, mas decorre de numa unidade de contexto

(BARDIN, 2016) que precisa ser investigada. Necessita-se de apontamentos correlacionais, que denotam a história do loteamento/bairro Esperança, materializado em cada momento de seu tempo, algo que viemos trazendo nos capítulos anteriores para um prévio reconhecimento do contexto de inserção social ao qual analisamos. Nessa e nas demais narrativas, os termos adquirem “ligações lógicas, tomadas enquanto expressões verbais de um conteúdo” (LEFEBVRE, 1983, p. 138) social que configura espacialidades diversas, e que (re)ordenam em uma volatilidade no que compreendemos como bairro, pois se estabelecem em conexões para além da *fronteira* delimitada, assumindo categoria importante no estudo da espacialidade.

É neste ambiente social que se articulam as interações da vida de cada um e se produzem formas diferenciadas de espacialidades. As representações linguísticas apresentadas no depoimento da *Maria*, aparecem carregadas de simbolismos na relação entre os homens e destes para com o seu ambiente e que influenciam a formas de interagir no mundo. É assim que ela apresenta o trabalho como condição essencial, de como ele se estabelece na família e no coletivo, como a religiosidade abarca o sentimento de pertencimento e de valorização de gênero desempenhada pela ação de acolhimento que executa conjuntamente com as outras mulheres de sua igreja. O espaço do bairro Esperança para a dona Maria tem uma condição própria se estabelece em seu espaço vivido.

Para analisar esta e as demais narrativas levantadas, trazemos na sequência uma estruturação textual organizada a partir dos diversos espaços de socialização presentes na vida cotidiana dos sujeitos do bairro Esperança.

## 5.2 BAIRO ESPERANÇA: PARA ALÉM DE UMA IDENTIFICAÇÃO, UMA IDENTIDADE

Num primeiro momento, nos parece salutar averiguar a própria adoção/escolha da toponímia que baliza a identificação de nosso local do estudo, observando que tal condição normalmente dimensiona-se aos elementos culturais, tendo caráter para além de uma referência com o lugar de moradia na cidade, assumindo uma identidade, como elemento social que agrega pertencimento a um grupo social com o seu espaço. Referendamos como “a toponímia constituiu-se em relevante marca cultural e expressa uma efetiva apropriação do espaço por um dado grupo social” (CORRÊA, 2003, p. 176). Quiçá, a busca da compreensão da identificação e da identidade do local de estudo nos transparece ser um preponderante elemento de observação cultural na Geografia.

Assim considerando, partimos de uma observação naquilo que Lefebvre (2013) nos propõe como sendo pertinente à *representação do espaço*, atribuída pela relação das instâncias dos planejadores dos territórios como entes estanques. Poder-se-ia dizer que a certidão de nascimento do bairro Esperança é a Lei Municipal nº 927/86<sup>48</sup>, pela qual é estabelecida a criação e a delimitação do bairro (Figura 14), passando assim a ser oficializado o uso da toponímia do mesmo, sendo suas confrontações estabelecidas:

Inicia se no ponto de encontro do arroio Arais com o alinhamento da rua Dona Firmina, buscando a avenida Adolfo Kepler Júnior. Segue por esta avenida até 30 (trinta) metros além da rua Timor. Numa linha reta paralela à rua Timor, na direção sudoeste, encontra o arroio Arais e, por este, busca o ponto inicial - Lei Municipal 1.402/93. (Panambi, 2021).

Mais do que a definição de um espaço físico materializado no urbano panambiense, a criação do bairro Esperança não consegue abarcar a concretude e a amplitude que esta unidade territorial representa, em seus múltiplos aspectos sociais e espaço-temporais, não diferindo de tantos outros projetos urbanísticos que marcam expansões ou realocações de população urbana sem simetricamente correlacionar com o espaço geográfico delimitado em lei. O bairro Esperança se articula plenamente a partir das vivências sociais estabelecidas dentro e fora dele, e é esta percepção de espacialidades que o constitui socialmente.

A adoção oficial do termo Esperança a partir do ano de 1986 não passa de um *batizado* formal que metafisicamente poderá pouco significar para um lugar que tem seus primeiros moradores há mais de uma década que antecede este marco histórico, fato este que certamente carrega profundas relações de poder. Por sua vez, a determinação de um limite demarcatório instituído por uma lei, não consegue expressar as amarras fronteiriças deste espaço. Pelo contrário, perfaz a diluição e a fluidez que todo espaço limítrofe representa, não acabando numa linha divisória determinada por pranchetas administrativas. A identificação com a ideia de vila continua sendo uma referência maior que a lógica de bairro, cuja delimitação constitui-se apenas um processo legal, não real.

Remontando a adoção da toponímia, a prática de uso deste tipo de nome, muito característicos em projetos de habitação de loteamentos populares (MEDVEDOVSKI, 2016), poderá conceber compreensões múltiplas. No caso deste loteamento, desde a sua concepção,

---

<sup>48</sup> A Lei Municipal nº 927/86, que cria e delimita os bairros de Panambi, foi revogada pela Lei Complementar Municipal 007/93, de 23 de dezembro de 1993. Porém, a nova legislação não propõe nenhuma alteração quanto à delimitação do bairro Esperança, dessa forma mantemos a citação da legislação original como referência histórica da oficialização da criação e denominação do bairro.

esta percepção vem de fato a configurar especulações quanto aos signos que ele pode expressar ou demarcar.

Figura 14: Limites do bairro Esperança, Panambi/RS.



Legenda:

- Limite do bairro Esperança
- Arroio Arais

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de imagem Google Earth, 2022.

Encontramos no trabalho de Mello (2006), relatos que conotam intencionalidade da criação de um loteamento popular na primeira metade da década de 1970, bem com o a sua execução de fato. Ao se instalarem de forma mal estabelecidas em diversos locais da cidade, esses *estrangeiros* quebravam uma harmonia do urbano entre os *nativos* da colonização e seus descendentes. Parece-nos que há uma intencionalidade de separá-los dos tradicionais moradores descendentes dos colonizadores europeus, num flerte próximo ao ideário de produzir um distanciamento segregatório para com tais pessoas. Para uma parcela da sociedade, que não

possuía nem terrenos e nem casas para se alojar, este novo local constituía-se como um lugar “bom demais” (Mello, 2006, p. 229).

Logo de início, mesmo sem a implantação das habitações do loteamento popular, que aí seria efetivado apenas na década seguinte, de uma forma bastante pejorativa passou a ser conhecido como *vila*, que logo se associou ao termo *esperança*. A este respeito, Mello (2006, p. 230) descreve tal fato a partir de depoimentos por ela diretamente coletados:

“(…) olha que a gente chamou de Esperança na época, porque eles tinham ali a esperança de uma nova vida, uma nova existência”.  
A colocação pode ser interpretada de duas formas: o local era “bom demais”, se comparado com a antiga habitação daquelas pessoas, ou as pessoas que iriam habitar a vila eram consideradas de “segundo escalão” e, portanto, deviam dar-se por satisfeitas com o que lhe era oferecido (MELLO, 2003, p. 230).

Encontramos algumas reportagens de jornais da época que descrevem, com destaque normalmente através de manchetes de capa, uma relação entre um cenário de violência presente na área e as inúmeras ações de governança e de entidades beneficentes, que promoviam campanhas de donativos aos moradores e de cursos a serem ministrados buscando-se “ensinar aos moradores conhecimentos que consideravam importantes” (Mello, 2006, p. 230). A ação desses grupos sociais “abrangia diversas atividades: organizavam campanhas junto às comunidades para angariar donativos, promoviam palestras na vila a respeito de saúde, educação, higiene, afazeres domésticos, organização de hortas e jardins, etc.” (Mello, 2006, p. 230).

Em artigo assinado pelo editor, o jornal local *A Notícia Ilustrada* nos traz uma boa demonstração destas práticas que tinha interesse em reconfigurar os aspectos culturais dos moradores da então vila Esperança, cujo título se explicita através de *Um auxílio que está sendo compreendido*:

[...] os menos favorecidos pela sorte, as pessoas idosas desamparadas, encontraram um lugar para continuar a viver com tranquilidade. [...] Ontem à tarde nossa reportagem esteve visitando aquela vila em companhia do encarregado do Departamento de Assistência Social [...] oportunidade em que pode constatar o que se fez até o momento e o que se fará no futuro breve. [...] a grande maioria das famílias gozando de um conforto que nunca tiveram, tendo oportunidade de melhorar sua vida, mudar a vida de seus filhos. Heitor Malheiros [responsável pela Departamento de Assistência Social] quase que diariamente visita todas as casas que a prefeitura construiu e se algum problema existe, seja de saúde ou de acomodações, providencia para que tudo seja resolvido. De quando em vez, se promove naquele núcleo, palestra sobre higiene, educação etc. É pensamento do Departamento de Assistência Social construir com a ajuda da indústria e comércio um salão para que os moradores tenham

um local onde possam se reunir e ouvir os *ensinamentos que para lá são levados*. Heitor Malheiros mostrou o quanto o poder executivo está dando o seu apoio, aquela gente, não se descuidando um momento da assistência social semanalmente o próprio prefeito Orlando Schneider visita a Vila Popular para ver “*in loco*” o que está se fazendo. Como em todo o bairro, existe as “residências modelos”. Uma dela é do Percival (mais conhecido pela alcunha de Barroso). Ele trabalha o dia todo, plantando, limpando o terreno, cuidando das árvores frutíferas que ele mesmo plantou no terreno que ele foi destinado. Outra residência que serve de modelo é a de Alberto Salsen. Ele é uma espécie de líder da vila e tem muita coisa para ensinar aos moradores, principalmente sobre a hortifruticultura. Sua grande horta é uma joia. Muitas dessas casas foram construídas com o auxílio da indústria, do comércio e até mesmo de particulares. Uma das casas foi doada pelo sr. Hermann Wegermann, outra pelo senhor M.S.P. e muitas das telhas que cobrem aquelas casas foram doadas ofertadas pela Olaria Ball. Fica aqui o pedido do Departamento de Assistência Social da Prefeitura Municipal, os agradecimentos a todos que colaboraram (A Notícia Ilustrada, 1973, p. 5, grifo nosso).

Estabelece-se uma conotação muito forte de criar condições sociais e espaciais para uma ordem produtiva, extremamente materialista na conexão do trabalho como marca identitária. Neste interim, se busca uma definição de um padrão de trabalho a ser seguido por estes novos moradores, espelhados e dirigidos por alguns que se apresentam como modelo, numa profusão forte de instância de poder confluídas com assistencialismos e caridades. Se a Esperança se apresentava como possibilidade de um lugar de aconchego de “gozar-se de um conforto que nunca tiveram” por estes errantes despossuídos, também nutria uma instância de ordem de trabalho a ser seguida como direcionamento correto a um futuro de sucesso.

Neste momento, não adentrando mais nas instâncias de poder que se estabelecem entre as *representações do espaço* que se configuram a partir dos planejadores do loteamento como um espaço instrumental e os *espaços de representações* que se estabeleçam pelos sujeitos que aí passam a residir. Voltaremos ao debate, oportunamente, contextualizando as considerações trazidas nos relatos das entrevistas de Mello e Braun, pelas quais representações de diferentes estruturas sociais vem a configurar esse novo loteamento popular, marcadas por uma relação de poder entre diferentes grupos sociais, configurados com suas diferenças de aspectos culturais. Cada qual, em suas posições, demarcam processos socioprodutivos que configuram espacialidades e territorialidades. A produção do espaço se caracteriza como categoria que envolve diferentes movimentos em tempo e espaço para além da percepção de uma realidade produzida a partir de “um mundo tomado de aglomerados humanos extremamente precarizados” (HAESBAERT, 2015, p. 92).

### 5.3 ESPAÇOS DE REPRESENTAÇÃO A PARTIR DOS ELEMENTOS DA VIDA COTIDIANA

#### 5.3.1 O espaço da natureza

É sabido que o urbano configura um ente vivo, heterogêneo, carregado de alta complexidade, mesmo em seus ínfimos lugares. Não se trata de um local harmonioso e solidário, tanto de relações naturais quanto sociais. Por sua vez, o cotidiano é o grande produtor deste lugar, que vive uma metamorfose a cada dia ao sabor dos sujeitos que aí se (re)produzem e que aí produzem territorialidades:

A sociedade produz seu próprio mundo de relações a partir de uma base material, um modo que se vai desenvolvendo, criado à medida que se aprofundam as relações das sociedades com a natureza. Esta, aos poucos deixa de ser natural, primitiva e desconhecida, para se transformar em algo humano. As paisagens ganham novas cores e matizes, novos elementos e é reproduzida de acordo com as necessidades humanas (NEVES, 2016, p. 2)

A construção da espacialidade urbana que representa o loteamento/bairro Esperança reside na configuração social que aí ocorre, e no seu caráter sociocultural que se produz e reproduz na convivência cotidiana entre os sujeitos que aí residem ou que neste local interagem. Certamente, um desafio para qualquer processo de estudo acerca de um lugar é buscar a sua caracterização, as suas marcas, a sua identidade, que precisam ser consideradas. É algo carregado de suspeições.

Neste sentido, o sítio que configura o loteamento/bairro Esperança tem uma relação muito presente nos aspectos de configuração social aí estabelecidas. Sua natureza representa uma marca representativa na ocupação do lugar. Topograficamente, a área territorial constitui uma vertente alongada, perfazendo um recorte da porção médio-inferior de uma coxilha que termina junto ao arroio Arais<sup>49</sup>, compondo sua porção de extravasamento em períodos

---

<sup>49</sup> A denominação do arroio como sendo Arais aparece em documentos oficiais, em especial nas plantas do loteamento e na descrição da lei de criação do bairro. Certamente esta denominação está associada à família de sobrenome homônimo que dispunham de posse de terras na cercania. Em contrapartida, a partir de documentos encontrados nos Livros de Vida da extinta Escola Municipal de Ensino Fundamental Monteiro Lobato e da atual Escola Municipal de Educação Infantil PQNinos, encontra-se referências, baseadas em depoimentos de moradores, que designam o mesmo como arroio Tabuão ou como arroio Handt. Tais atribuições, se relacionam a toponímias incorridas em outros elementos culturais, o primeiro (Tabuão) a partir da existência de uma passagem sobre o córrego por uma grande prancha de madeira e o segundo (Handt), relativo à comunidade rural que existia nas imediações de sua nascente, área hoje abrangida pelo Distrito Industrial.

caudalosos. Este pequeno curso d'água tem sua nascente a cerca de 2.000 metros deste ponto, na direção sul, local hoje abrangido pelo Distrito Industrial, mas cujo ponto encontra-se relativamente preservado. Sua bacia hidrográfica teve intenso desflorestamento pela ação antrópica a partir das práticas agropecuárias nos mais de 100 anos, desde a formação do núcleo colonial que originou o município de Panambi. A partir do quarto final do século XX, tempo que a expansão urbana atingiu parte de seu território, a construção civil e o sistema viário ampliam o potencial de impermeabilização do solo, trazendo efeitos de oscilações constantes no fluxo hídrico do arroio. O resultado destas modificações, é a oscilação hídrica de seu curso que, com excedentes pluviométricos de média intensidade, provocam extravasamento de seu leito menor, conjugando constantes inundações nas suas áreas marginais e que atingem muitas casas do loteamento/bairro Esperança.

Figura 15 – Arroio Araís no loteamento/bairro Esperança, limite com o bairro Arco-Íris



Fonte: fotografias registradas pelo autor (maio/2022)

Legenda: O arroio Araés é um pequeno correço cujo fluxo hídrico é baixo (esquerda), tendo considerável alteração em períodos chuvosos, espalhando-se ao seu leito maior e atingindo as moradias que se instalaram junto deste.

Associado a isto, temos presente uma ampla área de saturação hidromórfica na porção médio-inferior da vertente, na margem direita do arroio Araís, conjugando-se com porção do leito maior deste. Esta porção territorial serviu para a instalação das quadras 03, 04 e 12 e parte inferior das quadras 01 e 02 (Figura 07 e Tabela 05), nas quais assentam-se aproximadamente 75 moradias. Esta situação é vivenciada pelos residentes das ruas Guiné-Bissau e Luanda, que convivem em terrenos extremamente encharcados ao longo de todo o ano. São diversos relatos dos moradores sobre o extravasamento de suas fossas sépticas em virtude dos alagamentos. Nesta porção também se encontra a horta comunitária, cuja porção territorial é entrecortada por inúmeros canais de drenagem (Figura 16).

Para agravar a situação, já calamitosa pelo aspecto da natureza física do lugar, em momentos de chuvas, os terrenos são inundados pelo escoamento hídrico superficial direcionado pelo arruamento, pelo fato da elevação do nível das ruas ser mais alta



topograficamente do que os terrenos nesta porção inferior do bairro, sendo assim, em eventos de pluviosidade intensa, o escoamento superficial acaba atingindo os terrenos da porção baixa do bairro, adentrando às residências.

Figura 16 – Aspectos de natureza física demonstrando áreas de saturação hidromórfica presentes no bairro Esperança.



Fonte: Da esquerda para a direita e de cima para baixo. Fotografias registradas pelo autor (1 e 2) junho/2021; (3) setembro/2020.

Legenda: (01) canal de drenagem na horta comunitária que mergeia a rua Manoel José de Encarnação. (02). Edificação que avança até sobre o arroio Arais. (03) Residência cujo terreno fica muito abaixo do nível das ruas e que sofre com os alagamentos constantes.

Em conversas informais com moradores da área citada, ouvimos muitas considerações desta situação que se agrava em períodos de chuva especialmente durante o inverno, cuja umidade se faz mais presente. Outro relato nos informa acerca do destino das águas servidas domésticas, que não dão fluidez em virtude das fossas estarem sempre transbordando e

conectando-se entre si, devido à característica hidromórfica do terreno amplamente saturado de umidade. Alguns relatos informam que a situação teve melhorias à medida em que muitos moradores conectaram sua rede de drenagem à tubulação do esgoto fluvial da rua, que tem seu ponto final o arroio Arais.

Outra relação que acontece com espaço natural sendo muito presente, tanto nos recorridos pelas ruas do bairro quanto nas consultas documentais existentes nas escolas, é a presença de descarte irregular de resíduos sólidos de qualquer natureza (Figura 17). Destacamos que há serviço público de coleta de lixo doméstico em todas as ruas do bairro, inclusive com a instalação de contêineres coletores destes resíduos separáveis entre *lixo seco* e *lixo úmido*.

Figura 17 – Pontos de descarte clandestinos de lixo.



Fonte: Da esquerda para a direita. Fotografias registradas pelo autor (julho/2021).

Legenda: (01) Descarte irregular de resíduos sólidos na margem da rua Manoel José de Encarnação; (02) Morador colocou placa informativa da proibição de descartes ilegais no local

Entre os principais materiais descartados que se observa em margens de ruas, beira do arroio ou em alguns espaços destinados para os passeios públicos, é possível observar restos de materiais de construção, galhadas de podas, roupas e calçados e móveis descartados. Muitas vezes como solução imediata aplicada pelos moradores se dá a queima destes, já que *limpa o problema* de imediato.

Esta prática não é um aspecto apenas do contexto socioambiental atual, pois em diversos documentos que forma consultados, especialmente nos livros de vida das escolas, há inúmeros registros fotográficos de ações de coleta de lixo, limpeza da margem e do leito do arroio, sinalizando que a existência de depósitos clandestinos de resíduos já vem de longa data.

A paisagem nos é apresentada como a materialidade espacial momentânea. Ao longo das narrativas se verifica em diversos momentos que o enfoque se direciona a um ambiente natural que oferece dificuldades para com o processo de instalação e vivência de um loteamento urbano, principalmente nas situações relativas à presença de um banhado (zona de saturação hidromórfica) e ao risco que habitar uma margem de um arroio configura aos seus moradores.

Figura 18 – Queima de lixo às margens da rua Vicente Barta e junto ao arroio Araís no bairro Esperança.



Fonte: fotografia registrada pelo autor (julho/2021).

Na narrativa do senhor *Antônio*, cuja autoria vem de um residente no bairro desde a década de 1980, e que participou do processo de construção de diversos equipamentos e de serviços existentes no bairro, na condição de líder comunitário, descreve como um evento pluviométrico intenso afetou a etapa da construção de uma igreja:

[...] foi sofrido, homem. Antes de eu entrar eles tinham comprado um terreno lá embaixo. *E era um terreno ruim lá naquele lugar, aí veio um chuvão e derrubou tudo com um alagamento nesse lugar*, que era para ter sido erguido a igreja. Daí que eu entrei, me convidaram e acabei entrando na diretoria, e aí nós corremos atrás e encontramos esse terreno onde ela está hoje. Achamos o dono, corremos atrás e compramos esse terreno. Daí, começamos a organizar campanhas e, correria, para poder construir a nossa sede da igreja (*ANTÔNIO* - Informação oral, grifo nosso).

Tal narrativa vem no encontro daquilo que já havíamos comprovado ao consultar os registros da extinta EMEF Monteiro Lobato. Na fase da definição das instituições a serem analisadas, tivemos contato com o documento *Livro de Vida* da escola, hoje arquivado na sede da SMEC. Nele, encontramos um relato que nos remete à condição do lugar na época da instalação do loteamento, tido como hostil à condição de uso residencial:

As dificuldades foram muitas na época, não havia nem água, nem luz. A água consumida era do arroio conhecido como “Tabuão”. Este era assim chamado porque tinha uma prancha de árvore como passadouro, podendo passar apenas a pé. Grande parte desta área era banhado, coberto por um vasto vassoural (EMEI Monteiro Lobato, sem datação, p. 02).

Uma das agentes de saúde que presta seu serviço aos moradores do bairro, justamente àqueles residentes na porção inferior do seu território nas proximidades do arroio Arais, faz uma relação das características do ambiente natural para com o seu trabalho de visita e inspeção da saúde dos moradores. Para ela, algumas situações de saúde apresentada pelos moradores, especialmente pelas crianças, podem ter relação para com esta condição de excesso de umidade do local.

[...] a Esperança está bem transformada não é mais igual ao começo. Eu lembro que no início era bem difícil, tem uma das minhas colegas cuja mãe mora lá e ela nos conta de como era. *Como era molhado ali, a questão da drenagem né, os poço-negros [rudimentares fossas sépticas] todos eles estavam sobrecarregados quando chovia, era um vazamento só nos terrenos.* Um fedor sem tamanho e, obviamente, muitas crianças também apresentavam problemas respiratórios. Mas o problema do esgoto foi melhorado, houve drenagem, agora muitas casas não têm mais esse problema. Claro que nem todos tratam adequadamente, a maioria vai aí para a sanga. (DULCINA - Informação oral, grifo nosso).

Esta constatação difere temporalmente três décadas com a condição que levou a criação da horta comunitária existente no bairro. Em meados da década de 1980, imediatamente após a ocupação das casas instaladas pelo loteamento PróMORAR, um médico que atendia do Posto de Saúde local constata a situação precária da saúde dos moradores. Não aparece uma relação direta com a condição de ocupação com o lugar, porém é uma situação bastante preocupante, muito tênue à linha apresentada pela agente de saúde anteriormente descrito. Quem nos descreve sobre a reivindicação do médico é um dos agentes público, morador do bairro há mais de 30 anos, que foi servidor público como zelador da horta e que se encontra atualmente na condição de aposentado.

Eu não consigo lembrar o ano, mas foi lá pelos anos 80. Aqui no posto de saúde do bairro tinha o doutor Justino e ele sempre dizia que a comunidade era muito doente e que precisava até de uma alimentação mais saudável e aí, aquela reclamação de sempre

- Onde plantar?

- Nós não temos tempo e não temos lugar”

Então ele mesmo foi falar com o prefeito Miguel, da época, para pedir um pedaço para a instalação de uma horta para a população daqui (*VICENTE* - Informação oral, grifo nosso).

### 5.3.2 O espaço das instituições de ensino

A instalação de uma escola municipal foi umas das primeiras ações do poder público municipal quando da aquisição do terreno e alocação dos primeiros moradores. As atividades escolares foram iniciadas no ano de 1975, mesmo sem ter um espaço adequado, funcionando em um galpão improvisado, construído com madeiras doadas. Encontramos no *Livro de Vida* da extinta Escola Municipal Monteiro Lobato, um relato sobre esta etapa de início da vida escolar no bairro:

Historiando o início do pavilhão escolar da Vila Esperança, devemos voltar ao 2º ano da administração do prefeito Orlando Schneider, em 1974, quando no *plano de reagrupamento de indigentes* e conseqüente necessidade de ter-se um local para reuniões sociais, religiosas e de instrução comunitária. O Conselho Municipal de Assistência Social, coordenado por Nelita Schneider, a Sociedade Panambiense de Auxiliar aos Necessitados, dirigido por Armindo João Stahlhöfere, o Setor de Ensino do município, dirigido pela professora Terezinha Peringer e Mariléia Rolim da Silva, incentivaram a ideia de ser ter um local adequado para esta finalidade.

Na época, a empresa Kepler Werber adquiriu uma área de Terra de propriedade da família Almeida, onde veio instalar a Fábrica II. Neste local, havia uma construção de madeira, a qual foi doada para a prefeitura. O senhor Isaac de Souza, funcionário da prefeitura, que morava nas imediações, foi designado pelo prefeito para ser administrador da então Vila Esperança e encarregado de desmanchar o galpão doado e construir um pavilhão na vila (situado onde é a escola hoje). Foi nesta rudimentar instalação que se iniciou primeiro o trabalho das igrejas, reuniões comunitárias e outras atividades.

Com o aumento do número de crianças na vila, tornou-se necessário a criação de uma escola, a qual teve início no ano de 1975, com 3 séries, tendo como professora Elenir de Fátima Dill (1ª série, com 24 alunos) e Ana Fátima Pimmel (2ª e 3ª séries, com 19 alunos).

O grande número de crianças da Vila, ensejou a *necessidade da realização de um trabalho com as mesmas em forma de assistência e formação educacional*, evitando que perambulassem pelas ruas e a partir desta ideia surgiu a escola, posteriormente oficializada pelo município, que teve início em 03 de março de 1975.

As aulas foram ministradas neste galpão, até ser construído um prédio que começou a funcionar em 1979. (EMEF Monteiro Lobato, sem datação, p. 3 – grifo nosso).

Originalmente, a escola teve a denominação de Escola Municipal Vila Esperança (Figura19), alterada pelo Decreto Municipal nº 18/77, de 19 de abril de 1977, por iniciativa do

prefeito municipal Hermann Dietrich. Ao longo do funcionamento deste educandário, a relação com a comunidade sempre foi próxima, conforme observado pelos registros de ações de envolvimento social em datas comemorativas ou através de projetos sociais desenvolvidos na escola, muitos deles curricularizados. Dentre estes, encontramos registros acerca do Projeto Aprender Fazendo, do Projeto Hortas Escolares, do Projeto de Teatro e do Projeto de Artesanato. Verifica-se através de inúmeros registros fotográficos muitas ações da escola na comunidade do bairro, muitos relativos às questões ambientais.

Figura 19 – Prédio rústico onde funcionou a Escola Municipal da Vila Esperança durante a década de 1970.



Fonte: Livro de Vida da EEEF Monteiro Lobato, sem datação.

Em conversa realizada com a professora Léce Eny Droppa Appel<sup>50</sup>, ex-diretora da referida escola municipal, a mesma descreve a importância que este teve na estruturação da comunidade da incipiente vila. Não havendo qualquer local de recreação, “a escola articulava o fechamento da rua em frente ao educandário para que aí funcionasse um campo improvisado de terra batido e barro” (APPEL, Informação oral, 2021) para que as crianças do bairro tivessem onde brincar. Essas iniciativas, não somente articulavam as crianças e suas famílias à escola,

---

<sup>50</sup> Neste caso mantivemos a identidade real da entrevistada, que ocupou o cargo público de professora e gestora da EMEF Monteiro Lobato durante as décadas de 1970 e 1980.

mas também possibilitava ancorar relações para com o novo território em que habitavam, mesmo que marcado pela precariedade de uma estrutura urbana presente.

A escola foi extinta no ano de 1999, com registro de seu encerramento em ata do Círculo de Pais e Mestres - CPM. Neste ano, contava com 239 alunos matriculados, que passaram a frequentar no ano letivo seguinte, em sua grande maioria, a Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire, que seria inaugurada no início do ano 2000.

A estrutura física onde funcionava a extinta escola de ensino fundamental, passou a abrigar no ano seguinte ao fechamento desta uma nova instituição de ensino, agora de educação infantil, denominada Escola Municipal de Educação Infantil P'Q'Ninos (creche), para atender a comunidade local, que não tinha nenhuma escola próxima que acolhesse as crianças pequenas, uma reivindicação de longa data da comunidade (Figura 20).

Figura 20 – Fachada atual da Escola Municipal de Educação Infantil P'Q'Ninos, situada na rua Luanda, no bairro Esperança.



Fonte: fotografia registrada pelo autor (abril/2021).

A Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire (Figura 21), conhecida popularmente até hoje como *Amarelinho* em função de não ter uma adoção toponímica por um período até haver uma campanha com a comunidade escolar e passar a denominação atual, foi inaugurada em abril de 2000.

Sua localização está no bairro Arco-Íris, a cerca de 450 metros da divisa com o bairro Esperança. A sua criação se deu em terreno doado pela administração municipal ao governo do estado, tendo como contrapartida a absorção dos alunos provenientes do encerramento das atividades da escola Monteiro Lobato, localizada no bairro Esperança (cerca de 500 metros

dali). Dessa forma, a partir de então, os alunos foram transferidos com a anuência dos responsáveis para a instituição de ensino estadual e ocorreu a instalação da escola de ensino infantil no local que funcionava escola de ensino fundamental.

Figura 21 – Escola Estadual de Ensino Médio Paulo Freire, no bairro Arco-Íris.



Fonte: fotografia registrada pelo autor (junho/2022).

Percebemos que a presença da instituição escola na comunidade do bairro Esperança, se confunde com a própria história do loteamento/bairro. Já trouxemos o relato do processo de instalação da escola municipal que se vincula com o território local, desde a fase de sua instalação provisória, na década de 1970, até o processo de encerramento de suas atividades, com a substituição por outro educandário, agora de educação infantil, almejado muito não somente pelas famílias residentes no bairro e proximidades, mas também por trabalhadores da empresa Kepler Weber, para deixar seus filhos enquanto cumprem suas funções laborais na fábrica.

Em nossas investigações encontramos significações de atribuição previstas para a escola a ser criada, pelo poder público municipal, na qual o ensino como princípio da educação formal divide ensejos com a necessidade de dar “assistência” às crianças “que perambulavam pelas ruas” (EMEF Monteiro Lobato, sem datação, p. 3). Corrobora com esta observação, a redação encontrada na Ata de Fundação da Escola (ATA nº 01/1975 – ANEXO A), datada de 03 de março de 1975, cujo conteúdo segue:

Aos três dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e cinco, às quatorse horas, nas dependências do Pavilhão da Vila Esperança, onde foi realizada a reunião com a finalidade de fundar uma escola nessa localidade. Estiveram presentes a



presidente da Legião Brasileira de Assistência<sup>51</sup>, LBA, senhora Nelita Schneider [Primeira-Dama municipal de então] e a secretária da LBA Mariléia Rolim da Silva, bem como as professoras Ana Fátima Pimmel e Elenir de Fátima M. Dill. O objetivo desta escola é socializar e educar as crianças, pois o nível social é inferior (EMEF Monteiro Lobato, sem datação, p. 03).

*Léce (2021, informação oral)*, diretora da extinta escola municipal de ensino fundamental, traz uma narrativa que corrobora com este propósito, o qual conota novas espacialidades que se vinculam à atuação da escola no espaço geográfico local. Tal depoimento expressa o caráter de dificuldades enfrentado pela instituição no contexto social presente nas duas primeiras décadas do loteamento/bairro Esperança, trazendo relações sociais produzidas com interações sociais e coletivas aí presentes.

Sabe que em todo o tempo de funcionamento da Monteiro, nunca tivemos um espaço para fazer Educação Física, então, era na rua. Mas por muitos anos funcionou na quadra de esportes da Kepler Weber, que eles cediam para nós. A própria Prefeitura Municipal fez um convênio com eles e eles cediam para o nosso uso. Isso sem custo nenhum, parece que já era uma contribuição da empresa com a comunidade que a qual sempre teve ligação forte.

[...]

Lá também tinha o parquinho, as crianças também usavam, mas somente quando iam com os professores e, não era aberto assim, todo dia, para usarem quando quisessem. E esse lazer que a gente tinha, foi muito importante porque a gente conseguia manter a criançada na escola, porque se não tem um espaço agradável, não tem um lugar pra você fazer um entretenimento com ele, fica difícil. Depois disso é que a gente, com todas essas dificuldades que tinha, resolveu correr atrás de uma nova escola e que, então se conseguiu a escola Paulo Freire (LÉCE, 2021 - Informação oral).

Ouvindo *Emerson (2021, informação oral)*, encontramos uma narrativa que dimensiona a amplitude espacial de atuação da atual escola de educação infantil, são relações de espacialidade que estabelecem uma territorialidade volátil, não contígua, onde os limites aparecem sobrepostos, abstratos em sua configuração fronteira, assim como observamos em relação ao espaço delimitado pelos bairros, no caso da interação entre o bairro Esperança, o bairro Arco-Íris e o bairro Piratini, algo que também apontaremos, mais adiante, a partir dos espaços de lazer e recreação.

Faz 12 anos que moro aqui neste local do bairro Arco-Íris, mas sempre usando equipamentos do bairro Esperança. Já faz 1 ano que eu tenho participação na ACPM

---

<sup>51</sup> Conhecida por sua sigla, a LBA foi fundada em 28 de agosto de 1942 por Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, com a finalidade de "amparar os soldados brasileiros e seus familiares" por parte dos "brasileiros de boa vontade" durante os anos em que o Brasil participou da 2ª Guerra Mundial. A Legião Brasileira de Assistência foi criada em parceria do Estado com o empresariado brasileiro e se fixou como instituição fortemente marcada pelo trabalho voluntário feminino. Contudo, foi além de seu objetivo inicial e organizou, desde os primeiros meses de atuação, uma rede de assistência que, por intermédio do voluntariado, abrangeu todo o território nacional. Em alguns casos específicos, a LBA prestou assistência social a grupos sociais que nunca haviam sido alcançados pelo poder público no Brasil. A LBA foi extinta através do art. 19, inciso I, da Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995. (<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/48900>).

lá da escola [referindo-se a atual EMEI P'Q'Ninos] com o professor Gerson. Meu guri faz 3 anos que está lá.

Eu não era daqui enquanto tinha escola do ensino fundamental [referindo-se a extinta EMEF Monteiro Lobato], então eu não conheci como era naqueles tempos. Mas hoje, quando a gente vê a escola, quando vê a creche, ela tem uma boa infraestrutura. Como cresceu né [balançando a cabeça afirmativamente], ampliaram naquele pedaço ali de cima [após a implantação da escola infantil, houve a necessidade de ampliação do espaço, sendo que a Prefeitura Municipal adquiriu um terreno de uma residência lindeira à escola e ampliou o educandário], isso ficou muito bom (ÉMERSON, 2021 - Informação oral).

Ainda, acerca da espacialidade multidimensional e transfronteiriça de atuação da EMEI P'Q'Ninos, encontramos na manifestação de *Armando (2022, informação oral)*, narrativa que ressalta como o espaço de interação social da escola com a indústria Kepler Weber e com outros bairros de cidade de Panambi, cujos moradores, na condição de trabalhadores de referida indústria, aí deixam seus filhos durante o seu turno de trabalho que se estende normalmente ao longo do dia todo.

[...] Eu te digo, a Esperança, as pessoas perguntam para mim: Mas tu gostas de morar na Esperança? Eu trocaria a Esperança só se fosse assim para ter uma casa, tipo assim, muito melhor que a minha onde eu moro, sabe. Mas, senão eu não trocaria a Esperança por nada... Aqui tem tudo que precisamos, o melhor é a convivência.

Veja a creche. A creche da Esperança é tida como uma das melhores que tem hoje em Panambi. Porque a P'Q'Ninos é isso, a P'Q'ninos é aquilo. Metade dos alunos de lá vem de outras partes da cidade. Muita gente que trabalha na Kepler Weber deixam os filhos aqui, mesmo que moram na outra ponta da cidade. (ARMANDO, 2022 - Informação oral).

Os enunciados dialogam acerca de estabelecimento de formas diversas de compreensão do espaço, cuja ações da vida cotidiana permite que se elabore uma dimensionalidade real e abstrata sobre o espaço. A dimensão do espaço concebido através do estabelecimento oficial de uma instituição de ensino, produz uma construção simbólica mental que extravasa ao limites circunscritos pelo bairro Esperança, assume uma dimensão percebida pela mobilidade de muitas famílias que transitam entre seus locais de residências, em tantas outras partes do urbano de Panambi que, a medida que se dirigem ao seu local de trabalho, neste caso estabelecido pela empresa industrial localizada no bairro Piratini, estabelece uma apreensão do espaço descontínuo, produzido nestas relações de movimento diário. São tempo e espaços cotidianos de mobilidade social, nos quais se produzem formas de atender a demanda de trabalho e de escola, necessitada pelos diversos membros que compõe cada família, que estabelecem essas diversas formas de apreensão do espaço.

### 5.3.3 O espaço da religiosidade

Entre os vários elementos sociais e culturais de coesão de um grupo social, assumindo-se como elemento de caracterização identitária socialmente, entre seus membros e com seu território, o sagrado tem-se mostrado muito presente. Fato que não aplica apenas ao processo de constituição de locais tidos como sagrados ou estabelecimentos com templos majestosos, direcionam fortes processos de mobilidades demográficas ligadas à migração/turismo religioso. Extrapola este viés materialista, assumindo um processo simbólico que articula grupos sociais em torno de movimentos sociais bastante representativos, assumido pela profecia da fé humana.

Rosendahl (2009), faz um bom apanhado nos legando discussão de como o sagrado sempre esteve relacionado ao processo de construção social e espacial, articulando pessoas e lugares. A Geografia pouco se atreveu a buscar na religiosidade elementos de análise espacial, algo que se altera a partir da consideração da cultura como um elemento geográfico, sendo Zeny Rosendahl grande expoente desta prática no Brasil, fato que deixa a Geografia mais pluralista e que permite perceber certos acontecimentos espaciais no complexo papel das ações humanas na superfície terrestre. “A ideia religiosa está intimamente relacionada à evolução da sociedade humana” (Rosendahl, 2009, p. 17), e marca profundamente formas de apropriação e interações sociais com os lugares, configurando territorialidades bastante significativas.

A presença da profecia da fé aparece com muita veemência no cotidiano do bairro Esperança, esta sendo expressa não unicamente nos cultos e missas em seus diversos templos religiosos, mas desenvolvido nas pregações nas casas, nas visitas aos enfermos, na circulação da *santinha* e, principalmente, nas festas religiosas que trazem um forte envolvimento social coletivo, muitas vezes por uma parcela da sociedade sem vínculos diretos com a denominação religiosa proponente de atividade e mobilizador de um contingente social de diversos outros lugares, muito além da circunscrição estabelecida pelo bairro.

Muitas dessas práticas sociais desenvolvidas a partir das instituições religiosas, configuram um dos exemplos mais nítidos de construção de espacialidade. A prática espacial de religião (percebido) a partir do envolvimento e participação social da vida cotidiana assume a dimensão do vivido (LEFEBVRE, 2013, p. 93). Os momentos festivos, o *levar a palavra de Deus* aos enfermos, a circulação da capelinha da *santinha* de casa em casa são algumas das expressões da vida cotidiana dos sujeitos do bairro que adquirem nova espacialidade, pois definem rompimento com a trivialidade e, nestas práticas vivenciadas cotidianamente, ressignificam um sentido de presença pelo qual “pretende revelar não somente os aspectos

negativos do modo de vida mas também a riqueza escondida sob as duras condições enfrentadas” (BARREIRA, 2009, 71) nos aspectos do cotidiano.

Quando nos referimos à existência de templos religiosos no bairro, saibamos que estes marcam uma presença muito forte no território, representando uma forma de manifestação de *espaços de representação* (LEFEBVRE, 2013) comunitários, o qual registra a presença social em todos os lugares. No contexto do bairro Esperança, atualmente encontramos essa forte presença física dos templos religiosos que marcam essa consonância cultural articulada pela crença.

Uma das características observadas no levantamento dos templos religiosos encontrados no bairro, o que não representa a integralidade das profissões de fé existentes e que certamente é muito mais diversa entre os moradores deste local, é uma profunda dissonância com o processo histórico-cultural formador do município.

Panambi, tem sua gênese demográfica decorrente do processo colonizador, contribuído essencialmente através de teuto-brasileiro, que carregam consigo a marca da fé cristã como elemento cultural agregador na formulação de sua comunidade. Os colonizadores-imigrantes que se instalaram no município contribuíram para a proliferação de duas linhas de crenças cristãs: os católicos e os evangélicos, sendo que a última tem maior quantitativo. No bairro Esperança, encontramos, templos que proferem a fé cristã referentes aos católicos, inclusive se confundindo com a própria formação da comunidade que resultaria no posterior loteamento. Quanto aos templos evangélicos presentes, são encontrados apenas os de profecias neopentecostais, que não representam os aspectos culturais originais dos colonizadores originais.

A Igreja Católica está presente no bairro através da comunidade Santa Clara (Figura 22). Remonta ao ano de 1974, ano em que os primeiros moradores passaram a ocupar o terreno adquirido pela gestão municipal dois anos antes.

A comunidade Santa Clara iniciou em 1974, quando as famílias católicas da chamada Vila Esperança se reuniram na casa de Alberto e Maria Sausen, debaixo de parreiras. Maria Sausen também foi a primeira catequista. Com o aumento do número de famílias católicas, as celebrações passaram a ser feitas num pavilhão de madeira, que também era o colégio do bairro. em 1976, a preparação para o sacramento era realizada na vila, mas a administração dos sacramentos era feita na capela São Jorge. A partir de 04 de setembro de 1982, os sacramentos passaram a ser ministrados na própria comunidade, que sequer tinha diretoria constituída. A primeira igreja foi destruída totalmente quando ainda se achava em construção. Em 08 de maio de 1988, a comunidade escolheu sua padroeira “Santa Clara”. A capela hoje existente está construída em terreno próprio (Revista do Centenário da Igreja Católica de Panambi, 2010, p. 33)

Figura 22 – Templo religioso católico localizado no bairro Esperança.



Fonte: fotografia registrada pelo autor (junho/2021).

A origem do templo da Igreja Evangélica Assembleia de Deus – IEAD (Figura 23), está presente no ano de 1996, quando inicia um ponto de pregação na casa do morador Versetino Oliveira, local que ficou por um longo período. Neste tempo ainda fazendo parte da comunidade existente no bairro Piratini. Em 2006, é adquirido um terreno, em cujo local já existia “uma pequena construção mista, da Igreja Salém, do pastor Paulo, passando a ser nosso ponto de pregação e constituindo comunidade própria”. A inauguração do atual prédio de alvenaria remonta ao ano de 2012, neste mesmo terreno adquirido no ano de 2006.

A comunidade possui atualmente cerca de 115 membros atuantes, dos quais quase que a integralidade são moradores do bairro Esperança, embora participem esporadicamente umas 180 pessoas. Sua estrutura é organizada em vários departamentos (Crianças, Casais, Jovens, Escola Bíblica, Social, Missões e Evangelismo, Círculo de Orações) que visam atingir todos os segmentos sociais da comunidade.

O que se observa no território do bairro é uma ampla difusão e templos religiosos evangélicos neopentecostais, que representam outra linha de evangelismo, mais próximo ao perfil sociocultural do morador das periferias, diferentemente do modelo colonizador formativo

de Panambi. O avanço das denominações religiosas neopentecostais, que em sua maioria trabalham com e teoria da prosperidade ou outra próxima, encontram em comunidades populares/carentes uma forte possibilidade de expansão.

Figura 23 – Templo religioso evangélico da IEAD no bairro Esperança.



Fonte: fotografia registrada pelo autor (junho/2021).

Muitas das igrejas presentes no bairro apresentam pontos de pregação sem, contudo, ter uma sede edificada. Elas realizam seus ritos religiosos em espaços alugados, em garagens ou porões, que são espaços maiores e agregam mais gente. A localização do ponto de pregação está apenas na placa que traz a identificação (Figura 24) do local. Estas, acabam mudando de lugar seguidamente (Figura 25), em virtude de não possuir fiéis fixos. Muitos comungam em mais de uma instituição de fé.

Ao observar históricos documentais das escolas presentes no bairro e seu entorno, percebemos como os *pregadores da fé* marcam assiduamente os atos pedagógicos das instituições de ensino. Em quase todas as datas comemorativas em que as escolas organizam programações especiais, há a presença da figura de um líder religioso para fazer o acolhimento ou para *dirigir a palavra*, seja em atos que envolvam a comunidade ou em programação

interna, que vise apenas alunos e professores. Mesmo em algumas reuniões de caráter pedagógico, encontram-se registros desta presença marcante de pastores ou representantes da fé para proferir mensagem da *palavra de Deus*, com cunho eminentemente religioso.

Figura 24 – Locais de pregação de templos religiosos presentes no bairro Esperança.



Fonte: fotografia registrada pelo autor (junho/2021).

A crença religiosa apresenta-se para a humanidade como um fato que tenta narrar a sua própria existência, sendo assim, sempre se fez presente. Nosso mundo carrega a dimensão cultural de nossa existência, onde cada um elabora uma ação criadora (ROSENDAHL, 1999), um conjunto histórico de significações, de símbolos, de valores que dimensionalmente configuram espacialidades como práticas espaciais e espaços de representações da vida cotidiana (LEFEBVRE, 2013).

Verificamos anteriormente a existência de diversos templos religiosos presentes fisicamente na área circunscrita pelo bairro Esperança. As profissões da fé aparecem muito interconexas nos espaços das diversas instituições, seja no espaço da horta, seja no espaço da escola. Muito seguidamente reiteradas nos relatos levantados.

Tomando como referência uma das narrativas ouvidas, em seu conteúdo encontramos 26 vezes a palavra Deus (a qual se somam mais 2 manifestações do termo Jesus e 8

manifestações de emprego do termo Senhor, no sentido de Deus). Na retórica manifestada, a maioria do sentido de suas práticas da vida cotidiana tem a ancoragem na simbologia de sua religiosidade. Apresentamos algumas manifestações, relativas:

Figura 25 – Mudança de denominação religiosa ou transferências do local do ponto de pregação são comuns em igrejas de cunho populares.



Fonte: Da esquerda para a direita e de cima para baixo. Fotografia registrada pelo autor (01 e 02) junho/2021, (03 e 04) junho/2022.

Ao espaço de moradia e convivência social: - “Graças a Deus, eu sou feliz aqui, esse bairro é muito bom aqui, eu gosto mesmo” (MARIA, informação oral);

Á sua saúde: “O senhor acredita, eu aceitei Deus no hospital, aí é aquela enfermidade, e aí eu melhorei, vim para casa boa” e “Mas era Deus trabalhando, homem. Ele não era doente, era Deus salvando a vida dele” (MARIA, informação oral);

Aos seus vícios: Eu era viciada no cigarro, meu Deus. (MARIA, informação oral); e,

Ao trabalho:

“Agora eu estava um pouco nervosa, por causa que o meu filho foi embora assim, fiquei meio constrangida. Mas eu pensei assim ó: eu orando a Deus, eu tenho que pensar que ele foi embora para o bem. Quem sabe o lugar dele pra Deus abençoar era lá [descrevendo que filho tinha ido recentemente trabalhar fora do Brasil]” (MARIA, 2022, informação oral).



Também encontramos outras formas de manifestações que reiteram o espaço da religiosidade presentes nas articulações sociais da comunidade. Ação muito forte em momentos de trabalhos comunitários, seja para a edificação/reforma e manutenção dos templos religiosos seja no papel de *evangelização*, expressas nas manifestações dos sujeitos ouvidos em pelo menos 5 entrevistas.

No trabalho das edificações, reformas e manutenção dos templos religiosos e dos salões de festas destes:

Olha como eu ajudei, quando eu vim morar para cá e nem tinha as igrejas. O culto era aí no centro comunitário né. *De vereda*, que eu cheguei aqui, quando eles já me enxergaram, né, já me botaram na diretoria da Igreja Católica e aí como não tinha nada né, tivemos que começar do zero e aí eu corri atrás daí. Pedi um saco de cimento *pra* um, uns tijolos *pra* outros. Coisas aí para começar a construir a igreja também (ANTÔNIO, 2022, informação oral).

Iniciou nesta casa, que tinha aqui neste lugar onde hoje está o templo. Nós fazíamos parte da congregação da Piratini. Depois, foi comprado aqui, que já tinha uma igrejazinha do pastor João, de madeira, pequena [...]. Em 2006, então, foi comprado e começou a Assembleia de Deus aqui no bairro, cujo primeiro pastor foi o pastor Renato Parahyba. E daí, em 2012, foi construído este templo de alvenaria, onde a comunidade se empenhou (LORENÇO, 2022, informação oral).

[...] Porque esses membros normalmente que saem da igreja, que nem o \*\*\*\*\*<sup>52</sup> que saiu da igreja, não faz muito tempo... Que nem o pavilhão que tem aqui do lado, paro senhor ter uma ideia, que era para ser o clube dos dizimistas, que se tinha a ideia... isso aqui só tem por causa do \*\*\*\*\* , porque o \*\*\*\*\* pegou e moveu céus e a terra [...].

*Pra* lidar aqui [igreja] o voluntariado tá muito fraco, difícil... o pessoal não quer saber mais de ajudar... Aqui, nossa comunidade, até o padre falou, a nossa comunidade é uma das mais organizadas que tem em questão de fazer promoções. Ano passado, mesmo com a pandemia, fizemos 3 arrecadações: cachorro-quente [...] para arrecadar dinheiro para manter a igreja.

Daí, este ano a gente já está, agora em fevereiro, com uma rifa em andamento, *pra* ter um sorteio. E a gente vai fazer mais 2 eventos, 2 ou 3 até o final do ano. Só que aqui o pessoal eles ajudam, eles compram, eles doam... Eu montei uma rifa aqui, eu montei de tarde e até às 20 horas já tinha os prêmios. Eu consegui os prêmios em 5 horas de doação. A parte de doar e comprar as pessoas ajudam bastante.

Lembro de uma vez que fizemos uma feijoada em que vendemos 200 e poucos cartões, quase 300 cachorros-quentes. Tipo assim, 2 meses de diferença um do outro. Bem pertinho uma ação da outra (ARMANDO, 2022, informação oral).

Quando vim da colônia [meio rural], eu era católico, mas aqui não tinha nada de igreja. Aí se reuniram os *caras* que vieram morar, o seu Osvaldo, que mora aqui na frente, ele dizia que tinha que ter um lugar para nós rezar, cantar. Ali em cima, tinha uma pracinha, com umas árvores, daí nos reuníamos na sombra. Tinha umas mulheres lá também. O finado Nicanor Malheiros, um homem muito respeitado, gente muito finíssima, ele fala assim:

- Gente, pode deixar que vou tentar falar, não sei com quem, para arrumar umas costaneiras [refugio de tábuas brutas, que pega a parte da casca das árvores]. Daí fizeram,

<sup>52</sup> Optamos em não apresentar o nome da pessoa que foi citado pelo entrevistado para preservar a sua identidade.

com a ajuda daquele secretário municipal [inaudível o nome]. Tudo nós *se ajudemos* e erguemos aquele galpãozinho para ser a igreja. Daí *me botoram* para presidente da comunidade católica da época (OLÍPIO, 2021, informação oral).

No papel da *evangelização*:

Aqui temos um grupo muito bom do “Círculo de Oração”, não sei certa quanto nós somos, mas a mulher do pastor deve saber. Fizemos assim, uma parte das mulheres ficam na igreja orando enquanto as outras fazem as visitas nas casas. Saímos de 2 carros, sempre tem alguma irmã que tem veículo, e a mulher do pastor. Íamos nas casas, fazer a oração para as pessoas com doenças, aleijadas das pernas, doentes, né. Vamos de casa em casa, orando, normalmente a mulher do pastor escolhe um dos bairros a ser visitado (MARIA, 2022, informação oral).

Aqui em nossa comunidade tinha a santinha, não podia pular nenhuma casa. Uma vez deu problema, porque um vizinho acaba esquecendo de algum ou outro vizinho. Daí, pra não dar problema, eu mesmo fiz uma lista com o nome de todas as pessoas onde a santinha passava (ANA CRISTINA, 2022, informação oral).

Nesta sequência de depoimentos é possível verificar que todos os entrevistados descrevem a igreja como uma instituição de articulação social, e que seus envolvimento são intensos. Percebemos como as diversas instâncias da espacialidade estão presentes, com destaque maior para a instância do vivido (LEFEBVRE, 2013), averiguando-se como a instituição igreja tem uma função agregadora, na qual os sujeitos se conectam como o espaço pela por uma fé condicionando relação de bem-estar, de realização, de transformação de vida, de cura e salvação.

#### **5.3.4 O espaço da horta comunitária**

Popularmente denominado *Hortião*, a horta comunitária constitui-se em um dos espaços de maior manifestação social da vida cotidiana dos moradores do bairro Esperança, funcionando em um terreno particular, cedido pelo proprietário em formato de comodato ao poder público municipal. Desde o início da ocupação do local, nos anos de 1970, uma área marginal ao bairro, situada fora de seu limite circunscrito, foi destinada para funcionar como uma horta comunitária, onde cada morador do bairro poderia produzir verduras e hortaliças para seu consumo. Um dos motivos da existência desta horta comunitária está no fato dos terrenos serem de reduzida dimensão, não comportando espaço adequado para que cada morador pudesse desenvolver uma horta particular em sua residência.

Atualmente, segundo relato do servidor da Prefeitura Municipal responsável pelo local, são cerca de 50 moradores do bairro que mantêm seu espaço ativo na horta comunitária, embora muitos o façam parcialmente, o que leva a perdas de colheitas e a consequente desistência. O espaço é cercado e, em horário de expediente comercial fica aos cuidados deste gestor local cedido pela prefeitura, sendo que cada morador possui uma cópia de chave para ter acesso ao espaço para as colheitas e para os tratos necessários nos seus tempos livres.

Figura 26 – Horta comunitária do bairro Esperança.



Fonte: Da esquerda para a direita e de cima para baixo. (01 e 02). fotografia registrada pelo autor (junho/2021); (03) Imagem Google Earth, 2022.

Legenda: Aspectos internos da horta (01 e 02) e recorte espacial destacando a área da horta comunitária localizada em área do Distrito Industrial(03).

Em conversa Daniel Brönstrup<sup>53</sup>, responsável pela Coordenação de Desenvolvimento Ambiental, ligado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Ambiental, o ente público cede adubo orgânico e algumas sementes de hortaliças para os produtores (até poucos anos atrás, também fornecia ferramentas para o preparo agrícola). Para a gestão municipal a vida social que se articula em torno da horta comunitária é fonte de produção de alimentos para as famílias e reforço econômico para muitos, sendo “uma prática cultural dos moradores” (BRÖNSTRUP, 2022, informação oral) no qual alguns se apropriam deste espaço com um sentido que ultrapassa a conotação da simples produção de hortaliças.

A presença da horta vem a ser um elemento de interação social muito presente na vida dos moradores. Para além disso, constitui um quantitativo de produtos que podem ser dispensados da compra e que, para muitos, também significam reforço orçamentário, pois destinam o excedente para a venda. Verificamos claramente que no entorno da porta da horta se manifesta um significativo espaço de interação social no cotidiano do bairro Esperança. A instituição horta comunitária também representa um espaço convivido pelo qual os moradores que trabalham nela adquirem sentimento de pertencimento e identidade ao lugar (CALLAI, 2000) que configura uma espacialidade muito forte de identidade entre eles, assim assumindo um *espaço de representação* (LEFEBVRE, 2013).

A horta comunitária, popularmente chamado de *Hortão do bairro Esperança*, é um fato espacial que define uma marca muito significativa no processo de espacialidade do bairro, principalmente como elemento identitário e de ressignificação social. Veementemente descrita em nossas escutas, aparecendo sob diversos ângulos de abordagens, trazemos aqui pontuações que definem essa marca de ligação ao lugar presente na articulação social. Destacamos alguns depoimentos, num primeiro momento os relativos ao seu processo histórico de constituição e na sequência a sua estrutura e função na condição espacial presente na vida de quem lá reside e que se articula diretamente com a horta.

A constituição de um lugar para a produção de hortaliças não é encontrada no ato formativo da constituição da vila para agregar *os despossuídos* que em Panambi chegavam na década de 1970, tampouco na instalação *oficial* do loteamento, no início de década de 1980. Sua gênese nos parece estar relacionada, a partir do relato transcrito anteriormente (VICENTE, 2022, informação oral), como proposição de um médico que atendia a comunidade e que constatava reiterados índices de doenças presentes nos residentes: “a comunidade era muito

---

<sup>53</sup> Aqui também mantivemos a identidade real do entrevistado por este ocupar um cargo público na administração municipal, tendo envolvimento direto com o funcionamento da Horta Comunitária do bairro Esperança.

doente e que precisava até de uma alimentação mais saudável” (VICENTE, 2022, informação oral).

Informação análoga encontramos na narrativa de Léce (2021), cujo fragmento transcrito a seguir, direciona ao papel desempenhado pela equipe diretiva de escola do bairro (entrevistada ocupava o cargo de direção da EMEF Monteiro Lobato, no início da década de 1980), envolvida com as demandas da comunidade, e confluindo com a manifestação anterior.

A horta, eu não lembro, não sei te dizer o ano que começou. Mas fui eu, com o pessoal lá que fizemos uma campanha por causa das necessidades da escola e da comunidade, que precisavam de um complemento para o seu dia a dia, para sua alimentação. Então, começou assim: a gente ganhou, tratou na Prefeitura Municipal para arrumar a área. Conseguimos a área, fizemos o projeto, isso o professor Solon estava junto naquela época. Daí fizemos a distribuição dos lotes para as famílias, para quem estivesse interessado. Cada família que se interessou, ganhou um pedacinho para fazer a sua horta e dentro lá, fizemos a horta da escola, com o Solon e a criançada. Mais tarde, o professor Solon foi transferido para outro educandário. Daí veio o professor José Oberdorfer, que também deu seguimento a horta. Tempos depois, retornou o professor Solon, e reassumiu o projeto da horta da escola outra vez. E daí a gente, até que escola existiu ali, foi tocado com o Solon. (LÉCE, 2021, informação oral)

Temos referências acerca do processo de criação e instalação da horta buscado junto ao setor ambiental da atual gestão municipal. Em tal depoimento, do coordenador do setor ambiental da Secretaria da Coordenação e Planejamento (SCP), responsável pelo funcionamento da horta comunitária, também interrogamos acerca da atualidade desta:

Apesar de não participarmos da instalação da horta comunitária, sabemos por parte dos gestores da época que veio por intermédio da administração de pública dos anos de 1980 [cita o nome de um colega de trabalho do setor da Coordenação de Desenvolvimento Ambiental, ligado à SCP, cujo pai é morador original da instalação do loteamento] essa necessidade, principalmente por ser uma comunidade muito pobre.

Aquele lugar sempre foi cedido para a horta pelo dono da terra que era daqui. Faz uns 5 anos que aquele pedaço de terra foi comprado por \*\*\*\*\* [cita o nome do proprietário], um empréstimo de Carazinho que tem aquele pedaço de terra lá, que usa como lavoura. (BRÖNSTRUP, 2022, informação oral).

Agregamos informação relatada por um morador do bairro, que também teve seu espaço de produção na horta e que ocupou o cargo de zelador como funcionário público da Prefeitura Municipal, cuidando do espaço por um longo período. Ele, conviveu diretamente num tempo de maior envolvimento social da comunidade para com a horta.

Eu vim morar aqui um tempo depois de formação do loteamento [década de 1980], eu comprei a casa. Esse aí é um dos que foi sorteado [mostra para um vizinho que estava em frente da sua casa].

Eu sou morador antigo aqui do bairro Esperança, e aí eu trabalhei como guarda da horta por mais de 15 anos, até recentemente. Faz agora 4 anos que eu me aposentei da prefeitura. Eu era funcionário cedido para cuidar da horta.

Quem cuidava primeiro de lá era o João Chagas, que era da prefeitura. Então eu não lembro bem desses detalhes desde o início, mas eu lembro que, porque eu morava aqui no bairro, que esses terrenos lá da horta foram sorteados entre os moradores. Foram convidados todos, mas aqueles que compareceram no dia do sorteio participaram do mesmo não sei quantos que foram certo.

Também lembro uma coisa que já vinha de antes de eu entrar lá na horta e que eu segui, a gente sempre falava com os granjeiros para pedir adubo esterco para colocar nos canteiros. Também a prefeitura cedeu por muito tempo ferramentas de tudo que é tipo, inclusive até as sementes para que os moradores pudessem plantar.

Os mais novos não trabalham... Na horta lá, foram sorteados os terrenos. Eram terreninho quadrados, não tenho lembranças certo do tamanho. Cada morador do bairro tinha direito a um terreno lá, só quem não quisesse que não ganhou. Foram sorteados 106 terrenos, acho. E daí, foi sorteado. Eu também peguei o meu, mesmo que na época ainda não trabalhava lá, mas plantava. Daí, entramos com um pedido do doutor *Justino*, ele que consultava aqui no postinho [Posto de Saúde do bairro]. O doutor *Justino* encaminhou na prefeitura o pedido, ele tinha mais uns junto com ele, lembro da professora Léce. Daí o Dr. *Justino*<sup>54</sup> entrou na causa para ajudar. Nós conseguimos mais coisas. Porque a prefeitura ajudava com semente, eles traziam adubo para nós ali também. Só que daí, o dr. *Justino* conseguiu adubo, ele era tudo ligado com os granjeiros, sabe né. Daí os granjeiros mandaram, veio quase um caminhão de coisas: adubo, sementes, ferramentas de tudo que é tipo: enxadão, picão, enxadas, rastel, carrinho de mão.

Depois quando eu estava lá, eu fazia as sementes nos viveiros, pois era uma época que não vinha mudas prontas.

Eu era zelador, que hoje é o Ezequiel que está na função. Tinha que abrir a horta, distribuir os terrenos. No tempo em que coordenei, quem tinha estufa lá podia fazer uma cópia da chave, pois a horta fica fechada. Que daí podia ir lá quando queria trabalhar, pois quem trabalha nas firmas. Daí *o cara* fazia os seus horários de trabalho lá. Eu, muitas vezes, ia lá cuidar nos sábados, mesmo que no sábado não contava como tempo de trabalho, então não ganhava nada. Mas sempre ia lá. Era difícil o sábado que não ia lá (VICENTE, 2022, informação oral).

Outra pessoa envolvida com a horta comunitária, que tinha participação na produção de hortaliças como aluno da EMEF Monteiro Lobato (encontramos relatos no *Livro de Vida* deste educandário, hoje extinto, da atividade como sendo um Projeto Pedagógico) durante os anos de 1990, relata sobre o lugar e o destino de sua produção:

Era bem bom ali, pois nós tínhamos o adubo, nós tínhamos a semente. Então para nós [escola] era bom ali. Eu não tinha que levar ferramentas. Tinha ferramentas ali. Era prático. [...]

A maioria dos alunos gostavam, eu sim, porque não tínhamos que ficar presos na sala da aula. A escola tinha o pedaço dela e a maioria do que plantávamos era para a escola, mas se sobrava podíamos levar para casa também.

[...] Mas naquele tempo tinha gente abandonando seu pedaço. Na hora da aula não via ninguém trabalhando, mas tinha muito canteiros bonitos, bem cuidados. Já sobrava terra lá. Mas a parte da escola era muito ruim., lá no fundo, na beirada de traz da horta. Terra vermelha, vermelha, muito úmida, tínhamos que retirar água com baldes de tão úmida (MAGNANTE, 2022, informação oral).

---

<sup>54</sup> Nome fictício.

Daniel, na condição de representante da gestão municipal nos relatou que em outro bairro (no loteamento Alves Kläessner, bairro Pavão) também foi criada uma horta comunitária de 1980, mas que não prosperou, tendo sido abandonada pouco a pouco pelos moradores que lá produziam até ser completamente desistido do projeto.

O antigo responsável por zelar a horta nos traz relato de como verifica hoje o espaço da horta no bairro Esperança:

Vemos hoje ainda muito moradores que produzem, bem menos que no passado, mas que a horta já é um espaço cultural do bairro. Os moradores se apropriaram do local como extensão de suas casas. Para a produção vemos que tem um papel comercial de ajuste financeiro para muitas famílias de lá.

O Ezequiel, nosso servidor que cuida de lá, no relatou do seu Marciano, um morador de lá, que fez uma adaptação em um carrinho de mão e dos domingos de manhã passa pelo bairro e até fora dele vendendo os pés de alface que produz (VICENTE, 2022, informação oral).

No depoimento anterior, encontramos elementos que descrevem uma espacialidade ampliada a partir da instituição horta comunitária, para além da unidade espacial definida pelo bairro Esperança, sendo uma territorialidade que extravasa um espaço delimitado como condição de representação do espaço (LEFEBVRE, 2013) e que traz unidade de interação social ou espacialidade<sup>55</sup> (SOJA 1993), reiterada a condição que “o espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produto da translação, da transformação e das experiências sociais (SOJA, 1993, p.101).

Neste sentido, percebemos novos elementos que se inserem na instância afetiva, de identidade, de reconhecimento ou pertencimento, produzido por aqueles que aí interagem. Avançamos em nossos resultados, trazendo um fragmento da narrativa já transcrita anteriormente, cujo conteúdo interage com a constatação dessa nova espacialidade adquirida para horta comunitária.

Ainda com a idade que eu estou, estou quase fazendo 70 anos, e trabalhando direto ainda. Então isso aqui é só por Deus, vizinho. As mulheres que eu vejo por aqui falar... essa aqui embaixo, que é filha da Dona Maria, quando eu vinha vindo da horta, com a minha enxada, outro dia, ela estava na esquina, me perguntou:

- Onde é que estava, *Maria*?

- Eu estava na horta, disse, limpando *os meus pedaços* de feijão.

[...]

---

<sup>55</sup> SOJA utiliza o conceito espacialidade para designar a produção espacial enquanto condição social do espaço organizado, não preferindo utilizar “espaço social” ou “geografia humana”, expressões descritas por ele como “muito obscuras” (SOJA, 1993, p. 101). Da mesma forma, segundo ele, o termo “espacial” teria uma carga erroneamente distorcida por alguns estudiosos, o que lhe assemelharia mais ao meio ambiente, preferindo, dessa forma, não o utilizar.

E trabalhando desse jeito sempre. Cuido a minha casa, cuido a minha horta e saio depois do meio-dia, atendo os meus negócios, atendo tudo o que eu tenho para atender (Maria, 2022, informação oral).

Outro morador do bairro nos relata a sua forte ligação para com o espaço da horta comunitária:

Nas horas de folga sempre estou por aqui. Aqui tiro o sustento pois dá para plantar de tudo. Baixo a cabeça e trabalho mesmo. Sempre *se encontramos* aqui na entrada, mas tem uns que vem só para *papear* mesmo. Eu tenho esses três espaços [mostrando uma estufa de cerca de 5 metros de largura por uns 10 metros de comprimento, no qual carpia plantas invasoras entre pés de alfaces de poucas semanas plantadas], este mesmo, planto há dois anos que ganhei de um que foi embora, morar lá pra Alvorada [bairro localizada na zona norte de Panambi, próximo a uma grande industrial metalmeccânica].

Como sou aposentado, tenho bastante tempo de cuidar. Sempre digo para o povo, se querem me achar é só ir à horta. É só quando chove mesmo que não me acham aqui (OLÍPIO, 2021, informação oral).

Neste sentido, ainda, encontramos um enunciado de conteúdo, cuja narrativa reitera a importância do envolvimento social para com o lugar assumido pelo espaço da horta, numa transfiguração do sentido de espacialidade, que interage entre as diversas instâncias pronunciadas por Lefebvre (2013).

No começo, só alguns poucos que pegaram 2 terrenos, senão tinha quase para todo mundo que queria plantar. Só que daí, uns foram deixando e quem ficou foram emendando uns terrenos nos outros. Tem gente aí que tem mais de 20 terrenos agora. Tem o Marciano, o Alemão... O Marciano, acho que vai morrer ali. Meu Deus do céu, pode ser frio, calor, ele está lá na enxada. Pode estar chovendo e ele está sempre enfiado lá, na *lida*. Tem o Vanderlei, que esse que chamam de Alemão. Tem um outro que plantava muito lá, mas que recentemente foi embora...

[...]

Olha, vou te dizer uma coisa. Ali não tinha nenhuma árvore, nenhuma sombra. Eu plantei. Fui plantando aquelas árvores lá. Daí chegou a ter uma sombra grande lá e enxia de gente lá, para *prosear* por horas. Sabe homem, era bonito de ver. Hoje diminuiu bastante, pois os mais antigos morreram muito: o seu Antenor, o velho Luiz, que cuidou lá também. Esses velhinhos aí, foi tudo.

Isso é uma terapia para muitos estarem lá (VICENTE, 2022, informação oral).

### 5.3.5 Os espaços de recreação e lazer

As práticas espaciais ligadas ao tempo livre, ao ócio, são muito significativas como espaço de socialização e interação entre os membros de uma sociedade já que permitem um transitar por fora do mundo materialista das práticas laborais. O bairro Esperança, desde sua criação enquanto loteamento popular, sempre careceu de espaços públicos ou de qualificação



dos poucos existentes, tendo na escola o lugar de recreação, pelo menos para as crianças residentes aí. Inicialmente, na fase que antecede a implantação do loteamento PróMORAR, os terrenos livres significavam um cartão de convite para os campinhos de *pelada* ou outras brincadeiras recreativas típicas desta faixa etária. Estes locais deixaram de existir com a implantação do loteamento, no início de década de 1980. Por muitos anos as equipes de futebol existentes no bairro Esperança utilizam um terreno público localizado no bairro Arco-Íris, sendo que parte do mesmo foi ocupado recentemente para a edificação do novo Posto de Saúde do bairro (Figura 27).

Figura 27 – Espaço que servia como campo de futebol que teve seu espaço reduzido devido a construção no novo posto de saúde do bairro.



Fonte: fotografia registrada pelo autor (junho/2021).

O projeto do loteamento popular previu um espaço destinado para área de lazer, constituído por uma área de 4.015,16 m<sup>2</sup>, local este que ficou por muitos anos apenas como projeto de praça e quadra esportiva. Ao longo do tempo, por iniciativa do poder público municipal ou através de doações de empresários, foram instalados alguns brinquedos de recreação infantil, assim como a construção de uma quadra esportiva, no início de areia e terra e posteriormente de alvenaria.

Atualmente esta área apresenta uma quadra esportiva coberta<sup>56</sup>, um parquinho infantil, equipamentos para atividades físicas e um espaço edificado de lazer (Figura 28) onde

---

<sup>56</sup> Nos referimos em muitos momentos da inexistência de locais apropriados para o lazer e a recreação no bairro, mesmo que no projeto original do loteamento já constava este espaço. Recentemente, no ano de 2016, por uma emenda parlamentar federal, alavancada por um vereador daquele mandato, residente no bairro, foi possível a revitalização destes espaços, instalando um *playground* e a cobertura da quadra poliesportiva.

funcionava semanalmente aulas de exercícios e alongamento para a terceira idade (atividade que esteve cancelada em função do decreto de Pandemia do Covid 19 e que aos poucos está sendo reintroduzida na comunidade) ministradas por profissional da área da educação física, cedido pela SMEC da Prefeitura Municipal de Panambi.

Figura 28 – Espaços de recreação e lazer existente no bairro Esperança



Fonte: fotografia registrada pelo autor (junho/2021).

Legenda: Da esquerda para a direita e de cima para baixo. Em 2020, a praça foi totalmente reformada e equipada, sendo que a quadra esportiva foi coberta (01 e 02) assim como local construção de espaço ginástica da terceira idade (03) e instalação de playground infantil (4).

Dentre as atividades recreativas presentes na comunidade do bairro Esperança, o futebol tem destaque entre todas. Nas incursões pelo bairro relativas à pesquisa de campo, nas conversas informais, aparecem muitos relatos acerca de participação em “peladas” de final de semana.

Nas palavras de um morador, “sábado de tarde é sagrado”, referência do dia em que se juntam os amigos ou colegas para a prática do futebol amador em diversos campos existentes em Panambi. Assim como o futebol praticado entre amigos aos finais de semana, caráter recreativo, o bairro Esperança conta com equipes estruturadas que participam de campeonatos formais.

A Esperança tem 3 times de futebol: o Esperança, o Santa Cruz e o Tabajara. São três clubes de futebol que o pessoal participa de forma intensa e que representam o bairro em diversos torneios e nos campeonatos organizados pela prefeitura.

Fora o das gurias(...) porque, então, tem gente de tudo que é lugar que vem participar. O time delas tem parceria com a empresa Kepler Weber, mas representa o bairro. (...) É o Geração, é. Não sei se existe ainda em função da pandemia, se elas praticam regularmente, mas era muito forte o Geração KW (ARMANDO, 2022, informação oral).

Podemos comprovar o caráter da prática futebolística nesta estruturação mais formal em outros depoimentos observados ao longo das conversas informais, sendo que a presença das 3 equipes citadas aparece regularmente presentes nos certames oficiais organizados pela Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude – SELJ. Importante salientar que a prática futebolística, especialmente relativa aos campeonatos oficiais organizados pelo órgão esportivo da Prefeitura Municipal, tiveram grande impacto da Pandemia de COVID-19, sendo cancelados nos dois últimos anos, vindo a ser retomado neste ano de 2022.

Figura 29 – Publicação do órgão esportivo da PM Panambi, no qual se registra a participação em campeonato de duas equipes do bairro Esperança

**CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO VETERANO – 2020**

**1ª Fase - De grupos**

A primeira fase do Campeonato Municipal de Futebol de Campo Veterano - 2020 será disputada por 11 equipes que estão devidamente inscritas na competição, e que serão elencadas a seguir.

**1ª Fase - De grupos**

● CHAVE "A"	● CHAVE "B"
1. MANCHA VERDE	1. ARENA SPORT CENTER
2. MIXTO	2. PONTE PRETA
3. NACIONAL PINHEIRINHO	3. AFUCOPAL
4. GREMIO FAXINAL	4. TUFÃO
5. INDEPENDENTE	6. SANTA CRUZ
7. TABAJARA	

Fonte: <https://panambi.atende.net/cidadao/pagina/campeonato-municipal-de-futebol-de-campo-veterano-2020>.

A instalação de equipamentos esportivos e de lazer é um segmento muito deficitário na história social que marca a constituição da espacialidade do bairro Esperança. Hoje encontramos um espaço de recreação que se julga com boa infraestrutura que atende a comunidade. Porém na história da constituição do loteamento/Bairro Esperança nem sempre havia tal local, mesmo que já aparecia definido na planta estrutural de criação do loteamento ProMORAR/COHAB.

Reconhecemos que os espaços de socialização de lazer, recreação e entretenimento de uma comunidade vão para além de praças e parques. São espaços de festas, de danças, de esportes. Constituem uma forma muito presente na sociedade atual pela qual se busca interações sociais e forte elemento dialético na elaboração de espacialidades. Uma das limitações no desenvolvimento destas práticas, em comunidades de loteamentos populares, é a falta de espaço, pois muitas vezes os planejadores, na elaboração do espaço concebido (Lefebvre, 2013), não consideram em seus projetos, lugares de recreação e de lazer para estas comunidades carentes.

Em narrativas visualizamos a deficiência de um lugar apropriado para a comunidade desenvolver atividades de lazer e recreação, em especial às crianças. A escola surge com uma instituição social que reitera este espaço quando, nos é trazido a narrativa de que “aí nós fechávamos a rua que ficava na frente [da escola], era de terra batida, mesmo assim mesmo queriam correr, e a gente fez uns cavaletes com restos de madeira e fechávamos a passagem de carros para que as crianças pudessem brincar” (LÉCE, 2021, informação oral). A partir da consolidação do loteamento PróMORAR/COHAB no espaço destinado para a praça, foi construída uma quadra de esportes e um pequeno parquinho. A quadra ficou por alguns anos sem revestimento de alvenaria, sendo apenas de grama, terra e areia.

Quanto a existência de um espaço para a comunidade realizar as suas festividades, logo de início foi construído um galpão, praticamente ao mesmo tempo em que houve o povoamento, na primeira metade da década de 1970. Este, era espaço comum, através de doação de materiais pela indústria Kepler Weber e da Prefeitura Municipal. Era um galpão de madeira, reconhecido como Pavilhão da Comunidade da Esperança, e tinha os múltiplos usos de escola, templo religioso, salão comunitário e espaço de festas. Tal edificação estava situada no local onde foi construída a escola, no final da década de 1970.

A formação de um centro comunitário se dá a partir da instauração do loteamento, no início da década de 1980. Provisoriamente, mas que durou vários anos, era um espaço rudimentar, sem assoalho ou piso. “No início tinha um *galpãozinho* de madeira ali onde é hoje.

Bem pequeno mesmo. A prefeitura que cedeu o material de algum galpão desmanchado” (ANTÔNIO, 2022, informação oral).

Encontramos na narrativa do *Sr. Lorenço*, o envolvimento da comunidade na edificação do novo centro e o que mais no interessa nesta inquirição, descrição de manifestação cultural que adquirem novas espacialidades.

Eu sou um dos moradores dos antigos que veio para cá, acho que foi 1985, 1986. Por aí.

A construção do atual centro comunitário, de alvenaria, foi em 1997 que começou. A construção foi em mutirão, uns 20, 30, 40 ajudaram. Eu e o seu Alcides fizemos uma gritaria e apareceu gente daí para ajudar. O pessoal se ajudava muito na época.

Daí aproveitamos a ajuda [anteriormente descreve o processo calçamento de parte do sistema viário do bairro, realizado pela Prefeitura Municipal, ao qual chama de ajuda] e pedimos ajuda para o centro comunitário também.

Organizamos uma festa e vendemos 750 quilos de carne para levantar o Centro Comunitário. Também foram 84 caixas de cervejas (engradados). Foi um recorde de vendas e participação social.

O prefeito Delmar [ocupante do cargo da época] depois me disse:- *Lorenço*, dou uma taça para ti (LORENÇO, 2022, informação oral).

Salientamos que as manifestações recreativas neste espaço foram muito afetadas pela deflagração da Pandemia de COVID-19, reaparecendo aos poucos, segundo os relatos colhidos.

#### 5.4 A TOPONÍMIA DO SISTEMA VIÁRIO COMO PRODUTO DE FORMAS SIMBÓLICAS

Até o final da década de 1980, as ruas do bairro Esperança eram denominadas por números e quadras, seguindo a planta original projetada pela companhia de habitação que a projetou. Em agosto de 1990, foi encaminhado para a Câmara de Vereadores, proposto pelo vereador Alfredo Streicher, um projeto de lei para nomeação das ruas do bairro Esperança. As denominações escolhidas eram relativas a países, posses coloniais, capitais e textos onde a língua portuguesa fosse corrente. O referido projeto tramitou no legislativo, sendo aprovado com 1 voto contra em 26 de dezembro de 1990 através da Lei Municipal 1.112/90 (Panambi, 1990).

A adoção da toponímia, definida praticamente por unanimidade na votação no legislativo, que passam a constar oficialmente tem essa relação com territórios, países e capitais acaba se identificando com a classe social de “pobres, onde o português é a língua oficial” (BRAUN, 2007. p. 25): Angola, Moçambique, São Tomé, Timor, Ilha da Madeira, Açores, Cabo Verde, Guiné Bissau, Luanda, Macau e Travessa Lusíadas. No território do bairro

encontramos ainda as ruas Dona Firmina [uma das primeiras moradores do local] e Manoel José de Encarnação [trepieiro que fez assento nas terras do município, constituindo uma fazenda de criação de gado], ambas abertas posteriormente à implantação do loteamento, sendo que ao todo existem apenas 13 vias.

Figura 30 – Identificações do sistema viário encontrado no bairro Esperança.



Fonte: fotografias registradas pelo autor. Da esquerda para a direita e de cima para baixo:

Legenda: a falta de uma “identificação oficial” por parte do poder público leva a uma autoidentificação dos próprios moradores do bairro.

Ao se observar inúmeros outros loteamentos no urbano panambiense, verificamos que a sua maioria são de iniciativa de agentes privados, que apresentam toponímias em seus logradouros de atribuições diversas. Apesar de perfil socioeconômico popular, semelhante ao

Esperança, carregam características bem diferentes: terrenos maiores, localização privilegiada, topograficamente planos em lugares que não oferecem fragilidades morfodinâmicas. Nestes, as toponímias de batismo evocam a natureza preservada, obras artísticas, mitos, fatos históricos e, principalmente, homenagens a pessoas que marcaram a história local, todos elementos simbólicos de relevância na constituição social: Monalisa, Farroupilha, Mato Verde, Colina do Bosque, Novo Panambi, João Armindo Stahlhofer, Alto Paraíso, entre outros. Todos eles simbolizam um apreço cultural identitário. Observando as toponímias de seus logradouros, da mesma forma, há uma prevalência que homenageia vultos históricos locais e nacionais, datas comemorativas, povos indígenas, cidades, estados e países americanos e europeus.

Desde o princípio, esta definição sempre causou polêmicas acerca das correlações que as toponímias podem causar, desde a sua proposição no período do trâmite no legislativo municipal da época. Melo (2006, p.234) explora este acontecimento, entrevistando o vereador que se opôs, sendo que este relata ter dado “parecer contrário à matéria por entender que ruas em que moram cidadãos panambienses, por mais humildes que sejam, devem receber nomes de ilustres figuras de nossa história” (MELLO, 2006, p. 234).

A ancoragem simbólica referida pela toponímia do bairro Esperança que prevalece não somente aos residentes do bairro, mas no contexto urbano amplo da cidade de Panambi, acabam sendo relativos ao continente africano, apesar do ideário do proponente ter sido aos antigos territórios portugueses, dos quais muitos hoje são países ou capitais. Moscovici (2015), aborda o conceito da ancoragem definindo como sendo um reajuste de enquadramento mental, trazendo algo que é estranho ao contexto familiar, pois “é dada a identidade social ao que não estava identificado” (MOSCOVICI, 2015, p.68). Podemos perceber que a produção do espaço do bairro Esperança tem uma marca identitária avalizada na concepção *lefebvrina* de suas instâncias da espacialidade, pela qual, as representações de espaço articulam signos que constroem ligações culturais às marcas que a toponímia expressa, se manifestando em práticas espaciais e, eventualmente, em espaços de representação. Um exemplo é que os próprios moradores, na ausência de sinalização oficial, criam suas próprias placas para as ruas e casas, constituindo discurso de espaço.

Certamente, a produção espacial do bairro Esperança ressignifica o cotidiano de seus moradores à padrões que expressam culturalmente processos de exclusões e tarimbas estabelecidas territorialmente na esfera urbana da cidade de Panambi.

## 5.5 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Versamos anteriormente em nossa exposição conceitual que a realidade social é criadora de uma espacialidade diferente do ambiente ao qual uma sociedade foi introduzida. O trabalho humano vem a ser o grande transformador e recriador de um espaço geográfico que produz um novo lugar, que tangencia o que poderíamos simbolicamente chamar de *sonho do éden numa alusão* a um lugar de pleno bem-estar, comparativamente ao lugar de carência no qual vivem. Buscar viver um espaço em que a humanidade tenha que viver menos da hostilidade é fato neste contexto de recriação espaciais.

Contudo, pensar numa organização do espaço apenas como um produto material que se processa na dialética do trabalho desenvolvido pela humanidade, nos parece míope. Certamente, não podemos desprezar o entendimento de que são as relações de poder, manifestadas nos conflitos de classes de um materialismo histórico (SOJA, 1993; HARVEY, 2005; MASSEY, 2015) que determinam formas e meios de ocupação dos lugares, dando destaques e atribuindo valores a este. A cidade moderna, industrial, metropolizada, hierárquica, como um fenômeno espacial e social, tem todo este contexto orgânico e genético.

Por outro lado, entender a própria dimensão do urbano como um ente vivo, para além de um simples depósito de pessoas que buscam formas de vida ou de sobrevivência, é crucial no estudo da espacialidade. Santos (2018) já nos alertava que a cidade é lugar de possibilidades, de formas criativas. Contexto que é corroborado por Soja (1993), pelo qual

a estrutura do espaço organizado não é uma estrutura separada, com suas leis autônomas de construção e transformação, nem tampouco é simplesmente uma expressão da estrutura de classes que emerge das relações sociais (e, por isso, a-espaciais?) de produção. Ela representa, ao contrário, um componente dialeticamente definido das relações de produção gerais, relações estas que são simultaneamente sociais e espaciais (SOJA, 1993, p. 99).

A dialética socioespacial proposta por Soja (1993), nos baliza ao avaliarmos a abordagem de espacialidade presente no loteamento/bairro Esperança, desafiados pelos conteúdos versados através dos sujeitos ouvidos que evidenciam as diversas formas de articulação social como criadoras de espacialidades, de contextos de instituições que são, ao mesmo tempo, produtoras de espaços concebidos, em um processo de engendramento materializado pelos agentes de produção privado e estatal, sobre o qual novas formas espaciais foram e são constantemente desenvolvidas, como espaços de representações que se inter cruzam na dimensão da triplicidade espacial proposta por Lefebvre (2013).



A realidade social se apresenta como o elo vivo que conjuga aos elementos constitutivos da espacialidade, elaborada na vivência cotidiana de mulheres e homens que habitam cada unidade territorial. Tal realidade, segundo Berger e Luckmann (2014), se apresenta possibilidade objetiva e subjetiva consubstancialmente. As relações da vida cotidiana nos apresentada pelos entrevistados dão esta dimensão dialética e se apresentam, ao mesmo tempo, como produto e produtora de espacialidades, seja na instância do concebido, do percebido ou do vivido. A escola, a horta, a igreja, o salão comunitário, a praça, a quadra de esportes, dialogadas pelos sujeitos que usam destes espaços, representam os elos de interconexão, de formulações de espacialidades múltiplas.

Tomamos como exemplo a instituição escola. Ela nasce de uma proposta que se engendra da instância da representação do espaço pela administração municipal que o coloca como condição essencial na constituição do loteamento Esperança. No Capítulo 5 trouxemos a transcrição de um fragmento do *Livro de Vida* da extinta EMEF Monteiro Lobato, que relata essa dimensão de planejamento e organização do espaço da incipiente Vila Esperança, cujos gestores municipais da época pretendem ter na escola um lugar de reunir as crianças da *vila* que ensinava a “necessidade da realização de um trabalho com as mesmas em forma de assistência e formação educacional, evitando que perambulassem pelas ruas” (EMEF Monteiro Lobato, sem datação, p.3).

A instituição escola tem a função de ser espaço do saber, mas conjuntamente a conotação de ensinar assume uma outra dimensão ressignificada pela ausência de toda e qualquer infraestrutura e equipamentos naquele momento. Na ata de fundação da escola encontramos que “o objetivo desta escola é socializar e educar as crianças, pois o nível social é inferior” (EMEF Monteiro Lobato, sem datação, p.3). Obviamente que a declaração posta, conota uma forte instância de poder, de enquadramento social pertente aos moradores daquele espaço delimitado pelo loteamento. Nos perguntamos, o que seria e quem instituiria um nível social diferente? Também encontramos no depoimento de Léce, ex-diretora da EMEF Monteiro Lobato, elementos que denotam novas concepções de espacialidade quando “a escola foi muito importante para a comunidade [...]. Para a gurizada brincar não tinha lugar. Aí nós fechávamos a rua na frente da escola”. Relato nos traz uma dimensão diferente elaborada socialmente, uma verdadeira prática espacial que se elabora para além do espaço planejado para a existência de instituição de ensino. Certamente a escola adquire conotação simbólica social como lugar de bem-estar, de cuidado, de afeto, de reconhecimento e união comunitária.

Da mesma forma, encontramos novas espacialidades elaboradas socialmente a partir do uso do espaço da horta comunitária. Notadamente, inferimos relações de espacialidades entre

as duas instituições [escola e horta], às quais se somavam o posto de saúde, cujo médico havia proposto a necessidade de um espaço para uma horta comunitária. Certamente nos espaços de representação da escola, do posto de saúde e da horta, condiciona-se socialmente a produção de um universo reificado (MOSCOVICI, 2015, p.55) nas representações sociais estabelecidas pelas instituições do loteamento. A horta, simbolicamente, assume uma conotação de familiaridade com o ambiente do lugar do loteamento, que era imensamente hostil, verificado ao longo dos depoimentos, para um conjunto de pessoas que aí são alocadas pela administração municipal que via esses *errantes*, pela cidade, quebrando uma espécie de *ordem social* existente. Percebe-se a introdução de um espaço concebido (LEFEBVRE, 2013) por gestores, cujo planejamento técnico não concebia. A atividade do cultivar hortaliças em um pedaço de terra que pertenciam a si, mesmo que em lugar em sistema de comodato, dava a simbologia ao morador de identificação que este não possui, com um ambiente estranho encontrado no novo loteamento. São produções de identidades socioespaciais ancoradas em compreensões imaginárias (MOSCOVICI, 2015) elaboradas nas interações coletivas do grupo que utilizava aquele lugar, processo que ainda se encontra presente.

Se a natureza se apresenta como um espaço de limitações e problemáticas ele pode ser modificado pela ação humana assumindo novas concepção de espacialidade. Se o “banhado” era imperativo de doenças, ele poderá ser ressignificado sob uma dimensão espacial simbólica e “sustento e local de convivência social”, o qual a horta comunitária do bairro vem se efetivando ao longo do tempo. Tomamos a instituição horta comunitária como ente de análise para observações de espacialidade nela presente.

As representações simbólicas produzidas pela sociedade, vem a ser um conjunto de elementos de percepção espacial que cada sujeito que compõe o espaço produz, alguns com mais instâncias de poder que o outro. Na esfera oficial, temos a criação da horta como um ato administrativo que configura a tipificação da representação do espaço. Apresenta-se como um espaço não orgânico, pensado para atender uma necessidade de um grupo social que foi instalado, ao interesse poderoso do Estado<sup>57</sup> e dando ocupação a um local que se apresenta como limitador de uma série de outras atividades produtivas limitadas, por configurar um território de saturação hidromórfica.

Retornando ao espaço escolar quando observamos a função social da extinta EMEF Monteiro Lobato, averiguando-se em seu *Livro de Vida*, encontramos muitas ações que

---

<sup>57</sup> Lefebvre constantemente nos remete acerca das instâncias de poder nesta configuração de espacialidade executada, principalmente, pelo Estado e pelo grande capital, demarcando sua abordagem marxista (2009).

envolvem o processo de integração para com a comunidade. O próprio fato da existência deste documento, dá a ênfase de registrar processo e ações de uma configuração de espacialidade que ultrapassa a condição muitas vezes representado por uma unidade escolar, como ente representante do Estado como direito constitucional, de acesso ao ensino formal. São inúmeros registros encontrados (Figura 31), seja na condição de imagens fotográficas de atividades desenvolvidas no bairro, muitas sem maiores descrições, ou recortes de publicizações em periódicos jornalístico local.

Figura 31: Registros históricos de integração da EMEF Monteiro Lobato com a comunidade do loteamento/Bairro Esperança.



Fonte: Livro de Vida da EMEF Monteiro Lobato

Legenda: Da esquerda para a direita e de cima para baixo. (01) Festa na árra da praça para receber doações do Lions Clube na década de 1970, ( 2) Recorte de matéria jornalística de ação de venda/doações de hortícolas produzidas na horta. (03) Integração de alunos da escola com a EMEE Pequeno Príncipe.

Ao observar o espaço de representação da fé, em diversos momentos expressados pelos relatos dos sujeitos ouvidos, é possível verificar uma vida reelaborada e novas espacialidades

de atuação, que condicionam aquele ente social estranho, pobre, marginalizado à uma condição de protagonismo. Transforma uma moradora, viúva, numa atuação de protagonismo de gênero, a se definir como realizada, onde seu espaço vivido (Lefebvre, 2013) de atuação em visita outros lugares da cidade de Panambi, levar *esperanças* e criar novas espacialidades.

Numa ausência de representação espacial concebidas nas estruturas produtivas das relações de poder e força do capital, em comunidades carentes de saneamento, escolas, hospitais, dignidade, muitas vezes é na cultura de fé que se produz relações sociais de valor e protagonismo humano, em novas produções de espacialidades.

As narrativas nos remetem a um contexto carregado de dificuldades e limitações que impregnam a histórico de cada um que reside ou interage diretamente com o bairro Esperança. Há uma definição de um ambiente natural hostil que precisa ser reelaborado e de um ambiente social que se apresenta como perigoso. Mas temos um processo histórico de recriação espacial, fruto das interações socioespacial que redefinem espacialidades para além daquilo de sua concepção, onde vidas acontecem e possibilidades surjam. Esta é a nova espacialidade encontrada no urbano do século XXI e presente no bairro Esperança.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Confrontar riqueza, fome é o que sobra na mesa  
Morre a esperança e aumenta cada vez mais a incerteza.

Se abrem as portas da destruição é real,  
Aí o sistema cria a cada dia um marginal,  
Citei um lado mau, taí porque ninguém aqui está a  
salvo,

Periferia é o alvo

Periferia, noite e dia, tristeza e alegria.

(Fragmento de *Periferia é o alvo*, música do grupo Visão da Rua)

Mas sei que uma dor assim pungente  
Não há de ser inutilmente

*A esperança*

Dança na corda bamba de sombrinha  
E em cada passo dessa linha

Pode se machucar

Azar

*A esperança* equilibrista

Sabe que o show de todo artista

Tem que continuar

(Fragmento de *O bêbado e a equilibrista* – Composição de Aldir Blanc Mendes e João Bosco de Freitas Mucci)

A cidade é para a sociedade moderna a representação mais real da vida cotidiana da humanidade em todas as possibilidades e contradições. A criação de um loteamento popular urbano decorre do expansionismo econômico que o capitalismo impõe a quase todos os lugares, muitas vezes estruturado como condição única de agregação de pessoas que se articulam em fluxos e fixos produtivos que, promissores ou decadentes, são as verdadeiras condições da existência humana. Neste processo, a produção do espaço, em seus vieses de espacialidades, traz contradições que precisam ser compreendidas a partir de diversas facetas. Nada melhor para se observar a produção do espaço do que nos remetermos às instâncias da espacialidade de Lefebvre, para tentar compreender o urbano contemporâneo, numa abordagem que apresenta possibilidades e não uma “visão única de espaço e sociedade como produto unitário de rede de circulação e consumo, como centro de informações e de decisões” (LEFEBVRE, 2001, p. 48).

É importante lembrar o desafio o qual nos propusemos empreender nesta investigação, que é o de buscar formas de compreensão da produção do espaço do bairro Esperança, na cidade de Panambi, no noroeste gaúcho. Esta abordagem reitera um aprofundamento do debate sobre o urbano brasileiro observado inovações no contexto do século XXI, o que nos desafiava a percorrer por outras veredas investigativas da espacialidade produzidas pela humanidade, tendo

como referência espacial uma das unidades territoriais (um bairro) do urbano panambiense descrita anteriormente, indo além daquilo que o materialismo histórico, oriundo da proposição de Marx, já nos concede há mais de um século. Tais possibilidades se acercam em proposições que levam em consideração também os condicionantes culturais produzidos pelas interações sociais, resultantes das manifestações da humanidade em seus processos criativos de espaços de representações. Tais, resultam em novos contextos de espacialidade.

Esta abordagem proposta nos direcionava a ampliar o debate geográfico a partir de contribuições de áreas afins, provindas das ciências humanas. Essa transcendência da visão geográfica nos remeteu, mais profundamente ao filósofo Henri Lefebvre. É nele e outros pensadores que consideram aspectos culturais em Geografia que encontramos as possibilidades de compreensão espacial que condiciona abarcar concepções teórico-metodológicas que outrora eram desconsideradas, como as categorias de apropriação do espaço, espaço social, espaço de representação, vínculos territoriais e vida cotidiana. Tais, são abordados de uma forma interligada e sequencial ao longo do trabalho, com maior ênfase no Capítulo 3, que desbrava a discussão conceitual. Consideramos que a principal contribuição teórica que mais nos detivemos para o entendimento das particularidades, que se expressam na produção do espaço do bairro Esperança, é a da proposição *lefebvrina* da dimensão da espacialidade que resultada uma interação de três instâncias espaciais: as representações do espaço, as práticas espaciais e os espaços de representações.

Para a organização de uma possibilidade de proposição de resultados e análises finais estruturamos discussões que se seguem ao longo dos Capítulos 4 e 5, pelos quais trazemos todo o processo histórico de constituição do lócus de estudo. Num primeiro momento, resgatamos a dinâmica econômica e social que formula a criação municipal, inserido no desenvolvimento urbano local-regional, ligado direta e indiretamente às transformações econômicas pela qual o Brasil passa ao longo do século XX, de uma produção primária baseada na agricultura familiar para as transformações espaciais provocadas pelas mudanças do campo e a inserção de um modelo industrial. A cidade de Panambi reproduz, obviamente na sua inserção escalar, resultados semelhantes das mudanças econômicas que o Rio Grande do Sul e o Brasil passam. Tal abordagem expressa, com maior ênfase, o espaço concebido. Num segundo momento, apontamos a produção do espaço a partir das relações da vida cotiada, que transcreve uma leitura espacial de ambiente que se transforma em novas espacialidades, a partir das interações culturais que ressignificam o território, sendo apresentadas ao longo do Capítulo 5.

No transcorrer deste processo investigativo nos deparamos com uma série de elementos sociais produzidos a partir de ações da espacialidade desenvolvida pelo Estado, que aparece

como o ente propositivo da unidade espacial investigada. Porém, à medida que o espaço é ocupado por um grupamento social, novas possibilidades são criadas, configurando identidades próprias que se expressam articuladas por uma série de instituições criadas e presentes no bairro.

Na sequência desta nossa inquirição buscamos compreender um pouco sobre esse processo formativo dessas instituições, tentando compreender os motivos pelos quais foram criadas e quem de fato interage para com elas. Precisamos percorrer um caminho metodológico que nos obrigava a uma inserção direta com a comunidade através da pesquisa de campo. Nesta fase de campo buscamos consultar uma série de documentos nos quais aparecem os registros das formas e dos processos com os quais estas instituições se interligam com a comunidade local e como elas contribuíram com o processo formativo das espacialidades presentes. Alguns dos resultados foram obtidos a partir de visitas preliminares e conversas informais travadas com moradores locais entendidos aqui como sujeitos desse processo formativo.

Nesse processo se mapeou uma série de instituições, sendo que algumas delas são de caráter oficial, criada pela instância do concebido, pelo poder público estatal, promotor do loteamento, enquanto outras representam instâncias culturais desenvolvidas pelos próprios moradores que aí constituíam o lugar. Esta fase tenta atender um de nossos objetivos propostos que considera a análise da construção de territorialidades pelos moradores do bairro Esperança e suas relações com o território gestado na instância do concebido. Conferimos processos de averiguação no qual identificamos uma série de espacialidades que se produzem a partir das ações das instituições e da participação da comunidade local nestas, recriando novas espacialidade a partir das interações que se produzem em cada uma das instituições e num somatório de inter-relações destas. São momentos de percepção das instâncias da espacialidade integradas.

No decorrer do nosso trabalho buscamos também identificar as relações espaciais da vida cotidiana (um dos conceitos estruturantes para a compreensão da espacialidade apresentada por Lefebvre) presentes no bairro Esperança. Para tanto, aplicação entrevistas semiestruturados, que nos direcionava por um caminho pré-estabelecido com certa flexibilidade interrogativa para com os sujeitos moradores do bairro, e as analisamos a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016). Ao longo da aplicação de entrevistas nos aparecem inúmeros relatos que consideram as histórias de vidas como elemento fundante do processo de constituição espacial presente no bairro, ao qual as instituições são amplamente percorridas como de grande importância nos aspectos formativos da espacialidade do lugar.

A partir da Análise do Conteúdo das narrativas é que verificamos a presença de espaços de socialização muito fortes entre os moradores do bairro Esperança. Estes são representados pela escola, pela igreja, pela horta comunitária e pelo salão comunitário, principalmente. Nessas instituições, fica muito evidenciado a descrição dos locais onde a vida comunitária acontece. É nela que as pessoas interagem entre si e adquirem consciência de grupo, discutem os problemas, adquirem união entre si interagindo numa nítida configuração social e de criação de identidade e de pertencimento.

Da mesma forma, é neste processo interativo que acontece a partir destes espaços de socialização, a apreensão de territorialidades, que são produzidas a partir da apropriação de elementos simbólicos nos sujeitos que moram no bairro, que criam vínculos afetivos a partir de práticas festivas, religiosas, esportivas estruturadas pelas instituições presentes aí no bairro. É a partir destes eventos que a maioria dos moradores se tornam sujeitos, que reconhecem o lugar enquanto categoria de espacialidade, como um novo espaço de vivência, sendo configurado como um conjunto social com identidade espacial atuando de modo intenso muitas vezes, para além dos limites do seu bairro, se mostrando com a identificação marcante de seu lugar de moradia.

Consideramos que esse trabalho representa apenas uma etapa de uma análise de produção espacial, que poder-se-á ampliar ou ser realizada a partir de diferentes formas metodológicas para comparação ou obtenção de outros resultados. Percebemos que algumas escolhas metodológicas foram extremamente desafiadoras para o andamento do trabalho o que exige disposição de uma temporalidade muito grande para a sua execução. A técnica de entrevistas, com suas fases de aplicação, transcrição, organização de recortes temáticos/narrativos e análise dos resultados constitui um trabalho bastante árduo, que requer um tempo muito longo, ao qual não dispúnhamos de forma adequada, principalmente pelo impacto da pandemia, que retardou muito o início das atividades de coleta de campo e pela jornada de trabalho de 40 horas que executamos.

Outro elemento desafiador em nosso processo investigativo é a pouca familiaridade com a teoria da espacialidade apresentada por Lefebvre, cujo filósofo francês tem vasta contribuição de escritos, mas que consideramos que não há um desenvolvimento mais aprofundado da mesma.

Dentre os pontos que podemos ponderar acerca das limitações que nossa investigação apresenta, uma delas é o de apenas tangenciarmos uma discussão teórico-metodológica que considera elementos conceituais mais “tradicionalmente abordados pela Geografia” na concepção de produção espacial, especialmente as ligadas ao processo de expansão urbana em



loteamentos populares, normalmente em espaços periféricos. O trilhar pelas veredas das relações de classe e das estruturas do grande capital que conduzem as formações de exército de reserva no mercado de trabalho e a condição de financeirização de moradias populares poderiam agregar elementos de análise que enriqueceriam uma discussão (obviamente que tais pontos foram, como já dissemos, tangenciados por nossa inquirição, pois são balizadoras das análises *lefebvrianas*, ele mesmo um teórico de origens marxista). Também, numa relação epistêmica próxima ao ponto descrito anteriormente, não consideramos com mais afinco as relações de poder sobre a população exercidas por algumas instituições sociais, caso da escola e da igreja. Muitas vezes estas instituições sempre presentes nos territórios de comunidades periféricas, como a de nosso lócus de estudo, podem ser motivadoras de acomodações sociais decorrentes de não serem provocativas de lutas por direitos sociais.

Outro aspecto observado, porém, não abordado com ênfase em nossa análise é a condição do impacto que os processos migratórios presentes demarcam na constituição das espacialidades do local, elemento que, certamente receberia maior atenção se avançássemos numa abordagem a partir das concepções marxista de produção espacial. Percebemos, também, que ao longo das narrativas a mobilidade populacional é intensa, aparecendo nos relatos, fato que pode ter relação com elementos de produção de outros espaços, como de lideranças comunitárias e principalmente no papel de constituição de territorialidades, algo que vemos um tanto ausente nas sociedades atuais. Tal abordagem, certamente agregaria novas dimensões conceituais, resultando em elementos mais abrangentes para discussões posteriores, inclusive sob novas abordagens metodológicas.

Ainda pontuamos como uma nova possibilidade de avanço a partir desta pesquisa a realização de análise comparativa com outros locais que apresentam aspectos semelhantes de ocupação e constituição espacial. Lembramos que os estudos urbanos sobre cidade pequenas, apesar de vir crescendo na Geografia brasileira, ainda é escasso. Assim, pode-se perguntar se outros espaços populares que apresentam características de grande adensamento populacional (tipicamente de loteamentos do modelo PróMorar/COHAB), em cidades do mesmo porte que Panambi, que resultaram em urbanização intensificada pelo desenvolvimento econômico-industrial, teriam resultados parecidos? Tal abordagem, quiçá, poderá ser provocada a partir da apresentação de nossa investigação, seja numa análise comparativa com outros espaços geográficos do próprio município ou com outras unidades municipais análogas, objetivo que não contemplamos.

Independentemente dos resultados obtidos, toda investigação se faz como um desafio propositivo, de arrolar um questionamento investigativo, de buscar alguns objetivos e de se

lançar na inquirição. O produto final (resultados) nem sempre é a parte central a ser considerada numa investigação, pois os percursos podem se mostrar com grande valia e serem eles os protagonistas.

Esperamos que o percurso pelo qual trilhamos, senão novos, pelo menos diferentes nas abordagens geográficas ao qual comungava enquanto incipiente investigador, possibilite provocações para outros estudos. Certamente, o trilhar que percorremos, permite ver formas de espacialidades diferenciadas, normalmente desprezadas nos estudos urbanos das sociedades contemporâneas, que sempre se configura inacabada, incerta, inconclusa. A dinâmica social é indutora de novas formas de espacialidades, sendo que este não se gesta fechado, mas aberto, ressignificado a cada dia. O espaço não é um ente unicamente concebido, ele é percebido, ele é vivido. Tudo ao mesmo tempo.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Elmar Soero de. Espaço e tempo de ser trabalhador: Panambi, a grande família. *In: Museu e Arquivo Histórico de Panambi. Panambi: múltiplos olhares*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2007, p. 98-121.
- AZAMBUJA, Bernadete Maria de. **O desenvolvimento urbano e a promoção fundiária e imobiliária na cidade de Ijuí/RS**. *Série Dissertações de Mestrado*. Ijuí-RS: UNIJUÍ, 1997. 217 p.
- BARREIRA, Marcos Rodrigues Alves. **Henri Lefebvre: a crítica da vida cotidiana na experiência da modernidade**. 2009. 169 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- BEUTER, Ivo. **De Elsenau a Panambi: a história de Panambi desde o tempo dos índios Guaranis até o ano de 1955, ano da instalação do município**. 2 ed. Panambi: Ed. EMGRAPAN, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos Avançados* [online]. 2013, v. 27, n. 79, pp. 133-144. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300010>>. Epub 25 Nov 2013. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300010>. Acesso em: 06 mar. 2022.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRAUN, Sandra. **O processo de formação socioespacial do Bairro Esperança**. Ijuí: UNIJUÍ, 2005. Monografia (Licenciatura Plena em Geografia), Departamento de Ciências Sociais, UNIJUÍ, 2005.
- BUENO, Míriam Aparecida. A Geografia escolar e a ideia do lugar no currículo a partir da elaboração de mapas mentais. *In: CALLAI, Helena Copetti (org.). Educação Geográfica: reflexão e prática*. Coleção Ciências Sociais. Ijuí: Ed, UNIJUÍ, 2014. p. 295-314.
- CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. *In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org.), CALLAI, Helena Copetti e KAERCHER, Nestor André. Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano*. Porto Alegre: Mediação, 2000. p. 83-134.
- CAMPOS, Fernando Rossetto Gallego. **Uma Geografia do futebol amador: espaços de representação do futebol amazonense a partir do “Peladão”**. 2009. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná - UFP. Curitiba, 2009.
- CARLOS, A. F. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 458-477, 2019. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2019.163371. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/163371>. Acesso em: 12 jun. 2022.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e indústria**. *Coleção Repensando a Geografia*. São Paulo: Contexto, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Col. *Pensamento Crítico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 590 p.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Apreensão e compreensão do espaço geográfico. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org.), CALLAI, Helena Copetti e KAERCHER, Nestor André. **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2000. p. 11-81.

CATELAN, Márcio José. **Heterarquia urbana: interações espaciais interescalares e cidades médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CLAVAL, Paul Charles Christophe. **A geografia cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

CLAVAL, Paul Charles Christophe. **Epistemologia da geografia**. 2 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

CLAVAL, Paul Charles Christophe. Geografia cultural: um balanço. **Geografia (Londrina)**. Londrina/PR. v. 20, n. 3. p. 005-024. Set./dez. 2011. Disponível em: <http://wwwuel.br/revistas/uel/index.php/geografia>. Acesso em: 31 jan. 2021.

CORRÊA. Roberto Lobato. A Geografia cultural e o urbano. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 167-186.

CORRÊA. Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47.

CORRÊA. Roberto Lobato. **O espaço urbano**. *Série Princípios*. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA. Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 41-51.

CORRÊA. Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. (org.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p. 92-122.

Divisão Urbano-Regional do Brasil/IBGE, Coordenação de Geografia. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101862.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2022.

Escola Municipal de Educação Infantil P'Q'Ninos. **Caracterização da Comunidade Escolar**. Panambi: 2020, não paginado.

Escola Municipal de Ensino Fundamental Monteiro Lobato. **Livro de vida**. Panambi: sem datação, sem paginação.

FAUSEL, Erich et alli. **Cinquentenário de Panambi: 1899-1949**. Panambi: PMP, 1949.

GAARDER, Jostein. **O mundo de Sofia: o romance da história da filosofia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Genealogia dos municípios do Rio Grande do Sul/Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG). Departamento de Planejamento Governamental. Porto Alegre: SPGG, 2018.

GOETTEMS. Arno Aloísio; JOIA. Antonio Luís. **Geografia: leituras e interações**. Volume 2. 2 ed. São Paulo: Leya, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Hibridismo, mobilidade e multiterritorialidade numa perspectiva geográfica cultural integradora. In: SERPA, A., org. **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações** [online]. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 393-419.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HALL, Start. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. “Territorialidades de inclusão e exclusão social” In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C (Orgs). **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 21-44.

HEIDRICH, Álvaro. **Vínculos territoriais – discussão teórico metodológica para o estudo das territorialidades locais**. GEOgraphia. Vol. 19, N° 39, 2017: jan./abr. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017, p. 29-40.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. IBGE Cidades. Disponível em: <https://www.cidade.igbe.gov.br/brasil/rs/panambi/panorama>. Acesso em: 18 mar. 2021.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. População e sociedade. In: REIS, Daniel Aarão coord. **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 31-73.

LACOSTE, Yves. **A Geografia isto serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 4 ed. Campinas/SP: Papirus, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **Espace et politique**. Paris: Anthropos, 2072.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal lógica dialética**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2016.

Manual de Trabalhos acadêmicos/Universidade Federal da Fronteira Sul. Sistema de Bibliotecas; organização Daniele Rosa Monteiro, Suelen Spindola Bilhar, Daniele Rohr; revisão Gabriel Nagatani. - 3 ed. ver., atual. c ampl. -- Chapecó, 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed.-São Paulo: Atlas, 2003.

MARIANO, Ricardo. (1999). **Ou o futuro não será protestante**. *Ciências Sociais e Religião/Ciências Sociais e Religião*, 1 (1), 89–114. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-2650.2153>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. *In*. ARANTES, O. (org). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

MATIAS, Keidy Narelli Costa. Henri Lefebvre e a dialética da tríade: considerações sobre a produção social do espaço. **Novos rumos da Sociologia**. v.4, n. 6. P. 155- 165. Jul-dez 2016. Disponível em: [https://www.academia.edu/30509111/Henri\\_Lefebvre\\_e\\_a\\_dial%C3%A9tica\\_da\\_tr%C3%A9ade\\_considera%C3%A7%C3%B5es\\_sobre\\_a\\_produ%C3%A7%C3%A3o\\_social\\_do\\_esp%C3%A7o](https://www.academia.edu/30509111/Henri_Lefebvre_e_a_dial%C3%A9tica_da_tr%C3%A9ade_considera%C3%A7%C3%B5es_sobre_a_produ%C3%A7%C3%A3o_social_do_esp%C3%A7o). Acesso em: 10 jul. 2021.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDVEDOVSI, Nirce Saffer. **Toponímia dos espaços exteriores e edificações de conjuntos habitacionais populares - velhos nomes para novos lugares**. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/naurb/2016/11/30/1994-a-2004/>. Acesso em: 07 jun. 2022.

MELLO, Eliane de. **“Esses alemão têm que se convencer que não mandam mais na cidade...” Relações entre sociedade receptora e (i)migrantes em Panambi na década de 1970**. 2006. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Curso de Mestrado em História, área de concentração em Estudos Históricos Latino-Americanos. Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. São Leopoldo, 2006.

MELO, Marcus Andre B. C. (1989). Políticas pública e habitação popular: continuidade e ruptura, 1970-1988. 2(2): 37-59. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/viewFile/3066/2198>. Acesso em: 21 de jun. 2021.

MOURA, Gersa Gonçalves; FERREIRA, Leilaine de Fátima. (2014). Plano nacional de habitação: atual cenário do programa minha casa minha vida. *CaderNAU*, 7(1), 65-80. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cnau/article/view/4832>. Acesso em: 29 de abr. 2021.

NEVES, Parecy Corrêa. **A formação do espaço urbano**. II Seminário de Pesquisa de Pós-Graduação em História UFG/UCG. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/IISPHist09\\_ParacyCorr.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/IISPHist09_ParacyCorr.pdf). Acesso em: 15 de jun. 2021.

PANAMBI. Prefeitura Municipal de Panambi. Lei Complementar Municipal 01/93, que institui o **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Panambi**. Disponível em [WWW.panambi.rs.gov.br](http://WWW.panambi.rs.gov.br). Acesso em: 14 fev. 2021.

PANAMBI. Prefeitura Municipal de Panambi. Lei Complementar Municipal 007/93, que delimita os bairros e o centro de Panambi. Disponível em <https://panambi.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7727&cdDiploma=19930007&NroLei=007&Word=&Word2=>. Acesso em: 16 jun. 2021.

PEIXOTO, José Tadeu Leal. Os outros panambis: índios e caboclos, os esquecidos da história. In: Museu e Arquivo Histórico de Panambi. **Panambi: múltiplos olhares**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2007, p. 161-184.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Lugares malditos: a cidade do “outro” no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)**. Revista Brasileira de História. v. 19 n. 37. São Paulo: set. 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100010>. Acesso em: 04 jul. 2021.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua reprodução. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. orgs. **Território e territorialidade: teorias, processos e conflitos**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 13-32.

Rio Grande do Sul. Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Atlas Socioeconômico: estado do Rio Grande do Sul**. 2 ed. rev. ampl. Porto Alegre: Secretaria de Coordenação e Planejamento - SCP, 2002. 112 p.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; EICKERT, Cornelia. **Etnografia: saberes e práticas**. In: PINTO, Célia Regina Jardim & GUAZZELLI, César Augusto Barcellos. Ciências Humanas: pesquisa e método. [online]. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. Disponível em: [https://www.google.com.br/search?q=conversas+informais+como+pesquisa+etnografica&sxsrf=APq-WBuM3Pslidin0SpFkur\\_x8-guPYZtUw%3A1649054565232&source](https://www.google.com.br/search?q=conversas+informais+como+pesquisa+etnografica&sxsrf=APq-WBuM3Pslidin0SpFkur_x8-guPYZtUw%3A1649054565232&source). Acesso em: 04 abr. 2022.

ROCHA, Emerson Ferreira. Espaço social e estrutura de classes em regiões metropolitanas brasileiras. *Sociedade e Estado* [online]. 2018, v. 33, n. 3, p. 779-801. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201833030006>>. ISSN 1980-5462. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201833030006>. Acesso em: 06 mar. 2022.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSENDAHL, Zeny. **Hierópolis: o sagrado e o urbano**. *Coleção Geografia cultural*. 2 ed. Rio de Janeiro/RJ: EdUERJ, 2009.

ROSENDAHL, Zeny. **Manifestações da cultura no espaço**. *Coleção Geografia cultural*. 2 ed. Rio de Janeiro/RJ: EdUERJ, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4 ed., 8 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5 ed., 4ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018a.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.** – 6. ed. 2. reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido.** 2 ed., 2ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018b.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço tempo – Globalização e meio técnico-científico informacional.** 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. Rio de Janeiro: Consequência, 2015, p. 69-90.

SCHENKEL, Valdecir. **O homem, o dinheiro e a natureza nas margens do rio Fiúza: o urbano de Panambi, Rio Grande do Sul.** Monografia (Especialização em Gestão Ambiental) – Curso de Pós-Graduação em Gestão Ambiental. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ. Ijuí: 2010.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 89-109, 2012. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74284. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74284>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SERPA, Angelo. **Por uma Geografia dos espaços vividos: Geografia e fenomenologia.** São Paulo: Contexto, 2019.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUSA NETO, Manuel Fernandes de. **Aula de Geografia e algumas crônicas.** 2 ed. Campina Grande: Bagagens, 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios.** São Paulo: Contexto, 2014, p. 123-145.

UM auxílio que está sendo compreendido. **A Notícia Ilustrada**, Panambi, nº 319, ano III, p. 5. 06 ago. 1973.

WOITCHUNAS, Lucinéia Felipin; SAUSEN, Jorge Oneide; FROEMMING, Lurdes Marlene e SIDENBERG, Dieter Rugard. **Uma análise das vantagens competitivas de um território a partir do modelo Diamante de Porter: o caso da APL Metalmeccânico Pós-colheita de Panambi/Condor - RS.** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. Taubaté: Vol. 14, n 2 (jan./2018). p 300-324. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/3595/669>. Acesso em: 26 dez. 2020.



XAVIER, Cristiane de Lurdes. Ocupação urbana em áreas inundáveis – o caso do centro e dos bairros Erica e Vila Nova na cidade de Panambi, RS. *In: Museu e Arquivo Histórico de Panambi. Panambi: múltiplos olhares*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2007, p. 122-160.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. **História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920**. *Coleção Ciências Sociais*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.

## FONTES PRIMÁRIAS

ANA CRISTINA. **Ana Cristina: depoimento.** Entrevistador: Valdecir Schenkel. Panambi, 08 fev. 2022. Informação oral gravada em meio digital.

ANTÔNIO. **Antônio: depoimento.** Entrevistador: Valdecir Schenkel. Panambi, 08 fev. 2022. Informação oral gravada em meio digital.

APPEL, Léce Eny Droppa. **Léce Eny Droppa Appel: depoimento.** Entrevistador: Valdecir Schenkel. Panambi, 23 abr. 2022. Informação oral gravada em meio digital.

ARMANDO. **Armando: depoimento.** Entrevistador: Valdecir Schenkel. Panambi, 05 ago. 2021. Informação oral gravada em meio digital.

BRÖNSTRUP, Daniel. **Daniel Brönstrup: depoimento.** Entrevistador: Valdecir Schenkel. Panambi, 27 mar. 2022. Informação oral gravada em meio digital.

DANTE. **Dante: depoimento.** Entrevistador: Valdecir Schenkel. Panambi, 08 fev. 2022. Informação oral gravada em meio digital.

DULCINA. **Dulcina: depoimento.** Entrevistador: Valdecir Schenkel. Panambi, 08 fev. 2022. Informação oral gravada em meio digital.

ÉMERSON. **Émerson: depoimento.** Entrevistador: Valdecir Schenkel. Panambi, 05 ago 2021. Informação oral gravada em meio digital.

MAGNANTE. **Magnante: depoimento.** Entrevistador: Valdecir Schenkel. Panambi, 08 set. 2021. Informação oral gravada em meio digital.


MARIA. **Maria: depoimento.** Entrevistador: Valdecir Schenkel. Panambi, 30 mai. 2022. Informação oral gravada em meio digital.

OLÍPIO. **Olípio: depoimento.** Entrevistador: Valdecir Schenkel. Panambi, 12 mai. 2022. Informação oral gravada em meio digital.

SETEMBRINO. **Setembrino: depoimento.** Entrevistador: Valdecir Schenkel. Panambi, 27 mar. 2022. Informação oral gravada em meio digital.

VICENTE. **Vicente: depoimento.** Entrevistador: Valdecir Schenkel. Panambi, 04 ago. 2021. Informação oral gravada em meio digital.

## APÊNDICE A – Modelo de questionário utilizado para aplicação das entrevistas

		<b>Programa de Pós-Graduação em Geografia</b>
<b>Roteiro de entrevista semiestruturada</b>		
Nome: _____		
Data da entrevista: _____		
Entidade que pertence/representa: _____		
<p>1- Identificação: nome, idade, residência, ocupação/atividade desenvolvida, relação com o espaço geográfico/social.</p> <p>2- Quanto tempo reside no bairro Esperança?</p> <p>3- Como você considera residir no bairro Esperança? Quais aspectos são significativos?</p> <p>4- Percebes diferenças significativas entre residir no bairro comparativamente com outros locais da cidade? Se sim, em quais elementos? Ouve relatos de comparativos?</p> <p>5- Quais são as atividades culturais/lazer/diversão desenvolvidas pelos residentes no bairro Esperança (crianças, jovens e adultos)? Como percebe a comunidade local envolvida quanto a isto?</p> <p>6- Haveria condições de melhoria no quesito lazer e diversão para a comunidade da Esperança? Onde os moradores têm sua “diversão”?</p> <p>7- No seu ver, quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos residentes no bairro?</p> <p>8- Oferta/limitação de serviços, infraestrutura e equipamentos urbanos no bairro ou proximidades geográficas que atende esta população?</p> <p>9- Como é morar no bairro Esperança? percebe a sociedade local no envolvimento das causas coletivas, tanto de estruturação do bairro, como de atividades cotidianas típicas de um processo social coletivo?</p> <p>10- Pelo tempo em que reside no bairro, percebe se houve mudanças (para melhor ou pior) no transcorrer do tempo (comparativamente há anos ou décadas anteriores)?</p> <p>11- Sua relação com os seguintes elementos que existem no bairro Esperança:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Escola: estudou aqui no bairro, filhos estudam, relação sua com a escola, relação da escola com a comunidade, qualificação da escola, necessidade que percebe.</li> <li>- Igreja: participa de alguma igreja local, atividades sociais/comunitárias desenvolvidas pela igreja, papel da igreja no dia a dia da comunidade.</li> <li>- Associação de moradores: existe, participa, importância, ações desenvolvidas.</li> <li>- Horta: conhece, sabe como funciona, importância, relação da comunidade para com ela.</li> <li>- Esporte e lazer local: opções existentes, na falta como se busca, importância na vida cotidiana dos moradores, melhorias/ampliações recentes, acesso aos moradores.</li> <li>- Festas comunitárias: há festas comunitárias, quem organiza, locais onde ocorrem, envolvimento da comunidade, há rivalidade/trocas entre promotores.</li> </ul>		

## APÊNDICE B – Modelo de Termo de consentimento para pesquisa oral

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PESQUISA ORAL**

Eu, \_\_\_\_\_,

Documento Identidade \_\_\_\_\_ ou CPF \_\_\_\_\_,

na condição de \_\_\_\_\_,

autorizo a utilização da entrevista concedida no dia \_\_\_\_ / \_\_\_\_ de 2021,

em trabalhos acadêmicos - tais como pesquisa acadêmica, dissertação de mestrado, artigos científicos, capítulos ou livros científicos entre outros documentos de pesquisas – e em publicações impressas ou meios virtuais, em eventos acadêmico-científicos e comerciais de Valdecir Schenkel (RG 8043478264, CPF 739.833.730-20), atualmente matriculado no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Mestrado em Geografia, da Universidade Federal da Fronteira Sul, campi Chapecó/SC e Erechim/RS.


\_\_\_\_\_  
**Valdecir Schenkel**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do entrevistado**

## APÊNDICE C – Localização geográfica das principais instituições sociais e outros pontos de referência



### Legenda:

 Limite do Bairro Esperança

- 1- Indústria Kepler Weber
- 2- Posto de Saúde – ESF
- 3- Salão Comunitário
- 4- EMEI P'Q'Ninos
- 5- EEEE Paulo Freire
- 6- Praça, quadra de esportes e playground
- 7- Horta Comunitária

**ANEXO A – Ata de fundação da Escola Municipal da Vila Esperança, futura EMEF Monteiro Lobato**

ATA DA FUNDAÇÃO DA ESCOLA

ATA Nº 01/75

Aos três dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e cinco, às catorze horas, nas dependências do Pavilhão da Vila Esperança, onde foi realizada uma reunião com a finalidade de fundar uma escola nesta localidade. Estiveram presentes a presidente da Legião Brasileira de Assistência, LBA, senhora Nelita Schneider e a secretária da LBA Mariléa Rolim da Silva bem como as professoras Ana Fátima Pimmel e Elenir de F. M. Dill.

O objetivo desta escola é socializar e educar as crianças, pois o nível social é inferior. Explicamos às mães a importância que esta escola teria aqui, vindo a facilitar a frequência dos alunos, porque a escola fica localizada muito próximo das residências. A senhora Nelita Schneider também falou da importância da escola. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e para constar lavrei a presente ata. Panambi, 03 de março de 1975. Ana Fátima Pimmel, Elenir de F. M. Dill, Nelita Schneider, Mariléa Rolim da Silva.

Presentes ( as mães ): Margid Bairros, Rufina Bairros, Maria Antonia Dias, Teresinha Meirelles, Marina Santos, Suzana Chagas, Francisca Chagas, Florentina Rodrigues, Terezinha de Bairros, Odila Silva, Judite Lima, Teolina Gonçalves, Elenir Pomina, Dorvalina Evaristo, Ilda Aires, Maria Germano da Silva, Cacilda Dias.

## ANEXO B – Matéria jornalística da situação de saúde dos alunos da EMEF Monteiro

Lobato

A NOTÍCIA ILUSTRADA, 13 DE JUNHO DE 1986.

## RESULTADOS DOS EXAMES MÉDICOS FEITOS NA VILA ESPERANÇA

A Secretaria do Trabalho e Ação Social encerrou no início desta semana o atendimento médico e odontológico que vinha sendo prestado aos alunos da Escola Municipal da Vila Esperança.

No total foram examinadas 262 crianças compreendendo uma faixa etária que abrange dos 5 aos 13 anos.

Do total de crianças examinadas, constatou-se que 160(60, 7%) apresentaram algum problema de saúde, e destas 61(23,2%) apresentavam mais de um problema.

As doenças parasitárias, entre elas a escabiose (sarna), e pediculose (pielho) e a verminose principalmente por ascaris e oxiuros apresentaram o maior índice de frequência, 48, 4%, sendo que todos os casos foram tratados ambulatorialmente com recursos próprios da Secretaria.

A diminuição da acuidade visual constituiu o segundo maior problema encontrado nas crianças, 32 casos (12,2%), sendo os mesmos encaminhados ao médico especialista da área para uma melhor avaliação.

As piодermes (infecções da pele), geralmente secundárias a uma escabiose totalizaram 26 casos (0,99%).

A seguir como menor número de ocorrência aparecem fíbose, Criptorquidia, bronquites, sopro cardíaco, anemias, cifoescolioses (desvio de coluna), leucorréias (corrimentos) e outras.

52 crianças foram encaminhadas para médicos especialistas a fim de receberem o tratamento específico.

Na área odontológica constatamos a necessidade de tratamento imediato:

CRIANÇAS	TRATAMENTO	
5 a 8 anos	Restaurações	Exodontias(extrações)
151	871	102
9 a 14 anos	Restaurações	Exodontias
114	713	65
TOTAL GERAL		
265	1.584	167

RELAÇÃO: 5,97% cáries p/crianças  
1,58% extrações p/crianças

OBS.: Não constam deste relatório os casos de gengivites, frenectomias e correção ortodôntica, cujos pais foram devidamente orientados.



---

Emitido em 05/09/2022

**DISSERTAÇÃO Nº 76/2022 - PPGGEO - CH (10.41.13.10.06)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 05/09/2022 16:38 )*

ANDERSON JOSE GUI SOLPHI

TECNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

CAPPG - CH (10.41.13.10)

Matrícula: 1905983

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.uffs.edu.br/documentos/> informando seu número: **76**, ano: **2022**, tipo: **DISSERTAÇÃO**, data de emissão: **05/09/2022** e o código de verificação: **ae4aa37321**